BOLETIM GEOGRÁFICO

ANO XII

SETEMBRO - OUTUBRO DE 1954

N.º 122

Sumário

- EDITORIAL: Transformação Administrativa VIRGÍLIO CORRÊA FILHO (p. 267).
- TRANSCRIÇÕES: Os Problemas Geográficos Atuais das Migrações M. SORRE (p. 269).
- CONTRIBUIÇÃO A CIÊNCIA GEOGRÁFICA: Resumo da Geografia Econômica do Café PIERRE MONBEIG (p. 276) Ilha Soares ANTÔNIO TEIXEIRA GUERRA (p. 286) Comentário do Mapa da Produção do Café no Estado da Bahia ARIADNE SOARES SOUTO MAYOR (p. 291) Comentário do Mapa de Densidade do Rebanho Bovino no Estado da Bahia IGNEZ AMELIA LEAL TEIXEIRA GUERRA (p. 294).
- CONTRIBUIÇÃO AO ENSINO: Geografía, Ensino e Pesquisa ELZIO DOLABELA (p. 299) Leituras Geográficas VÁRIOS AUTORES (p. 313).
- BIBLIOGRAFIA E REVISTA DE REVISTAS Registros e Comentários Bibliográficos Periódicos (p. 317).
- NOTICIARIO: CAPITAL FEDERAL Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (p. 318) Conselho Nacional de Geografia (p. 319) Ministério da Agricultura (p. 320) Museu Nacional (p. 321) UNIDADES FEDERADAS Distrito Federal CERTAMES XVIII Congresso Internacional de Geografia (p. 324) EXTERIOR Argentina (p. 325).
- RELATÓRIOS DE INSTITUIÇÕES DE GEOGRAFIA E CIÊNCIAS AFINS: Relatórios apresentados à XIV sessão ordinária da Assembléia-Geral do C N G, realizada nesta capital, na primeira quinzena de julho de 1954 Alagoas (p. 326) Amapá (p. 326) Bahia (p. 327).
- LEIS E RESOLUÇÕES: LEGISLAÇÃO FEDERAL integra da legislação de interêsse geográfico Leis (p. 329) Decretos (p. 330) LEGISLAÇÃO ESTADUAL integra das leis, decretos e demais atos de interêsse geográfico Minas Gerais (p. 336) Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística Conselho Nacional de Geografia Diretório Central (p. 361).

Transformação Administrativa

No bimestre, a que êste número do BOLETIM corresponde, duas ocorrências primaciais merecem registo especial.

A primeira, uma semana antes, derivou da tragédia de 24 de agôsto, em que o presidente Getúlio Vargas decidiu, por gesto irremediável, atalhar a própria vida, renunciando assim, inesperadamente, a continuar a atuação no govêrno. Em conseqüência dêsse lutuoso episódio, que teve por cenário o Palácio do Catete, a transformação administrativa resultante alcançou a organização do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Desde 9 de setembro, em declaração aos seus amigos, afirmou o desembargador Florêncio de Abreu que não lhe continuaria na presidência, e renovou-a a 15, ao receber manifestação expressiva, pela passagem do 2.º aniversário de sua gestão.

Todos os presentes sabiam que pretendia irrevogàvelmente afastar-se da chefia o homenageado, a quem, todavia, patenteavam o seu aprêço, de que se lêz intérprete o secretário-geral, coronel De Paranhos Antunes, também demissionário. A desistência, baseada em motivos ponderáveis, de ordem pessoal, não tardou em confirmar-se, pela nomeação do Dr. Elmano Cardim para a presidência do I.B.G.E.

Dificilmente se poderia encontrar substituto de credenciais análogas, de retidão moral, cultura admirável, segurança nas decisões, energia serena, que desde o primeiro momento revelou firmes diretrizes, em prol da coletividade.

A posse, realizada a 27, evidenciou o regime de austeridade adotado pelo novo titular, que entrou em exercício discretamente, com a presença apenas dos auxiliares de maior hierarquia. No mesmo dia, assinou-lhes a nomeação, indicativa de judicioso critério na escolha.

Para chefiar o gabinete, convidou o Dr. Mário Ritter, ao mesmo tempo em que destinava as Secretarias-Gerais ao Dr. Valdemar Lopes, a de Estatística, ambos idôneos e experientes nos respectivos cargos, já desempenhados a primor, e ao professor Fábio de Macedo Soares Guimarães, a de Geografia que também possuía provas exuberantes de competência e amor à instituição, em cujo quadro se extremou entre os veteranos. No C.N.G., em particular, ninguém disputa ao recém-nomeado secretário-geral a primazia no que tange à antiguidade. E quanto aos méritos, realçou-os, em formosa alocução de despedida, o coronel Paranhos, ao transferir-lhe as responsabilidades do pôsto, em cuja

tunção estadeara a sua culta inteligência e incomparável capacidade de trabalho, a serviço de sadio patriotismo. E principiou, desta maneira, ao findar
setembro, nova fase administrativa, confiada a antigo funcionário do Conselho,
que lhe participou da fundação. Afastado últimamente, para proporcionar eficaz
assistência à Escola Superior de Guerra, que o requisitara, retornou mais prestigiado do que antes. O acolhimento amistoso, que lhe tributaram os colegas,
bem comprova que se acham todos decididos espontâneamente a prestar-lhe
operosa colaboração. E assim se abre, promissor, novo período, não sòmente
para o Conselho Nacional de Geografia, como também para o de Estatística e,
afinal, para todo o conjunto abrangido pelo Instituto Brasileiro de Geografia
e Estatística.

Em seu florescimento contínuo, para o qual convergem os votos gerais, espelha-se o próprio desenvolvimento do Brasil, tanto material, quanto cultural.

VIRGILIO CORRÊA FILHO Diretor da Divisão Cultural do C.N.G.



Transcrições

Os Problemas Geográficos Atuais das Migrações*

M. SORRE
Professor honorário da Universidade
de Paris

I — O problema do qual me ocuparei é hoje um dos que mais vivamente preocupam não sòmente todos os que se dedicam às ciências humanas e suas aplicações, os sociólogos, economistas, geógrafos, mas todos aquêles que têm a seu cargo o govêrno dos homens. Os obstáculos acumulados que se apresentam à livre circulação de um país a outro, e, às vêzes, no interior do mesmo país, agravaram os desequilíbrios anteriores à guerra, tendo-se tornado mais pesado o fardo dos sofrimentos humanos. Ninguém pode permanecer indiferente diante de situações não raro tão dramáticas. Cada especialista encara sob um ângulo diverso as questões relativas à mobilidade humana. O geógrafo tem também o seu ponto de vista. Ele se encontra em condições de falar das migrações, porquanto se trata de deslocamentos no espaço, de indivíduos e de grupos. Mais do que os outros especialistas contribuiu com uma visão de conjunto mais sintética para a análise das correntes migratórias, para o estudo de suas raízes e resultados, pois países de emigração, correntes migratórias e áreas de imigração formam um todo inseparável. Tratarei da situação atual dos problemas apresentados pelas migrações, não como escritor político preocupado com soluções, porém como geógrafo desejoso de definir os dados dum problema de interêssé universal.

Confesso lealmente não me ser possível dêle dar uma idéia completa. A divisão da terra habitada, — o ecúmeno segundo o têrmo que nos é familiar, — em dois blocos separados por uma muralha dificilmente transposta, não se processa sem falsear os seus têrmos. Pode-se falar com segurança apenas dos movimentos do ecúmeno ocidental. É o bastante contudo, para fazer compreender com que espírito o geógrafo focaliza o assunto, e com que luz e intensidade êle pode contribuir.

II — Como ponto de partida para a compreensão dos problemas atuais, convém lembrar o resultado do estudo geral das migrações e de seu papel. Desde as origens da humanidade, foram elas a condição essencial à formação do ecúmeno. Durante milênios, uma permanente tensão nos seus limites obrigou-os a recuar; até nossos dias ela foi acompanhada de tensões internas nas bordas dos espaços vazios, absolutos ou relativos. Estas últimas zonas constituíram o que nos habituamos agora a chamar as frentes pioneiras da humanidade. A grande tarefa do século recém-findo foi a conquista ou, pelo menos, a redução dos imensos vazios que subsistiam no continente americano. As grandes correntes de migração transatlânticas foram os instrumentos desta conquista ainda inacabada, mas em franco andamento. Encontramo-nos desde logo diante de duas séries de perguntas: Existem ainda espaços não humanizados para além das frentes pioneiras dos séculos XIX e XX, e qual a sua extensão? Qual o grau de humanização das terras marginais situadas à retaguarda das frentes pioneiras e quais as possibilidades de fixação — settlement, na expressão inglêsa -que se oferecem à emigração nessas zonas de menor tensão?

^{*} Tradução de M. Conceição Vicente de Carvalho. Cinquantiène Anniversaire du Seminaire de Géographie (1903-1953) et Vingt-Cinquième Anniversaire du Cercle des Géographes Liègeois (1928-1953) — Volume commemoratif publié avec le concours du Gouvernement belge et du Patrimoine de l'Université de Liège — Liège (Belgique) 1953.

O geógrafo porém encara as migrações por ângulo diverso. Considera-as como condição essencial à manutenção do equilíbrio do ecúmeno. Nelas vê a resultante das tensões regionais, criadas pelos desequilíbrios econômicos, demográficos, políticos e sociais, e até mesmo psicológicos, sempre renascentes no seio da humanidade. De modo muito geral, poder-se-ia encará-los como produto normal da prática dos gêneros de vida ou, melhor ainda, como testemunho do permanente esfôrço de ajustamento dum grupo humano ao meio regional em que vive. Quando um economista-demógrafo se refere à procura dum optimum de povoamento, quando um historiador ou um sociólogo alude ao esfôrço para alcançar uma homogeneidade perfeita num grupo humano pela expulsão dos elementos dissidentes, cada um dêles nada mais faz do que traduzir em sua linguagem própria, as fórmulas gerais por nós empregadas. Acrescentamos que a fome, o espírito de lucro, o mêdo, o fanatismo, o simples desejo de melhorar, impelem os homens para os grandes caminhos do mundo, e deflagram êsses movimentos migratórios, tão diversos uns dos outros.

Há em primeiro lugar as migrações temporárias, habitualmente reguladas pelo ritmo das estações, sem as quais seria inconcebível manterem-se certos gêneros de vida. São movimentos centrífugos que afastam os elementos viris de países muito populosos em relação aos recursos de que dispõem, os quais vão buscar fora uma suplementação de recursos durante uma parte do ano; movimentos centrípetos que, ao contrário, atraem os homens durante a época de grande atividade agrícola, que exigem mão-de-obra numerosa durante curto espaço de tempo — vindima, colheita de cereais, de lúpulo, separação da beterraba, etc... A estrutura demográfica e a do mercado de trabalho intervêm conjuntamente na explotação dêsses fenômenos. Essas migrações temporárias podem ter pequeno raio de ação, mas já foram citados movimentos sazonários transoceânicos, como o de galegos para a colheita da cana-de-açúcar em Cuba.

A migração sazonária pode fàcilmente transformar-se em migração mais duradura, descrita em francês sob o nome de migração temporária. Presupõe em geral a falta de recursos na região da partida e um mercado de trabalho amplo no país de chegada. Caso assaz peculiar nos apresentam os núcleos de população que, no sudeste da Asia, constituem as grandes emprêsas capitalistas de plantation. Migrações sazonárias e migrações temporárias são, na maioria dos casos, etapas para o desenraizamento do migrante, quando a mediocridade de sua condição no seu país de origem se torna insuportável, quando uma fecundidade muito elevada acumula bôcas a alimentar em região de limitados recursos naturais e na qual o estado da técnica não permite aumentar a riqueza, quando o conformismo religioso ou político ou a segregação étnica pesam muito intensamente sôbre a minoria. Nesta categoria de migrações definitivas alinhamse os movimentos complexos conhecidos pelo nome de exôdo rural. Eles condicionaram a urbanização mundial. Alguns consideram-nos resultantes da revolução industrial. Mas também se pode dizer que condicionaram o progresso econômico geral. Puseram à disposição de nossa civilização técnica massas humanas, indispensáveis ao seu soerguimento.

Esse quadro muito sumário basta, penso eu, para sugerir aos geógrafos um certo número de conclusões importantes. Em primeiro lugar, que a mobilidade é uma das características essenciais do ecúmeno. Somos levados pela descrição regional a insistir nas idéias da fixação dos grupos humanos ao solo. Não devemos esquecer o aspecto complementar das cousas nem que, no fundo, a própria fixidez é incompreensível sem a interferência do seu antagônico, a mobilidade. Em segundo lugar, e em conseqüência, em tôdas as épocas da história dos homens, as migrações, sob formas infinitamente variadas, jamais se apresentam como fenômeno patológico berrante, mas como função normal do ecúmeno, sem a qual não se resolveriam as tensões locais suficientes para gerar a fecundidade de alguns grupos e não teria sido possível a edificação do mundo moderno.

III — Variações de equilíbrio, existência de tensões locais, são têrmos que precisam ser explicados. Isso nos leva a responder a uma pergunta importante: onde se encontram as regiões de tensão no mundo atual, ou, ainda, quais são os possíveis centros de emigração?

Começaremos por mencionar, para eliminá-las, as zonas de refúgio onde se concentram aquêles que foram arrancados aos seus lares pela guerra, pelos ódios raciais, os que a hipocrisia oficial chama pessoas deslocadas. O problema das pessoas deslocadas nos anos de após-guerra, revestiu-se de extrema acuidade. Em 1943, segundo Kulisher, 30 milhões de pessoas foram retiradas de seus lares pelos acontecimentos da guerra e pelo trabalho forçado. Esse problema pesou duramente na consciência do mundo civilizado e ainda não foi completamente solucionado, apesar dos esforços da OIR das organizações nacionais e internacionais. Em 1950, continuava difícil reduzir um núcleo de 500 000 pessoas que permaneciam nos acampamentos da Europa. Na realidade, é muito admissível que o número de refugiados em tôda a superfície do globo seja incomparàvelmente mais elevado, pois a Índia possui deslocados, e nada podemos afirmar acêrca da China e dos territórios soviéticos. Cálculo algum pode ser exato. Trata-se duma situação que foge ao quadro normal dos movimentos migratórios, se bem que até certo ponto possa ser resolvida por processo análogo às correntes migratórias. De qualquer maneira é uma onerosa hipoteca a pesar sôbre a mobilidade normal do ecúmeno. Talvez se devesse contar por dezenas de milhões.

Também não se levariam em conta, mais do que o necessário, êsses pretensos imigrantes, cujo desejo, mais fugaz do que duradouro, não se traduz por atos. Na maioria dos países da Europa Ocidental os homens têm experimentado um sentimento de insatisfação, e muitos dêles pensaram sentir-se melhor fôsse onde fôsse, porém fora de seus lares. As sondagens de opinião levadas a efeito por institutos especializados revelaram proporções verdadeiramente impressionantes de cidadãos que preferiam partir, mesmo num país tão estável e caseiro quanto a França. Esses indivíduos não partiram efetivamente e é duvidoso que o tivessem feito, mesmo se dispusessem de meios legítimos de o fazerem.

O verdadeiro potencial de emigração existe hoje apenas em dois grupos de países, onde se observa verdadeira sobrecarga demográfica por motivos diferentes: alguns países da Europa e os três grandes países do Extremo-Oriente.

Desde meados do século XIX até a primeira guerra mundial, a Europa constituiu o reservatório de emigrantes para o mundo inteiro, em particular para as duas Américas. A corrente transatlântica, de 1848 a 1932, carreou mais de 52 milhões. Aumentou sempre até o qüinqüênio 1906-1910, quando atingiu o ponto mais alto (1415 000 por ano). Manteve-se na vizinhança dêsse número entre 1911 e 1915. Relativamente às Ilhas Britânicas que até 1880 contribuíram com mais de metade de seus elementos, a Alemanha até 1885 não havia dado forte contingente. Mas depois de 1885 as penínsulas mediterrâneas e os países agrícolas da Europa Central e Oriental alimentaram a vaga enfraquecida.

São fáceis de discernir as causas gerais dêsse enfraquecimento. São de ordem econômica e demográfica. A emigração acompanha a curva do desenvolvimento demográfico. Êle desenvolve-se segundo Mr. Chevalier, à medida que cresce uma população que, apesar da industrialização crescente, não encontra emprêgo suficiente *in loco*. Mas à medida que vão sendo atingidos pela revolução demográfica, que se caracteriza pelo abaixamento da fecundidade, os países cessam de fornecer um material tão importante à emigração e isso na mesma ordem em que os alcança a tendência mundial à baixa natalidade.

Por isso no qüinqüênio 1933-1937 o fluxo migratório transoceânico oriundo da Europa caiu a 100 800. A queda se agravou com as medidas tomadas pelos Estados totalitários a fim de impedir o escoamento de sua substância viva, até mesmo pela Itália onde a fecundidade ainda se mantinha elevada. Já não havia mais migrações internacionais, exceto a de refugiados políticos.

Qual a situação atual? O maior potencial migratório da Europa de antes da guerra, o mundo Centro-Oriental, caiu na esfera de influência da União Soviética. A Iugoslávia reconstituiu sua economia. Na Europa Ocidental restam duas grandes fontes de emigração potencial, a Itália e a Alemanha. A Itália, em virtude de sua elevada densidade média e sua natalidade ainda forte. Mesmo se supondo que o progresso econômico continue a suportar uma população numerosa, não se poderia pensar em possível aumento desta, dado o nível de vida em geral muito baixo. Portanto, ao menos por algum tempo, a Itália pode alimentar uma corrente migratória. Na Alemanha a situação é dominada pelo excesso demográfico resultante, antes de tudo, das medidas de Hitler ante-

riores a 1944, para agrupar dentro dos limites do Reich todos os elementos do *Deutschtum*, em seguida pela expulsão de todos os elementos germânicos pelas etnias eslavas, nas quais êles formavam núcleos colonizadores. Assim, 13 milhões de germanos se aglomeram numa área de 380 000 km² e a densidade do Reich passou de 140 a 180. Por singular jôgo de conseqüências, os aliados realizaram a unidade do Reich, mas em condições que constitui perigo permanente. De qualquer modo, nêle existe um enorme reservatório de emigrantes — e emigrantes de boa qualidade.

É arriscado apresentar dados numéricos para os três países do Extremo-Oriente: Japão, China e Índia. Dennery reuniu dados interessantes no seu livro fundamental sôbre as multidões asiáticas e traçou as grandes correntes migratórias para as terras do Pacífico e do Oceano Índico. Podemos acrescentar a elas informações mais recentes a respeito da emigração japonêsa no Brasil. Mais recentemente, Robequain calculou superior a quatro milhões de indivíduos a diáspora chinesa na Malásia e Insulíndia. Depois da publicação do livro de Dennery, todos êsses países foram assolados por uma tormenta ainda não acalmada. Portanto, que podemos dizer dêles?

Que todos os testemunhos estão acordes em pintar os grandes países da Asia das Monções como terras superpovoadas onde os homens vivem há séculos em estado de subalimentação, à beira da fome que periòdicamente os flagela. Nos cantões mais ricos dos deltas rizícolas as densidades podem ultrapassar as de nossas mais ricas regiões industriais. Seu progresso foi formidável de três séculos para cá. Um bilhão de homens vivem hoje num espaço que não contava mais de 250 000 000 há trezentos anos. Não temos provas da tendência à diminuição dessa fecundidade e, mesmo que ela existisse, ainda que a melhoria das práticas agrícolas pudesse aumentar seus recursos, que a industrialização dêsses países absorvesse uma quantidade cada vez maior de braços, é claro que êsses remédios precisam de tempo para produzir efeito. Estamos hoje em presença de um considerável potencial de emigração. Estaria enganado quem julgasse que a emigração fôsse uma solução completa do problema demográfico no Extremo-Oriente. O volume das correntes migratórias jamais foi da mesma ordem que o crescimento das populações. Esse problema, cujos dados são tão imprecisos, é um dos mais angustiosos para o futuro da humanidade.

IV — A fim de que as tensões oriundas dos fatôres políticos, econômicos, demográficos possam ser diluídas, é necessário existirem no globo regiões capazes de receber emigrantes, seja porque ainda esperam a ação dos homens, seja porque o progresso técnico, criando nelas novas riquezas, tenha ao mesmo tempo ampliado as possibilidades de mão-de-obra. Eis-nos de volta aos nossos problemas iniciais. Aquêles que nos precederam se preocuparam tardiamente com êles. Há um século exatamente, antes da conquista do Oeste americano, quando a colonização branca não ocupava mais do que estreita franja descontínua no litoral da América do Sul, quando grande parte da África era terra desconhecida, ninguém se preocupava com as reservas. Entretanto, desde o século XVIII Malthus havia levantado o problema, embora tudo permanecesse no plano da discussão teórica.

Os geógrafos americanos familiarizados com a psicologia da frente pioneira começaram a dar balanço na situação, por iniciativa de Isaiah Bowman.

Após a última guerra, os Congressos internacionais ligados à ONU (UNESCO, FAO, etc...) realizaram vastos inquéritos, que abrangiam sobretudo extensões das áreas agrícolas passíveis de explotação e seus prováveis rendimentos. O balanço é decepcionante. Não restam muitas áreas capazes de acolher o imigrante e de recompensar imediatamente seu esfôrço, oferecendo-lhe segurança duradoura. As que sobram exigem em geral enorme parcela de boa vontade, de meios técnicos, de investimentos de capitais. Todos os cálculos devem levar em conta a incerteza da produção e a importância dos trabalhos preparatórios, tais como a irrigação. Agricultura polar, das estepes ou do deserto, é sempre agricultura de oásis. Mas a grande massa das terras incultas em tôdas as zonas climáticas compõe-se de solos esgotados por uma explotação imprópria, cuja fecundidade precisa ser recuperada, às vêzes mesmo logo à retaguarda da frente pioneira. Tanto aos americanos como aos russos se deparara o mesmo

problema angustioso. A China enfrenta-o há muito e desistiu de solucioná-lo, concentrando o esfôrço agrícola nos vales e deltas. A recuperação dos solos é, por certo, obra de grande fôlego, com pagamento a longo prazo e capaz de elevar o optimum do povoamento, mas é antes de tudo, uma obra de colonização interior. Não se vê como possa atrair imigrantes pobres ao mesmo tempo de técnicas e capitais. Nestas últimas décadas, salvo talvez a que se dirige para o Canadá, a emigração européia perdeu êsse caráter. No século XX havia alimentado, sobretudo de mão-de-obra não especializada, as cidades americanas. A saturação teria de vir.

Dentre os países de imigração, os Estados Unidos aproximaram-se do ponto de saturação, como indicam os movimentos de sua estrutura agrícola. O Canadá, em plena expansão, ainda pode sem dúvida receber europeus. Os países sul-americanos julgam poder absorver grande massa de imigrantes. Também a Austrália e a África do Sul têm potencial bastante elevado, se bem que difícil de ser representado em número.

Todavia, as possibilidades de fixação não são as únicas a serem consideradas no funcionamento das correntes migratórias. Os próprios países que desejam aumentar seu contingente humano pela imigração, não pretendem fazê-lo em quaisquer condições. Há 30 anos saímos do domínio da economia liberal. Dois fenômenos gerais chamam a atenção do geógrafo; um, simultâneamente de ordem política e étnica, o outro de ordem econômica e social. Depois da primeira guerra mundial, propagou-se no mundo inteiro uma vaga de nacionalismo que, uns após outros, atingiu todos os países. Destas tendências nacionalistas provém a preocupação de não deixar formar em seu seio núcleos estrangeiros capazes de reivindicar a autonomia cultural ou política e de comprometer a unidade moral e política da nação. É certo que no período anterior podia dar lugar a apreensões o agrupamento de imigrantes da mesma origem que, com a língua, conservavam os hábitos e laços com a mãe-pátria, como os alemães nos estados do Sul do Brasil. A atitude dos países de emigração que procuravam evitar a desnacionalização de seus filhos, recorrendo a artifícios como a lei Delbrück, não contribuía para acalmá-las. Além disso, a maioria dos países mostraram-se ciosos de conservar, senão a pureza absoluta de sua etnia, ao menos o predomínio de determinado tipo. Para isso é necessário evitar não só os elementos tarados ou duvidosos, mas ainda todos aquêles que se afastam muito dêsse tipo ideal. Daí as medidas de segregação pelo sistema de quotas, vindo superpor-se à restrição total do influxo migratório. Elas limitam ou mesmo impedem a penetração de certos elementos em proveito de outros, considerados como desejáveis. Em todos os países de imigração esta segregação se exerceu em detrimento dos asiáticos: chineses, em todo o Sudeste e na Austrália, chineses e japonêses na América do Norte, chineses, japonêses e indus em parte da América ibero-indiana, indus nos territórios da África do Sul. Esta política provoca amargos ressentimentos. A segregação também abrange, quase em tôda a parte, alguns elementos europeus. Os Estados Unidos forneceram o modêlo da legislação, que encontramos alhures com idêntico caráter vexatório. As restrições às entradas atingem sobretudo os emigrantes provenientes da Europa Oriental e dos países do Oriente Próximo. Nos países anglo-saxões as medidas discriminatórias favorecem claramente a imigração de elementos nórdicos e sobretudo britânicos. Observa-se, não sem ironia, que as coletividades que se bateram e deram o sangue para vencer os defensores do nacionalismo étnico, possuem em tão alto grau a preocupação da pureza de sangue.

As restrições trazidas à emigração não têm apenas uma base política e étnica. Compreende-se bem que os países de imigração se recusem a deixar entrar elementos portadores de tara físicas ou mentais e que possam vir a tornar-se uma sobrecarga para a comunidade que os recebe. No plano moral, há outros egoísmos menos legítimos. Esses imigrantes, o mais das vêzes, são individuos bastante miseráveis, tangidos pela necessidade, prontos a aceitar qualquer trabalho por qualquer preço. Sua entrada modifica as condições locais do mercado de trabalho, e cria uma ameaça para o nível de vida do mundo operário. Em tôda a parte onde está organizado em sindicatos êste assiste com desconfiança à entrada do braço estrangeiro, desconfiança que pode ir até a franca hostilidade, chegando a impor o fechamento das portas à imigração. Muito se tem dito a respeito da política australiana e neozelandesa. Sem exa-

gerar as possibilidades de povoamento do continente australiano, como tanto se tem feito, a fraca densidade mantida artificialmente nessas terras constitui uma espécie de escândalo geográfico. Após a segunda guerra mundial tornou-se patente uma ameaça: como tão fraco contingente branco poderia resistir à pressão do mundo amarelo? Os australianos procedem à revisão de sua política tradicional, mas tateando, prova de que não é fácil romper com egoísmos de vista curta.

V — Ao terminar, eu gostaria de chamar vossa atenção, em particular, para um aspecto do problema das migrações. Trata-se dos efeitos do progresso técnico sob três formas principais, mecanização, motorização, generalização do automatismo. Essas três formas se relacionam entre si. Durante muito tempo pareciam ser características da revolução das atividades industriais. Entretanto, a mecanização e a seguir a motorização penetraram largamente no mundo agrícola; graças à eletricidade o automatismo triunfa hoje na indústria. Ora, são bem conhecidos os efeitos dêsse fenômeno na estrutura das indústrias e da agricultura. Na agricultura americana a eficácia do trabalhador dobrou depois de 1870. Para produzir um alqueire de milho é necessário menos 20% de trabalho do que há vinte e cinco anos, 50% menos para um alqueire de trigo. Em 20 anos a quantidade de trabalho necessária para produzir uma tonelada de beterraba diminuiu de 22%. Antes de 1909, não se vendiam mais de 2000 tratores por ano nos Estados Unidos; em 1937, saíam 249 000. Considere-se que cada trator deslocou de 1 a 5 famílias de lavradores. É êsse o resultado que importa. Não vos darei números a respeito da expulsão do homem pela máquina com o automatismo das ocupações industriais porque, num país como o vosso, êles estão presentes a todos os espíritos.

Durante largo espaço de tempo, o mercado de trabalho não foi atingido por êsses fenômenos, ou o foi favoràvelmente. A expansão industrial exigiu enorme massa de operários não especializados para seu equipamento e para sua produção. Ao mesmo tempo, esta última crescia para suprir uma procura maior correlativa à elevação geral dos níveis de vida e da multiplicação das utilidades. A agricultura foi atingida muito posteriormente. Contudo, num país novo como os Estados Unidos, que foi o primeiro a adotar a mecanização dos campos, o processo não exerceu influência sôbre as necessidades de braços, por haver então em abundância terra disponível e mercados para seus produtos. Assim se explica que êste período de crescimento eufórico, seja precisamente aquêle em que as correntes migratórias transoceânicas engrossaram e atingiram uma fôrça jamais conhecida na história da humanidade.

Entretanto, chegou a hora em que fatalmente, a tendência deveria inverter-se, mais precoce aqui, mais tardia além, conforme o ritmo da evolução. Vêde o que se passou em relação aos têxteis na Nova Inglaterra. Dentre as antigas atividades industriais a têxtil é, como o sabeis, aquela em que o automatismo obteve os mais brilhantes triunfos. Por isso mesmo, fazia-se mais necessário na Nova Inglaterra que a mão-de-obra fornecida pela imigração fôsse menos especializada. Não há lugar hoje para novos emigrantes e o deslocamento dessa indústria para o Sul tão pouco os exigirá. Num mundo onde a estrutura industrial se encaminha para uma certa uniformidade, não convêm mais migrações de trabalhadores. Restam os países ditos subdesenvolvidos e que podem vir a ter uma grande expansão industrial. São os que hoje padecem de superpopulação. Poderão receber apenas uma imigração de quadros, isto é, numèricamente reduzida.

Estas considerações aplicam-se sobretudo às migrações definitivas e intercontinentais. Uma outra categoria de movimentos migratórios parece ter sido atingida, e de modo muito mais radical, pelas conseqüências do progresso técnico. São migrações sazonárias, a que já nos referimos acima. Sem dúvida as causas do declínio devem ser procuradas, em grande parte, na evolução demográfica dos centros de dispersão. Por fim, num país de grande cultura de cereais a adoção da máquina motorizada, que simultâneamente executa as operações de ceifa, debulha, ensacamento e atação dos molhos, torna supérfluo recorrer-se à mão-de-obra importada. Ainda por muito tempo certas operações delicadas não poderão dispensar a intervenção humana. O predomínio da mecanização estende-se progressivamente à maior parte dos trabalhos

rurais. As consequências dela são particularmente agudas nos Estados Unidos, onde uma massa de mão-de-obra flutuante, talvez de 250 000 a 300 000 indivíduos, alimentada pelo desemprêgo e pela concentração da explotação no Meio Oeste, tanto quanto pela pressão dos clandestinos que se acumulam às margens do Rio Grande, erra dos Texas ao Dakota e do sopé das Montanhas Rochosas à Califórnia, à procura de ocupação de ano para ano mais problemática.

CONCLUSÃO

Num resumo forçosamente sumário, apresentamos algumas reflexões gerais sugeridas a um geógrafo pelo espetáculo dos movimentos migratórios atuais. Estas correntes tiveram extraordinária importância enquanto as teorias da economia liberal ainda dominavam a atividade econômica na maior parte do mundo. Sob certos pontos de vista, sua necessidade não diminuiu, pois a aglomeração local dos homens gera ainda situações quase intoleráveis. Entretanto, o conjunto das condições políticas e econômicas, a conjuntura, é pouco favorável ao seu funcionamento. No mundo atual, as migrações não podem mais influir no equilíbrio das desigualdades do ecúmenc. De modo geral é ponto pacífico julgar-se que um acôrdo internacional seria indispensável para lhe restituir sua função normal, já que os acordos bilaterais se mostram impotentes. O geógrafo observa que, se num universo cristalizado, as migrações nem sequer poderiam vir à idéia, os desequilíbrios, necessàriamente gerados pelo movimento natural da vida, darão sempre ensejo a correntes migratórias cujo volume, leito e natureza variarão com o tempo.

<u>Contribuição</u> à Ciência Geográfica

Resumo da Geografia Econômica do Café

PIERRE MONBEIG

Ex-professor da Universidade de São Paulo Professor do Conservatório Nacional de Artes e Oficios de Paris

Um primeiro fato se impõe ao observador: a progressão da produção mundial de café desde há mais de um século. Essa progressão pode ter sido entrecortada de curtos períodos de crise, de recuos momentâneos; mas, em geral, continuou indiscutivelmente. Na medida em que o permitem os documentos antigos, avalia-se em cêrca de 50 000 toneladas a produção mundial antes da Revolução Francesa de 1879. Já estamos mais bem documentados para indicar a cifra de 100 000 toneladas em 1835, em seguida à de 300 000 vinte anos mais tarde. É. então, que ocorre a expansão gigantesca do café: 600 000 toneladas em 1880. 900 000 em 1900 e um bom milhão às vésperas da primeira guerra mundial. Desde então. o aumento continuou, a despeito das crises e dos conflitos entre as nacões. Alguns anos foram excepcionalmente frutuosos: 1927, com quase 2 200 000 toneladas. 1931. que atingiu o mesmo nível, e 1933, que ultrapassa aos 2 300 000 toneladas. A segunda guerra marca uma sensível regressão (excelente maneira de reduzir as crises!), e depois a retomada da produção mundial levou-a ao redor de 1800 000 toneladas (1916 000 em 1952). Em consequência, e apenas se se atém a êste aspecto global da produção, a economia cafeeira apresentava-se particularmente promissora. Como poderíamos julgar de outra maneira uma produção cuja tendência constante é o aumento? Não devemos desejar uma melhoria constante dos bens postos à disposição dos homens? A palavra de ordem da economia do mundo americano não é a de produzir sempre mais a fim de assegurar a satisfação de todos? Não considerando senão as estatísticas mundiais referentes a um longo período, a economia cafeeira parece aceitar sem dificuldade os slogans oficiais do Novo Mundo. E, entretanto, sabe-se bem que isso não é precisamente assim: o maltusianismo econômico não é privilégio de algumas velhas nações da cansada Europa, porque voluntàriamente se destruíram impressionantes quantidades de café, se derrubaram plantações e se abandonaram terras susceptíveis de recuperação. Sem essas limitações voluntárias da produção, as cifras atuais seriam evidentemente ainda mais elevadas.

Diante dessa produção crescente, o consumo mundial se apresenta com tendência análoga. Certamente, não se pode ignorar as crises ditas de superprodução, que marcam a história do café, essas crises das quais São Paulo teve uma experiência cruel desde 1900. Durante muito tempo, a produção mundial foi superior ao consumo; considerando-se as relações dos dois têrmos em trinta anos, observa-se que é sòmente desde 1949 que o consumo leva vantagem sôbre a produção. Lembram-se ainda os anos trágicos como os de 1927, 1929, 1933, nos quais a diferença entre os dois elementos ultrapassava, às vêzes, 12 milhões de sacas. Mas, uma vez reconhecida, essa situação, uma vez reconhecido também o que ela comporta de dramático para o produtor, é preciso outros-sim verificar que, desde há 30 anos, a demanda mundial conheceu, no seu conjunto uma progressão geral. Alguns anos após o fim da segunda guerra mundial, o mundo consome pelo menos sete ou oito milhões de sacas a mais do que alguns anos seguintes à primeira guerra mundial.

AUMENTO DE CONSUMO

O aumento progressivo da demanda corresponde, antes de tudo, ao aumento do número dos consumidores em virtude do crescimento demográfico nos países compradores, Estados Unidos e Europa. Mas é necessário não perder de vista que o consumo de café é função do gênero e do nível de vida. Do gênero de vida porque são sobretudo as populações urbanas dos países fortemente industrializados os consumidores de café. Do nível de vida, porque essas massas urbanas, essencialmente trabalhadoras, rareiam suas compras, detêm seu consumo desde que tenda a diminuir seu poder aquisitivo. O desequilibrio que se exagerou entre produção e consumo nos períodos de grande crise cafeeira, origina-se a um tempo de uma aceleração do ritmo crescente da produção e de uma diminuição do ritmo crescente do consumo. É conveniente salientar que a Europa, com um consumo de 10 200 000 sacas em 1953, não reencontrou ainda completamente seu nível médio de antes da guerra: quer dizer que a totalidade da produção européia não atingiu ainda a capacidade aquisitiva que tinha antes de 1939.

A geografia do consumo do café não se explica unicamente pela distribuição desigual dos níveis de vida. Ela deve tomar em consideração os hábitos alimentares de que os povos são os herdeiros, hábitos que não evoluem senão muito lentamente. A despeito de poderes aquisitivos relativamente elevados, os trabalhadores inglêses, canadenses ou australianos são mediocres consumidores de café; êles são bebedores de chá, assim como os habitantes do sul da França são bebedores de vinho. O consumo de café faz progressos nos países muçulmanos, por exemplo, na áfrica do Norte.

Tudo isto mostra que o interêsse dos países produtores de café é difundir o uso do café. Ora, tal será obtido ao mesmo tempo por uma hábil publicidade e pela melhoria das condições de vida das massas urbanas e rurais. O Brasil encaminhará tanto mais café à Europa quanto mais as usinas lá funcionarem a pleno rendimento e quanto mais os salários sejam elevados. Porque o estudo dos problemas cafeeiros não deve perder de vista o fato de que se trata de um produto alimentar senão de luxo, em todo caso não indispensável. Em período de diminuição de trabalho, se os salários são insuficientes, o cidadão da América do Norte ou da Europa Ocidental restringe o seu consumo de café. Seu comportamento é o mesmo se os preços de venda se elevam muito. Uma alta dos preços do café corre o risco de determinar uma diminuição do consumo. Supondo-se que as mães de família norte-americanas ou européias se deixem convencer perfeitamente de que as calamidades da Natureza justificam o aumento dos preços, a sua filantropia não irá ao ponto de pagar o café familiar a não importa que preço, a fim de ajudar os plantadores: elas comprarão menos.

A SENSIBILIDADE DO MERCADO

O mercado do café está pois submetido a influência múltiplas, que lhe conferem extrema sensibilidade. Como todos os mercados de produtos agrícolas, depende êle das variações da colheita em função dos acidentes climáticos: colheita excedente ou deficitária em relação aos meios de longo prazo. Mas a situação do café difere da de gêneros alimentares vitais como o trigo, a carne, o arroz, cuja demanda é submetida a fraquíssimas variações. Salvo em circunstâncias muito excepcionais, como as guerras e os bloqueios que as acompanham, a procura dêsses produtos fundamentais varia muito fracamente de um ano para outro. Pode-se assim falar de produtos alimentares-chave, cujos mercados não sofrem senão muito pouco os efeitos da especulação (já menos exato é isto para o mercado de carne...) As coisas são bem diferentes para o café. É porque negociantes de café se encontram numa situação estratégica extremamente importante, que lhes dá a possibilidade de exercer sôbre os precos, pressões frequentemente fortes. Ao contrário, as condições do mercado desfavorecem os agricultores e aumentam a vulnerabilidade das economias nacionais nos países produtores.

DESLOCAÇÃO DOS CENTROS DE PRODUÇÃO

Não apenas houve modificação no volume da produção, mas, ao mesmo tempo, houve profundas mudanças na distribuição dos países produtores. Assim como a economia global se nos apresentou como que desprovida de estabilidade, assim também a cartografia do café passa por perpétuas transformações: ela é mais coisa do desenho animado que do verdadeiro cartógrafo. Contentemo-nos em traçar as grandes linhas dessa história geográfica do café, que, originário das terras altas da Abissínia, foi levado à Arábia provàvelmente no século XIII ou XIV. Do famoso país de Moca os europeus difundiram a cultura cafeeira nos seus novos domínios do Oceano Índico e da Ásia das Monções durante o século XVIII; a planta foi introduzida nas colônias do rei de França (Ilha de França e Ilha Bourbon), de onde passará bem mais tarde a Madagáscar; por seu lado, os holandeses a levaram à Índia, ao Ceilão, depois a Java e a Samatra, de onde la se espalhou por tôdas as ilhas da Insulíndia para atingir as Filipinas. O século XVIII foi, de qualquer maneira, o da marcha para o Oriente, para os países de população forte, de terras ricas e de civilizações avançadas.

Contemporâneamente, os mesmos holandeses levaram para a Europa amostras de café, pequenos arbustos que conservaram nos jardins botânicos ou presentearam amàvelmente os seus vizinhos, os reis da Inglaterra e da França. Não se via no cafeeiro senão uma curiosidade exótica, interessante de ser conservada nas estufas. Levados pela curiosidade científica foi que, pouco a pouco, os botânicos neerlandeses, inglêses e franceses se divertiram em levar algumas mudas arrancadas dos exemplares preciosamente conservados, aos países da América. Foi assim que o café fêz sua aparição em Surinã em 1714, alcancando em seguida tôdas as Guianas, a Venezuela e depois o Brasil. A mesma aventura se repetiu na Jamaica britânica e nas Antilhas francesas, particularmente em São Domingos. Os resultados dessas plantações foram tais, que as Antilhas se tornaram ràpidamente o grande fornecedor de café da Europa do século XVIII. São Domingos desempenhou então, o papel que representa hoje São Paulo — enquanto a produção do Extremo Oriente era decisivamente secundária. Quanto à Africa, o continente natal do café, seu papel era nulo. Em suma, a difusão da cultura cafeeira encontra-se històricamente associada à expansão das grandes potências marítimas atlânticas.

As guerras da Revolução e do Império, as comoções sociais que desencadearam em São Domingos as reformas abolicionistas da Convenção, puseram têrmo à supremacia das Antilhas no mercado mundial de café. Os inglêses haviam tentado apoderar-se de São Domingos para subtrair aos plantadores e negociantes franceses essa importante fonte de rendimento; conseguiram-no quando os tratados de 1815 reconheceram São Domingos como terra britânica. Mas as lavouras encontravam-se em mau estado, e a atenção dos inglêses se encontrava já voltada para os países asiáticos, para as culturas de chá. A cultura antilhana não teve senão um papel accessório, que conserva ainda (Haití).

A hegemonia foi assegurada pelas lavouras do Extremo Oriente; as colônias holandesas, Java em primeiro lugar, passaram a dominar o mercado mundial durante a primeira metade do século XIX, enquanto o café introduzido no Brasil por Palhêta ganhava terreno lentamente.

Sabe-se muito bem, como a cultura cafeeira passou do Maranhão à Bahia, ganhou depois a região fluminense e se introduziu em São Paulo pelo vale do Paraíba do Sul. Nas últimas décadas do século XIX, a cartografia sofreu pois uma nova transformação: os grandes centros produtores encaminham-se para oeste, as Índias Neerlandesas experimentam o mesmo declínio que haviam experimentado as Antilhas. O café torna-se o grande produto do Brasil e da América Latina. Pode-se marcar o ponto culminante dessa evolução na escala mundial, indicando que, durante o período 1930-1934, a América Latina forneceu 90% da colheita do globo; só o Brasil dá, então, 74% da produção americana e 67% da produção mundial. E a África? A terra natal do café conserva sempre o seu lugar secundário, pois que não fornece senão 3,5% da colheita total.

SUPREMACIA LATINO-AMERICANA

Tais eram as grandes linhas da cartografia do café às vésperas da segunda guerra mundial. Mas a tarefa do geógrafo não é apenas a de classificar os países segundo a ordem das estatísticas, como se classificam corredores ou como se distribuem prêmios a escolares. Se inicialmente é preciso descrever e cartografar, preciso é depois tentar compreender e explicar. É preciso tentar ordenar os problemas, se não resolvê-los.

Ora, é manifesto que o problema colocado por esta distribuição da cultura cafeeira é o da supremacia latino-americana (e sobretudo brasileira) em relação à contribuição muito pequena das outras regiões, e sobretudo da África.

A primeira explicação que se apresenta ao espírito é emprestada do determinismo clássico condições naturais particularmente favoráveis agiram em favor dos países da América Latina, enquanto condições menos próprias agiram contra as regiões africanas. É certo que a cafeicultura se beneficiou, no Brasil, na Colômbia e na América Central, de um conjunto de condições físicas excepcionais; umas são de ordem climática, pois o cafeeiro é um arbusto essencialmente tropical ou subtropical (sob a condição de que não sobrevenham grandes frios) e porque o mundo latino-americano se estende precisamente nas latitudes onde imperam êsses tipos de clima (condições térmicas e, também, distribuição das precipitações atmosféricas favoráveis ao desenvolvimento do ciclo vegetal). De outro lado, o cafeeiro se dá bem nas regiões de altitude média relativamente forte: é o caso tanto dos planaltos do interior de São Paulo, quanto das zonas inferiores dos Andes do norte e das cadeias da América Central. Enfim — mas não sem resumir e esquematizar — as delicadas exigências pedológicas do cafeeiro são fàcilmente satisfeitas nos países tropicais da América Latina; não apenas necessita êle de terras férteis, mas, ainda, de terras bastante espêssas e de uma consistência tal, que as raízes possam fàcilmente nelas penetrar. Tais tipos de solo os países da América Andina com as aluviões vulcânicas, o Brasil com a decomposição dos basaltos ou com as melhores de suas terras saibrosas, com elementos calcários, possuíam em grandes extensões. Entre todos os Estados do continente americano, encontrava-se o Brasil como o mais dotado porque, além dessas vantagens climáticas e pedológicas, tinha a fortuna de possuir vastos planaltos onde as lavouras são de instalação relativamente fácil, onde a circulação é de organização simples; ajuntemos ainda que o caráter já ameno de seu clima tropical pode fazer acreditar que se poderia impunemente cultivar o cafeeiro sem o sombreamento e sem a irrigação: as primeiras rendas são suficientemente elevadas para assegurar um lucro substancial, e o espaco não falta para os lavradores em busca de terras virgens. Terminemos esta rápida enumeração das vantagens geográficas do Brasil, lembrando que as terras de café, pelo menos em outros tempos, se encontravam próximas dos portos e que a produção se inseria fàcilmente na vasta corrente comercial do oceano Atlântico.

Passemos à contraprova, isto é, perguntemo-nos se os países africanos dispõem de condições naturais tão favoráveis ou, bem ao contrário, se elas são menos generosas e, conseqüentemente, se a natureza desfavoreceu o continente onde nasceu o café. Permitir-se-me-á encaminhar o leitor ao interessantíssimo relatório sôbre a agricultura africana redigido por Rui Miller Paiva. Este excelente conhecedor dos problemas brasileiros mostrou muito bem a situação da cafeicultura na África.

É seguramente tentador raciocinar apressadamente e pensar que o Continente Negro, inserido entre os trópicos, deve reunir tôdas as condições necessárias e suficientes à grande cultura cafeeira. Que se olhe isso mais de perto, e se lembrará que a Africa Negra engloba não sòmente regiões desérticas e subdesérticas mas, também, enormes extensões equatoriais. Ora, não é na Amazônia que brotam nossos cafeeiros, mas em São Paulo; e nada há de supreendente, pois, em que seja preciso subtrair a floresta congolesa do domínio africano da rubiácea. De outro lado, a África não possui planaltos de altitude média tão extensos como os do Brasil tropical. Mais ainda: êsses planaltos africanos não têm as mesmas terras que as do Brasil cafeeiro; a terra roxa não é africana. E, totalmente ao contrário, o que é africano é a laterita, a couraça de solo endurecido imprópria às culturas de arbustos, quando não a tôdas as culturas. Há, todavia,

um setor africano favorável ao café, setor cuja importância não deve ser negligenciada: o das altas montanhas e das terras vulcânicas de leste, no Ruandi, no Tanganica, no Quênia e ainda na Rodésia, esta Rodésia que me parece ser a terra africana mais semelhante ao Brasil paulista e paranaense. É nesta parte da África que as lavouras de café encontram melhores condições. Mas, não é isto pouca coisa? E esta análise sumária não é suficiente para concluir admitindo que o meio natural desfavorável explica fàcilmente a debilidade do café africano em 1939?

Mas pode a gente se perguntar se esta conclusão não peca por precipitação. Porque é Rui Miller Paiva quem nos explica, bem claramente, que se as condições naturais não parecem muito propícias à extensão das lavouras da Arábia, o problema não tem absolutamente o mesmo aspecto se se examinam as possibilidades da Robusta. Esta variedade dá-se bem nas zonas de fraca altitude que se estendem por grandes superfícies. De mais a mais, existe tôda uma gama de variedades cuja capacidade não foi ainda bem estudada, mas que, *in loco*, puderam dar resultados satisfatórios tanto, em Angola quanto no Congo Belga, na África Equatorial Francesa, no Camerum ou em tôdas as terras que dão para o gôlfo da Guiné. Tem-se a impressão de que, em tôdas essas regiões, a experiência cafeeira não chamou a atenção nem dos agrônomos, nem dos botânicos e nem mesmo dos lavradores, mas que, tudo bem pesado, as condições naturais não são fundamentalmente hostis ao café; que elas lhe são, mesmo, provàvelmente favoráveis.

Ao menos tanto quanto às condições naturais, é à forma de valorização da África que é preciso imputar a lentidão com que ali se desenvolveu a cafeicultura. Os europeus, tarde chegados à África Negra, que é a do café, consideraram-na antes como um continente a explorar do que como uma terra a cultivar. Os colonizadores procuraram preferivelmente extrair os produtos do solo e do subsolo pela colheita e pelas minas, do que planejar instalar sòlidamente ali culturas rendáveis. Os investimentos particulares foram ali mais do tipo comercial que do tipo agrícola ou industrial; na sua origem, encontram-se quase exclusivamente sociedades de comércio e, numa parte mais reduzida (e muito pouco em zona portuguêsa ou francesa), organizações de mineração apoiadas por sólidos estabelecimentos bancários. Não foi senão lentamente que o interêsse dos capitalistas se voltou para as culturas de plantação, numa época em que o mercado mundial do café já se encontrava dominado pela América Latina e quando, em consequência, não era muito interessante aplicar grandes capitais nos cafèzais africanos. Ao contrário, as grandes potências industriais, na Europa a princípio e depois nos Estados Unidos, tinham muito mais motivos para investir, seja no Brasil, seja nas outras repúblicas americanas, porque cada investimento em países de população mais densa que a África tropical não apenas era rendável mas, ainda, abria novas possibilidades de ali vender os produtos das indústrias européias ou norte-americanas. Os lucros eram maiores emprestando-se aos governos latino-americanos à procura de créditos para valorizar o café, do que se investindo na jungle africana. Encontramo-nos pois diante de um complexo de fatôres, uns se ligando diretamente aos diferentes meios naturais, outros participando das condições históricas ou das conjunturas econômicas; e é a ação dêsses fatôres, solidários uns com os outros, que contribui para explicar a debilidade da participação africana na cafeicultura mundial no período de entre as duas guerras. Para completar brevemente êste esbôço, é indispensável tomar em consideração o passado dos países da América Latina. Mais precisamente ainda, do passado brasileiro e paulista, isto é, da presença, neste país, de elementos ativos, habituados não sòmente à agricultura, mas também aos negócios, e dispondo de capitais que permitiram a démarrage da cultura.

TENDÊNCIAS RECENTES DOS MERCADOS PRODUTORES

Curta que seja em relação à dos grandes vegetais cultivados, a história do café revela a rapidez com que se deslocaram os centros produtores. Produto destinado a satisfazer necessidades não-essenciais, o café é vulnerável, é preciso repeti-lo. Acontecimentos políticos, modificações da conjuntura econômica podem precipitar o crescimento de novos locais de produção e originar uma concorrência séria às regiões que pareciam gozar de um monopólio a longo prazo.

É aliás o que ensina já claramente a marcha do café no interior do Brasil apenas. Não é aqui lugar para lembrar o que foi essa marcha do café desde as velhas fazendas do vale do Paraíba até as novas lavouras de Mato Grosso, do Paraná e mesmo do Paraguai, passando por Campinas, Ribeirão Prêto, Jaú, Avaré, Marília, Londrina e tôdas as outras cidades do café. E não é o caso, também, de repetir quais foram as causas dessa progressão perpétua: a mais evidente é o cansaço das terras, que leva o lavrador do café a partir para fundar uma nova fazenda. Lembremos, todavia, que o sistema de cultura devastador não é, êle mesmo, senão o aspecto de um todo mais completo, em que os fatôres econômicos, a estrutura social e a mentalidade dos pioneiros não são menos eficazes que a natureza das terras tropicais. Como quer que seja, pode-se interpretar a marcha do café no interior das fronteiras do Brasil como representando, no quadro nacional, um fenômeno que não deixa de ter analogias com os que se podem observar no quadro mundial. As zonas novas entram em concorrência com as zonas velhas e as substituem, assim como os novos países produtores tendem a entrar em concorrência com os produtores tradicionais.

Sabemos muito bem que a tendência preponderante na cartografia do café é o desenvolvimento das produções não-brasileiras. Segundo uma enquete da ONU, a participação do Brasil passa de 62% da colheita do mundo em 1924-29 a 67% em 1930-34, depois a 60% em 1935-38, situando-se em 47-48% para os anos de 1948 a 1950, incluídos. Durante êsse tempo, a produção africana se elevou progressivamente de 55 000 toneladas a 84 000, 132 000, e passa a 295 000 em 1950 e a 315 000 em 1952. Isto quer dizer que a participação africana, que era apenas de 8%, circa, antes da guerra, foi de 16,6% em 1952. A produção do grupo Quênia-Uganda-Tanganica, que era de 751 625 sacas, passa a 1 225 000; a da Africa Francesa, de 212 950 a 1 287 000; Angola, partindo de 278 650, ultrapassa um milhão de sacas em 1951; e a produção etíope foi multiplicada por três.

A intensificação da cafeicultura não é privilégio da Africa. Vê-se a produção colombiana elevar-se de 163 000 toneladas em 1924-29 a 213 000 em 1930-34; 251 000 em 1935-39; 320 000 em 1950. Para os outros países da América Latina e para os mesmos períodos, as cifras são respectivamente, de 336 000 toneladas, 342 000, 383 000 e 403 000. A mudança mais interessante é provàvelmente a do México, que viu sua produção partir de 54 000 toneladas em 1939 para chegar a 60 000 em 1950 e 95 000 em 1954, o que o faz o terceiro produtor mundial.

O melhor resumo da situação será fornecido pelo quadro seguinte:

Anos	Produção Brasil	Produção outros países	Total mundial
	(em	sacas de 60 qui	los)
1924	14 560 000	6 762 000	22 944 000
1930	17 418 000	8 633 000	25 729 000
1935	20 927 000	10 028 000	27 110 000
1940	16 455 800	12 138 000	25 593 800
1945	12 700 500	12 478 000	25 178 500
1950	16 733 000	15 966 000	32 719 000
1952	15 273 000	16 675 000	31 948 000

Assim, a supremacia do Brasil sôbre os outros países produtores é menos esmagadora do que no princípio do século. Na maioria das regiões onde as condições naturais permitem a cafeicultura, esta se desenvolve. Assiste-se em todo lugar a uma mobilização de todos os recursos naturais. Da mesma forma que deveria chegar um tempo em que o Brasil explorasse o capital mineiro que a natureza pôs dentro de suas fronteiras, que chegou o momento em que a China explora as suas carvoeiras e que a Índia tece o seu próprio algodão, assim também vem o momento em que se plantam cafêzais em tôdas as zonas tropicais onde se reúnem as condições topográficas, climáticas e pedológicas indispensáveis. Nos países da América Latina (e na Insulíndia, onde se assiste a uma retomada da cafeicultura) o desejo de fazer valer tôdas as possibilidades a fim de reforçar as economias nacionais e elevar os níveis de vida, é o fator que mais age. Nos territórios coloniais da África a situação não é a mesma, pelo menos à primeira vista. A ótica das metrópoles mudou com a guerra e

com o após-guerra; elas começam a revisar suas mentalidades africanas, e a fase da colheita, aquela da extração brutal das riquezas do solo e do subsolo, cede lugar pouco a pouco a um período de valorização mais completa, mais cuidadosa. Accessòriamente, as autoridades coloniais pesquisam as maneiras de produção capazes de elevar, os níveis de vida indígena, e as culturas arboríferas (cacau, café, palmas oleosas) são consideradas como aptas para ativar essa evolução. Mais ainda, as potências coloniais européias procuram livrar-se do pêso que constituem para elas as compras dos países que exigem pagamento, aos menos parcialmente, em dólares e cujos preços são frequentemente superiores àqueles dos mesmos produtos obtidos nos trópicos africanos. O Brasil, velho país do café, encontra hoje a concorrência de países mais jovens, que se comportam econômicamente em relação a êle da mesma maneira que êle o faz e tende com felicidade a fazer cada vez mais relativamente aos velhos países industriais. Concebe-se que uma nova geografia dos países produtores implique numa nova geografia comercial que suscite problemas tanto mais delicados e que faça nascer perigos tanto mais graves quanto a geografia financeira do mundo, que igualmente se modificou.

A GEOGRAFIA COMERCIAL

O café é o tipo de gênero que, produzido numa determinada área geográfica, é consumido na sua maior parte numa área geográfica totalmente diferente. Éle poderia ser tomado como o exemplo mais expressivo da geografia comercial do mundo tal qual se organizou em fins do século XIX com a tomada de posição das economias capitalistas.

Se os produtores são países tropicais e subdesenvolvidos, os consumidores são países temperados e de alto nível de vida, onde a industrialização é muito desenvolvida. Sem dúvida devemos completar estas indicações lembrando a importância dos hábitos alimentares, que fazem com que os anglo-saxões e os eslavos continuem bebedores de café. Uma vez feita esta reserva, não é menos verdade que a demanda do café é tanto maior quanto o nível de vida e a urbanização são elevados. Não é portanto surpreendente que os dois grandes centros de importação sejam de um lado os Estados Unidos e de outro a Europa ocidental. Em 1952, sôbre um total mundial de 32 286 898 sacas importadas, os EE.UU. compraram 20 266 045 (62%) e a Europa Ocidental 9 128 169, ou seja 28%; o resto do mundo não participa pois das importações senão com uma parte módica de 10% (dever-se-ia ainda ajuntar às importações européias as da Africa do Norte francesa, que aumentam de ano para ano). Há, pois, uma fortíssima concentração das importações. Esta concentração se encontra no interior do mercado europeu, onde França, Alemanha e Itália têm a parte de leão. Sempre com relação a 1952, a França tomou 29% das importações europeias, a Itália 11%, a Alemanha 10% e a Bélgica cêrca de 9%, isto é, 59% para quatro importadores.

O enorme mercado americano está em constante desenvolvimento: sua importação aumentou de 55,2% em volume entre o período 1934-38 e o período 1948-52. Paralelamente, os EE.UU. adquiriram neste último período 65% do café negociado no mundo, contra cêrca de 50% anteriormente. Sabe-se que, afora o efetivo considerável e crescente da população americana, êste aumento da demanda se explica pela presença de uma rêde extremamente extensa e diversificada de comerciantes e de varejistas. Os dois grandes fornecedores são o Brasil e a Colômbia, que proporcionam aos EE.UU. três quartas partes de sua importação. A novidade é que, não obstante o volume das importações de proveniência brasileira seja atualmente mais elevado do que antes da guerra (10 988 000 sacas em média para os anos 48-52 contra 7 929 000 para 1934-38), a proporção que cabe ao Brasil declina. A média das importações colombianas evolve de 2 902 000 de sacas para o período 1934-38 para 4 603 000 para 1948-52; há portanto progressão absoluta, mas é conveniente assinalar que a participação colombiana permanece em 22% e que aquela enfraqueceu de 60,3% para 48,8%. Verifica-se uma melhoria da posição dos outros países da América Latina entre 1949 e 1952, mas ela é mediocre. Ao contrário, os cafés africanos se elevaram de 427 647 sacas em 1949 a 1 228 094 em 1952, ou seja, de 1,9% a 6%. Porcentagem mediocre, mas progressão sintomática. Ela significa, de um lado, que os EE.UU.

tornados potência leader de uma parte do planêta, são, volentes nolentes, obrigados a comprar em tôda parte onde seus interêsses políticos e militares se desenvolvem; e significa, de outro lado, que o mercado americano procura na África tipos de café destinados à mistura, tipos que não lhe fornecem todos os seus vizinhos do hemisfério ocidental. Este último fator age em favor dos cafés da América Central e da Colômbia. Sabe-se que a qualidade do café colombiano (a situação é a mesma para São Salvador e a Guatemala) lhe assegura uma cotação superior à do café brasileiro nas praças americanas.

A evolução do mercado europeu foi perturbada pela guerra. Ela trouxe um recuo sensível do consumo cafeeiro e desorganizou um mercado que compreendia funções complexas de importação e de redistribuição Esta função de redistribuição tinha sido assumida seja por países como a Bélgica ou a Holanda, situados em posição geográfica especial, seja por praças de comércio localizadas em grandes portos importadores como o Havre e Bremen. As regulamentações muito estritas, os racionamentos, o fechamento dos escritórios de café para assegurar o contrôle dos estados, modificaram a situação. A dificuldade fundamental residia, no após-guerra, nas regulamentações das compras de café, que, por exigência dos pequenos produtores latino-americanos e em medida menor do Brasil, deviam ser efetuadas em dólares. Eis aqui o fator decisivo que explica a importância dada pela Europa à produção africana. Viram-se portanto as aquisições de café africano pela Europa passarem de 16% do total em 1934-38 a 40% em 1950, enquanto as importações de origem latino-americanas caíam de 71 a 59%.

Em certos casos, esta evolução pôde agir em favor do Brasil: assim. a Grã-Bretanha cessa suas compras de países secundários, que lhe forneciam 49% de seu café antes da guerra, e pede ao Brasil que lhe forneça 35% africanos. A orientação foi do mesmo gênero para a Alemanha, com a diferença de que esta aumentou menos suas aquisições da Africa comparativamente à Grã-Bretanha. A Itália, decepcionada com suas experiências africanas, voltou-se quase inteiramente para a América Latina, tal como a Suíça, cuja situação financeira é excepcional. A evolução da França foi ao mesmo tempo mais radical e mais complexa. Mais radical pois que, não sòmente nos dias imediatos à guerra, mas ainda em 1950, a França havia reduzido suas importações, afetando a diminuição sobretudo os países americanos: a parte do Brasil de suas necessidades em 1950 (2% antes da guerra), tomando o resto em seus territórios desmoronava de 45% em 1934-38 para 26% em 1950, com 34 900 toneladas. Mas as compras de café africano subiam brutalmente de 19% a 75%, com 112 300 toneladas; as importações asiáticas (Indochina), antigamente apreciáveis, eram negligenciadas. Mas em 1952 já se nota uma mudança, pois as importações de proveniência africana caíam a 102 880 toneladas, ou seja, 65% do total importado, enquanto as importações brasileiras subiam a 49 847 toneladas, isto é, 31% do total. A tendência se afirma mais fortemente ainda em 1953, quando os cafés africanos baixam a 82 933 toneladas (54%) e os cafés brasileiros sobem a 60 897 toneladas. ou seja, 40%, quase o nível de antes da guerra. Os dois derradeiros anos foram marcados pela reaparição dos cafés da América Central, cujas importações passam de 1 635 toneladas em 1952 a 7 508 em 1953 (progresso muito nítido do Haiti). No princípio de 1954 se produziu uma diminuição nas importações francesas; ela se manifestou mais sôbre as remessas brasileiras do que sôbre as aquisições efetuadas nos territórios franceses de ultramar. É necessário provàvelmente procurar explicação para isso na alta dos preços sôbre Santos e Nova York, que ràpidamente repercutiram nas vendas varejistas na França e provocaram uma autolimitação das compras da clientela média. Além disso, os primeiros meses de cada ano são raramente os de maiores compras francesas de café brasileiro. Enfim, quando se considera o mercado francês de café, seria econômicamente desejável nêle se incluírem as importações da África do Norte. No Marrocos francês as entradas de café são superiores a mais de um milhão de toneladas dos seus níveis de 1938 e o valor passou de perto de 11 milhões de francos a 1 258 000 000. Para a Argélia, a importação cafeeira, que era de 15 700 toneladas em 1938 (ou seja, 73 milhões de francos), atingiu 21 200 toneladas e a 7 171 000 000 de francos em 1951; o ano seguinte marcou muito fraca regressão, que foi logo contida. O papel dos países franceses na economia cafeeira continua portanto essencial, reforçado ùltimamente pela reabertura da bôlsa de café do Havre.

Em conclusão, e se a observação diz respeito ao conjunto das trocas mundiais durante um longo período, os efeitos imediatos da guerra se apagam. O mundo compra cada vez mais café, e as grandes correntes não apresentam modificação radical. Os Estados Unidos continuam os grandes compradores. Índices de transformação, entretanto, são indiscutíveis: êles afetam sensivelmente o Brasil, cujas exportações tendem a se enfraquecer, senão em quantidades absolutas, pelo menos em proporção. Esta situação reflete bem a baixa de capacidade de produção que conheceu (momentâneamente) o país; ela reflete, também, as imperfeições do produto; provém, enfim, dos preços praticados.

CONSEQUÊNCIAS DA ECONOMIA CAFEEIRA

Superficial que seja êste estudo da geografia econômica do café, êle seria muito incompleto se não se lembrassem a fragilidade e a dependência dos países produtores.

Esta fragilidade reside desde logo nas ameaças constantes que as intempéries ou as doenças dos arbustos fazem pesar sôbre a agricultura, cafeeira. Será necessário assinalar as catástrofes que as geadas, freqüentes demais, causaram às lavouras brasileiras? Depois da geada de 1953 assinalava-se que as exportações para a totalidade dos exportadores se achavam reduzidas em 1954 a 31 500 000 sacas, enquanto a demanda poderia absorver 33 milhões. Os consumidores objetarão que a subida dos preços compensa (e mesmo largamente) as perdas dos produtores; mas isto assim seria se êsses preços elevados não beneficiassem muito mais os negociantes e os especuladores do que os agricultores.

Mais perigosas ainda do que as intempéries climáticas, são precisamente as oscilações dos preços, que afetam impiedosamente os países produtores. Porque, na maior parte dêstes, o café é a peça-mestra do seu comércio exterior. A menor pressão que se exerça sôbre êles, estremece inteiramente o edifício nacional. Em relação ao valor total das exportações nacionais, a parte do café variou de 49,13% em 1920 a 75,79% em 1925, ano record. A guerra fêz cair esta porcentagem a 26,21% em 1942, mas em 1952 ela atingiu a cifra alarmante de 73,71%, o que quer dizer que as exportações voltam a encontrar-se na situação que precedeu a crise de 1929-30. Na Colômbia, o café constitui 85% das exportações. Grande fonte de rendas para um bom número de cidadãos, o café é também a melhor fonte de rendas para os Estados, pois êle é a matéria fiscal por excelência.

Ora, a despeito da progressão constante dos preços, o poder aquisitivo do café não é satisfatório, pois que se trata de matéria-prima alimentar, apenas inicialmente trabalhada antes de sua exportação, que se quer trocar por produtos infinitamente mais onerosos. Os preços elevados do café brasileiro permitiram obter apreciáveis quantidades de divisas; a situação foi muito satisfatória em 1949 e 1950, mas no ano seguinte os preços dos produtos importados aumentaram de tal modo, que essa alta anulou o aumento de volume das vendas de café e a melhoria dos preços. A gravidade do problema se encontra reforçada pelas mudanças que se produzem nas importações: parcialmente industrializado, o Brasil, que não demanda mais tecidos, é comprador de máquinas que custam caro; a melhora dos níveis de vida, a extensão das culturas, as necessidades da indústria implicam em aquisições maciças de carburantes que, êles também, custam caro; as necessidades das novas indústrias ralativamente a matérias-primas ainda inexploradas ou inexistentes, aumentam ainda o volume e o valor das importações. Ora, o café é, cada vez menos, capaz de fazer face à maré crescente das necessidades: no primeiro semestre de 1952 êle não cobria senão 40%, das importações. O Brasil não tem o privilégio dessa canhestra situação, pois que, não obstante o preço do café colombiano se haja elevado de 7,6% entre 1951 e 1952, o preço dos produtos importados aumentou de quase 50%; o país teve que renunciar a importações vitais.

Um último fato se ajunta à sensibilidade das economias dos Estados da América Latina produtores e exportadores de café: a preponderância norte-americana sôbre o mercado mundial. Em 1950, as compras de café custaram aos Estados Unidos mais de um bilhão de dólares, ou seja, 12,5% de suas importações. Fonte de dólares para os países vendedores? Seguramente, mas também depen-

dência, quando se observa que 80% das exportações brasileiras para os Estados Unidos são constituídas pelo café, que a porcentagem sobe a 98% para Salvador, etc. Direta ou indiretamente, as firmas americanas se encarregam da melhor parte do comércio de exportação tanto nos portos brasileiros ou colombianos, quanto nos das Repúblicas da América Central. As mesmas casas adquirem interêsse direto na cultura cafeeira, como o testemunha a recente constituição de uma sociedade cafeeira no Paraguai. Compreende-se fàcilmente que o principal comprador esteja em condições de agir sôbre os mercados exportadores e, consequentemente, sôbre a produção e os produtores. A intensificação das trocas bilaterais entre os países da América Latina e os da Europa poderia permitir a uns e outros aliviar o fardo que sôbre êles faz pesar o rei-dólar. Mas isto teria que supor, desde logo, que as necessidades de café da Europa aumentassem substancialmente, ultrapassando bem largamente o que elas eram antes da segunda guerra mundial. Não é permitido pôr em dúvida essa possibilidade no momento em que as economias da Europa Ocidental e suas produções são condicionadas por uma situação política incerta? De outro lado, a desproporção que existe, malgrado as recentes evoluções, entre um grande produtor, o Brasil, e a multidão de produtores secundários americanos, entrava a realização de uma política econômica comum, facilitando inteiramente o jôgo do principal comprador.

A geografia econômica do café reflete perfeitamente o mundo atual: dela apreendemos aquilo que subsiste ainda de uma época em que os grandes países industrializados do hemisfério norte dominavam as economias e exploravam os recursos dos países tropicais. Mas, ao mesmo tempo, esta geografia permite medir os esforços dos países subdesenvolvidos para se libertarem ao preço de mil dificuldades. A análise mesmo sumária dos problemas do café traz à luz a falta de equilíbrio que reina nos países ocidentais, onde as trocas são condicionadas pela divisão do mundo em setores monetários. Há poucos mercados que sejam tão incertos, devido às possibilidades de expansão das culturas, ou às flutuações das colheitas, seja, também, por causa de rivalidades conseqüentes e a incidên-

cias sociais e políticas que afetam um gênero alimentar de luxo.

Ilha Soares

ANTÔNIO TEIXEIRA GUERRA Do Conselho Nacional de Geografia

A soberania sôbre a pequena ilha que se encontra no rio Mamoré, ao norte do paralelo de 10°50', em frente às cidades de Guajará-Mirim (Brasil) e Guaiaramerim (Bolívia), tem constituído motivo de discussão nestes últimos anos, entre os dois países interessados.

Entre as duas cidades raianas, no local onde o rio Mamoré descreve um amplo meandro divagante, surge a ilha Soares¹ de natureza aluvial, cuja extensão é variável, segundo se considerem os resultados do relatório do general Cândido Rondon (1929-1930), que lhe atribui 427 hectares (área na estiagem) ou o mapa da Inspetoria Especial de Fronteiras onde sua área abrange 369 hectares (Vide figs. 1 e 2).

Analisando a paisagem morfológica da região onde está situada a ilha Soares, verifica-se que o rio Mamoré, bem como o seu afluente Guaporé, correm numa calha extremamente larga, permitindo que os mesmos divaguem amplamente e dêem origem ao aparecimento de "sacados" e "crescentes", os quais são perfeitamente normais em regiões como esta.

Qual teria sido a origem da ilha Soares? Esta pergunta pode ser fàcilmente respondida. E o general Lima Figueiredo, ao descrever a região teve oportunidade de dizer o seguinte: "Bem defronte à cidade de Guajará-Mirim apresenta-se a ilha Suarez cuja posse ambos os países confinantes disputam. Pelo croquis podemos verificar que o canal de este é um furo recente. A tendência até será para um sacado, muito comum em tôda a Amazônia".3 Por conseguinte, o canal de leste é possivelmente mais recente, e a ilha Soares foi então produzida pelo sacado. Esta nos parece ser a origem normal desta ilha, tendo em vista a existência do amplo meandro e a natureza do material aluvial. Um pouco a jusante da cidade de Guajará-Mirim a paisagem morfológica se torna mais complicada, pois no leito do río Mamoré começam a aparecer afloramentos de rochas mais resistentes à erosão, do que resulta a existência de cachoeiras. Consequentemente, não se deve pensar que o Mamoré corra sempre em terrenos quaternários de origem aluvial como acontece na região de Guajará-Mirim, onde se encontram as ilhas Soares, Saldanha, etc. Aliás no próprio mapa da Inspetoria Especial de Fronteiras (Fig. 2) vemos a indicação da existência da cachoeira Guajará-Mirim, a qual deve coincidir, possívelmente, como o afloramento de rochas mais resistentes à erosão — rochas do embasamento cristalino.

Após esta explicação somos levados a levantar a hipótese de que o próprio meandro que aparece em frente à cidade de Guajará-Mirim, tenha surgido pelo efeito da barragem causada pelo afloramento de rochas mais duras, as quais exigiram um retardamento maior da erosão.

A tendência normal da evolução da rêde hidrográfica nesse local, que ora estamos considerando, será a da colmatagem no canal de oeste e o aprofundamento no de leste.

³ J. de Lima Figueiredo "Alguns aspectos fisiográficos do território do Guaporé" In "Revista Brasileira de Geografia", ano VII, abril-junho 1945, n.º 2, pp. 245/260 (p. 256).

 $^{^{1}}$ A grafia dessa ilha ora aparece como a que apresentamos acima, ora surge como a que se segue — Suarez.

² "Sacado" ou "Cut-Off" — denominação dada ao corte feito pela corrente d'água, que abreviou o seu curso. O resultado dêsse corte é o aparecimento do crescente, que no correr do tempo será completamente entulhado fazendo desaparecer a insua.

Após esta rápida visão da paisagem morfológica da região, ou melhor, origem da ilha, que apresentamos como hipótese de trabalho para futuras pesquisas na região, passaremos a encarar o problema político da fronteira Brasil-Bolívia, no momento atual, por causa da ilha Soares.

Do ponto de vista histórico um dos mais importantes documentos, se não o maior, é a "Planta geográfica no rio Mamoré entre a foz do Guaporé e a do

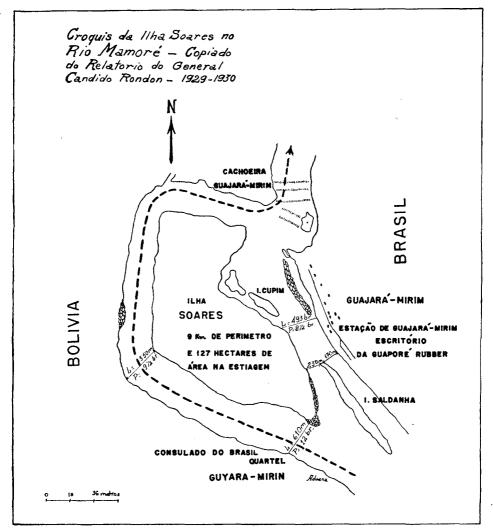


Figura 1

Beni, levantada pela Comissão Demarcadora de Limites entre o Brasil e a Bolívia", executada pelo chefe da Comissão, major bacharel Francisco Xavier Lopes de Araújo e pelos ajudantes G. C. Lassance, J. X. O. Pimentel e E. F. Oliveira, em dezembro de 1877, na escala de 1:1000000 — Fig. 3.5 É necessário salientarmos que a referida carta foi aceita pela Comissão Mista de Limites, e

Mapa existente na mapoteca do Ministério das Relações Exteriores.
 O trecho que nos interessa neste trabalho está reproduzido na fig. 3.

na legenda do referido mapa há uma linha vermelha traçada no curso do rio,

para servir de limite das terras entre os dois países.

No trabalho de J. S. da Fonseca Hermes e Murilo de M. Basto encontramos uma referência interessante que passamos a transcrever: "No rio Mamoré — As ilhas de Capivara (antiga São Silvestre) e do Mutum, pertencem à Bolívia. As ilhas Soares e Saldanha, fronteiras a Guajará-Mirim, pertencem ao Brasil".

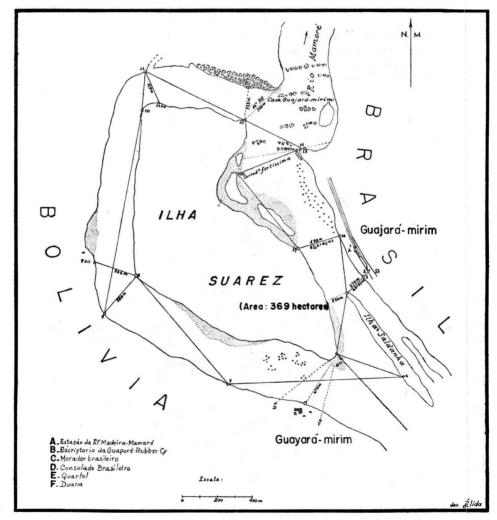


Figura 2

Numa nota de pé de página êstes autores escreveram o seguinte: "As ilhas dos rios Guaporé e Mamoré foram adjudicadas a um e outro país segundo as suas posições em relação ao canal de maior profundidade e importância, o qual será traçado a tinta carmim nas cartas geográficas dêsses rios, levantadas e desenhadas em 1877, pela Comissão Brasileira Demarcadora de Limites e aprovadas posteriormente por ambos os governos".

⁶ J. S. da Fonseca Hermes e Murilo M. de Basto — "Limites do Brasil (Descrição geográfica das linhas divisórias) in "Anais do IX Congresso Brasileiro de Geografia", vol. II, ano de 1942, pp. 713/748 (p. 729).

A partir do importante documento, isto é, da planta levantada pela Comissão Mista Brasil-Bolívia e tendo sido o limite aceito pelos dois países não parece existir nenhuma dúvida a respeito da ilha Soares. O general Lima Figueiredo no seu trabalho intitulado "Limites do Brasil" ao tratar dêste problema disse: "Esta ilha (Soares) era brasileira e nela habitava uma família matogrossense que, desejando retirar-se do local, a vendeu a um negociante boliviano.

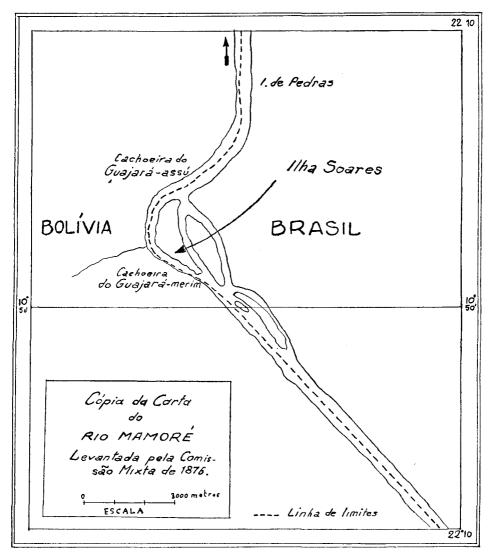


Figura 3

Foi o bastante para o Departamento do Beni considerar a ilha como fazendo parte integrante do território boliviano. A caudal, divagando ao longo de um eixo longitudinal, aplicou a sua componente centrípeta contra uma concavidade apresentada pela margem brasileira originando um furo e a ilha. A prova de que êsse pedaço de terra é brasileiro é o canal que o separa da Bolívia — mais

profundo e mais largo" 7 No que diz respeito ao argumento final do general Lima Figueiredo, temos a manifestar que nossa idéia não é perfeitamente acorde com a dêste autor uma vez que se trata de um argumento atinente ao tempo geológico, e já em 1877 existia o referido canal a leste da ilha e além do mais, quanto à profundidade do canal temos a salientar que se no presente o de oeste é o mais profundo, dentro de um futuro não muito remoto, geològicamente falando, o canal de leste, isto é, o canal produzido pelo sacado será o mais profundo como já acentuamos no início dêsse trabalho.

No tocante à ocupação atual da ilha não podemos deixar de assinalar que no momento é feito pràticamente só por bolivianos o que é fácil de ser exemplificado, pela própria situação política da ilha.

Se deixarmos de considerar o caso particular da ilha Soares e encararmos sucintamente a vida das duas cidades raianas, observamos que há normalmente uma grande atração exercida pela cidade de Guajará-Mirim sôbre a própria Guaiaramerim. Assim, muitos bolivianos que habitam na própria cidade de Guaiaramerim trabalham no lado brasileiro e residem na Bolivia. Desta forma se explica por que alguns bolivianos ocuparam a ilha Soares, tendo em vista o abandono da mesma pelos brasileiros, e o interêsse daqueles em habitar próximo à cidade de Guajará-Mirim. Todavia, não podemos deixar de considerar também a explicação dada pelo general Lima Figueiredo, a qual já citamos linhas atrás.

Concluindo esta breve exposição a propósito da ilha Soares, somos de parecer que a melhor fonte informativa, é a oriunda da própria Comissão Mista Brasil-Bolívia, a qual mostra claramente a posição da ilha e sua integração no território brasileiro.

BIBLIOGRAFIA

- Fonseca Hermes, J. S. de e Basto, Murilo de "Limites do Brasil" (Descrição geográfica da linha divisória) *In* "Anais do IX Congresso Brasileiro de Geografia" vol. II, 1949, pp. 713/748.
- LIMA FIGUEIREDO, J. "Alguns aspectos fisiográficos do território federal do Guaporé" In "Revista Brasileira de Geografia", ano VII, n.º 2, abril-junho de 1945, pp. 245/260.
- Lima Figueiredo, J. "Limites do Brasil" 220 páginas. Biblioteca da "A Defesa Nacional", Rio de Janeiro 1936.
- "Comissão Mista de Limites entre o Brasil e a Bolívia" (Bolívia-Demarcação dos limites com o Brasil-Atas da respectiva Comissão) 103 páginas, Rio de Janeiro 1907.
- "Planta geográfica do rio Mamoré entre a foz do Guaporé e a do Beni levantada pela Comissão Demarcadora de Limites entre o Brasil e a Bolívia". Escala 1/1 000 000. (Documento existente na mapoteca do Ministério das Relações Exteriores).

 $^{^7}$ J. de Lima Figueiredo — "Limites do Brasil". Biblioteca da "A Defesa Nacional", Casa Editôra Henrique Velho, Rio, 1936 (p. 90).

Comentário do Mapa da Produção do Café no Estado da Bahia

ARIADNE SOARES SOUTO MAYOR Do Conselho Nacional de Geografia

O café penetrou no estado da Bahia em 1778.* Sua cultura iniciou-se no município de Caravelas em cujas terras se plantaram as primeiras mudas logo multiplicadas e espalhadas pelo estado.

A cultura a princípio prosperou mas encontrou sérias dificuldades ante a carência de braços motivada, principalmente, pela proibição da entrada de escravos africanos. Tentou-se a colonização com europeus mas não se obteve êxito. A colônia "Leopoldina", em Caravelas, foi a única a alcançar certo progresso. Fundada em 1818, compunha-se, especialmente, de suíços e alemães que aí estabeleceram trinta fazendas de café e chegaram a exportar para a capital do estado e o Rio de Janeiro.

O desenvolvimento da cultura cafeeira na Bahia atingiu grau máximo entre os anos de 1900-1906 quando se salientaram, entre outros, os municípios do extremo sul do estado e da atual região cacaueira.

Data dos anos subseqüentes a 1906, a derrocada da produção cafeeira do estado. Registrou-se, nesta época, enorme baixa no preço do produto ocasionando o abandono da cultura em favor de novos produtos. Augusto Ramos assevera que a produção baiana se reduziu, então, a um têrço.

Atualmente o café não é dos mais importantes produtos da Bahia embora o estado aparecesse em quinto lugar como produtor no ano de 1948.

A cultura cafeeira distribui-se por vasta zona da parte oriental do estado mas concentra-se, especialmente, na região que, do ponto de vista físico, como do econômico, apresenta condições mais propícias a seu desenvolvimento: a zona da mata, situada nos divisores entre as bacias do Paraguaçu e do rio de Contas.

Observando o mapa verifica-se fàcilmente esta concentração; com exceção de São Félix, situado às margens do Paraguaçu, acham-se nesta zona os demais municípios onde se assinalam as maiores densidades: Itiruçu, Itaquara, Amargosa, Mutuípe, Ubaíra e São Miguel das Matas, todos com densidades superiores a cem arrôbas por quilômetro quadrado.

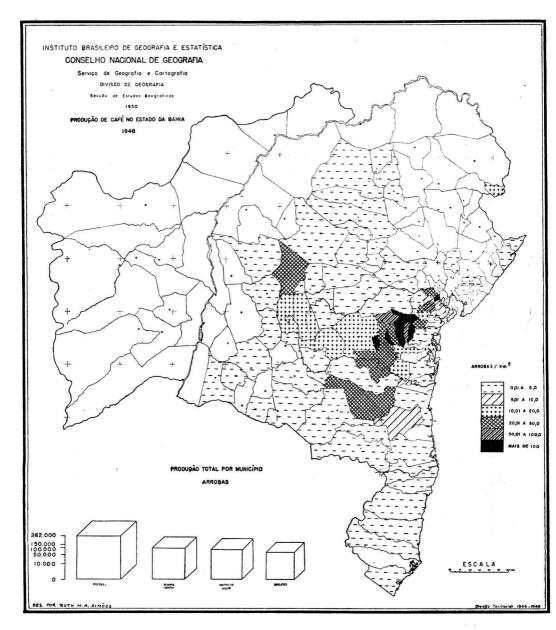
A altitude, o clima relativamente quente e úmido e também a presença da mata e dos solos férteis provenientes da decomposição dos terrenos cristalinos permitiram o progresso da lavoura cafeeira nas encostas e nos altos vales dos pequenos rios tributários de uma ou de outra bacia.

O café requer temperatura amena (média entre 17 e 24°) e, por isso, quando o plantam em altitudes inferiores a 500 metros, usam o sombreamento.

Nesta zona de agricultura variada e bastante adiantada não há grandes fazendas monocultoras de café; predominam as propriedades mistas, médias e pequenas. Em antigas terras agrícolas as plantações de café aproveitam os capões e restos de mata onde encontram o humo que lhes é indispensável. Nas regiões de matas novas ou acaatingadas, a cultura de café localiza-se nas encostas médias dos morros ou nos vales de pequenos rios.

⁸ Data de acôrdo com Augusto Ramos, autor de O café no Brasil e no estrangeiro — 1923.

Além de possuir, do ponto de vista físico, as condições exigidas pela cultura cafeeira, esta zona é favorecida pela existência de mão-de-obra numerosa, indispensável por ocasião da colheita, bem como pela facilidade de escoamento



da produção por intermédio da Estrada de Ferro Nazaré. Todavia, os processos empregados na cultura e na secagem do café deixam muito a desejar prejudicando grandemente a qualidade do produto.

O café exportado por esta zona beneficia-se em Nazaré ou na própria cidade de Salvador, principal mercado ao qual se destina sua produção.

Ao sul desta zona de mais altas densidades de produção de café, alguns municípios situados a menores altitudes, já no vale do rio de Contas, apresentam densidades médias. É a região de transição entre o domínio da policultura, praticada na zona assinalada, ao norte de Jequié, e a monocultura da zona cacaueira. É a região de contacto entre os dois tipos de economia.

Ao sul do rio de Contas, domina, de maneira absoluta, a cultura cacaueira e as densidades de produção de café são muito baixas. Aliás, o café já não encontra aí as condições requeridas para seu cultivo: as chuvas são demasiadas e distribuídas por todo o ano. Também a falta de meios de transporte dificultaria o progresso da lavoura cafeeira que jamais se desenvolveria nos vales, eixo da vida econômica desta zona. A lavoura cafeeira desta região talvez seja, apenas, vestígio do tempo de sua introdução no estado.

No prolongamento da zona da mata em direção oeste, distingue-se uma faixa de densidades médias formada pelos municípios de Maracás, Barra da Estiva, Mucujê, Piatã e Seabra (respectivamente 18,48 — 13,77 — 16,70 — 10,33 e 25,45 arrôbas por quilômetro quadrado). Os municípios de Seabra e Maracás merecem especial relêvo pelo volume total de sua produção, 114 000 e 108 500 arrôbas. (Vide cubos com produção).

Correspondem êstes municípios à continuação das serras altas situadas entre os rios de Contas e Paraguaçu e à encosta oriental da Chapada Diamantina. Além das condições de altitude pedidas pelo café, encontram-se aí, por influência do relêvo, precipitações abundantes e umidade suficiente para a existência de matas, cujo humo é sempre indispensável à lavoura cafeeira. Entretanto as grandes distâncias, os transportes deficientes impedem maior progresso da cultura cafeeira nesta zona.

Ao norte e ao sul da faixa de densidades médias, em tôda a encosta oriental do Planalto, há série de municípios que ostentam pequena produção de café — assinalada no mapa pelas mais baixas densidades — às vêzes insuficientes ao consumo local.

Valor da produção: Cr\$ 95 958 380,00.

O Serviço Central de Documentação Geográfica do Conselho Nacional de Geografia é completo, compreendendo Biblioteca, Mapoteca, Fototeca e Arquivo Corográfico, destinando-se êste à guarda de documentos como sejam inéditos e artigos de jornais. Envie ao Conselho qualquer documento que possuir sôbre o território brasileiro.

Comentário do Mapa de Densidade do Rebanho Bovino no Estado da Bahia

IGNEZ AMELIA LEAL TEIXEIRA GUERRA Do Conselho Nacional de Geografia

A criação de gado teve início no Brasil, ainda no século XVI, com a introdução de bovinos no Recôncavo baiano, onde se formaram os primeiros rebanhos. Foi o desenvolvimento da pecuária o móvel da penetração no interior da Bahia e do Nordeste, multiplicando-se as fazendas de criar pelos sertões da Bahia e o vale do São Francisco, então conhecido como "rio dos Currais". A expansão das fazendas de gado foi responsável pelo povoamento de extensas regiões do interior onde as primeiras entradas foram os caminhos das boiadas. Embora tenha sido o primeiro centro da criação de gado no Brasil, a Bahia, como o Nordeste em geral, não constitui atualmente a região criadora de maior importância no país. Ocupa sòmente o 6.º lugar entre as unidades da Federação, com um rebanho de 4 030 340 cabeças em 1948.

Ainda hoje, a pecuária baiana é feita nos mesmos moldes tradicionais e primitivos já descritos por Antonil no século XVIII. A criação é extensiva, em pastagens naturais, onde o gado é deixado à sôlta, só sendo reunido periòdicamente para marcar, etc.

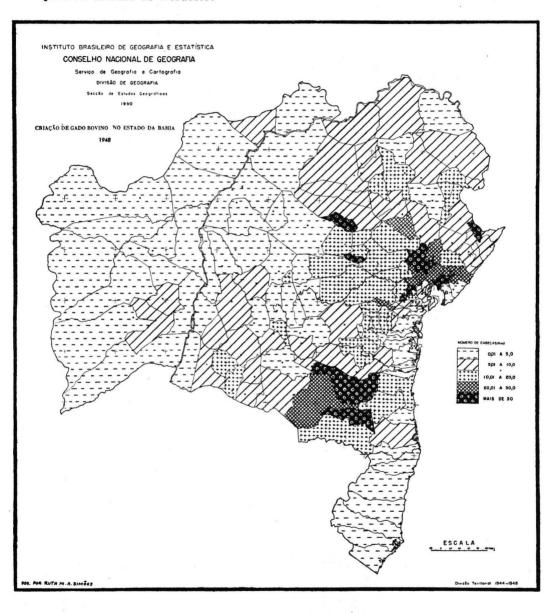
O gado é produto de mestiçagens prolongadas, realizadas espontâneamente, predominando os tipos conhecidos pelas denominações "curraleiro" e "pé duro", gado resistente, mas pequeno e de pouco valor. A utilização de cêrcas para separar pastos é limitada, e só raramente se observam pastos artificiais; de maneira geral, não há preocupação em melhorar os rebanhos com cruzamentos com outras raças de maior valor.

No mapa de densidade do rebanho bovino observa-se que a criação de gado está disseminada por todo o estado, mas de maneira irregular. As regiões de densidades fracas dominam em tôda a metade ocidental do estado, no extremo sul e em alguns trechos do litoral, como a zona cacaueira, por exemplo. Salientam-se duas concentrações mais fortes: a primeira corresponde ao Recôncavo e regiões vizinhas, prolongando-se com densidades menores nas zonas de Mundo Novo e Jacobina e no nordeste do estado; a segunda situa-se na zona de Conquista, estendendo-se, já com densidades mais fracas aos municípios da Serra Geral.

No Recôncavo registra-se uma tendência para a formação de grandes propriedades de criação de gado, na maioria com a finalidade de constituir campos de engorda para o gado vindo do interior do estado. As densidades elevadas ai registradas não representam rebanhos muito numerosos, pois os municípios são pequenos. Apenas dois municípios possuem rebanho superior a 20 000 cabeças: Mata de São João — 26 860, e Santo Amaro — 35 000.

Um pouco mais para o interior salienta-se o município de Feira de Sant'Ana (76,16 cabeças por quilômetro quadrado), onde a criação de gado é bastante desenvolvida, alcançando seu rebanho o total de 160 000 cabeças. Feira de Sant'Ana constitui o maior centro de comércio do gado do estado da Bahia. Neste município, como nos vizinhos, são numerosos os campos de engorda em função da tradicional feira, que muito contribuiu para o desenvolvimento da pecuária no sertão nordestino. Para aí são encaminhados anualmente milhares de bovinos, criados não sômente nas regiões próximas, mas também nas mais remotas, como o vale do São Francisco, e o Planalto Ocidental e mesmo os esta-

dos vizinhos de Goiás e Piauí. Para Feira de Sant'Ana convergem numerosas rodovias e estradas carroçáveis ligando-a às regiões criadoras do interior. O gado reunido em Feira de Sant'Ana destina-se não sòmente ao consumo de Salvador e dos outros centros do Recôncavo baiano, como também à exportação para os estados do Nordeste.



Esta zona de altas densidades de Feira de Sant'Ana e municípios vizinhos prolonga-se a oeste na zona da mata, nos vales dos rios Paraguaçu e Itapicuru onde se registram densidades médias. Trata-se de uma região relativamente

úmida, onde a pecuária é a principal atividade econômica. A criação é aí praticada em pastagens naturais e artificais, tendo sido melhorada, recentemente com a introdução do zebu. Todavia, esta zona recoberta originàriamente por mata "acaatingada" é, como a de Feira de Sant'Ana, mais um centro de engorda do que, pròpriamente de criação. Aí, em Itaberaba, Rui Barbosa, Mundo Novo, etc., são engordadas boiadas vindas de regiões distantes, vendidas depois na feira de Mundo Novo ou em Feira de Sant'Ana. Mundo Novo é o centro mais importante da zona, onde a pecuária tem maior significação.

Ao norte, esta zona, como a de Feira de Sant'Ana, limita-se com o chamado sertão do nordeste da Bahia, onde o clima semi-árido já faz sentir seus rigores. Aí são encontradas densidades mais baixas, mas não de todo insignificantes, por ser a criação extensiva a atividade característica da região. A criação ressente-se grandemente das sêcas prolongadas e muitos criadores já plantam forragem especial para seus animais — a palma —, uma cactácea sem espinhos, excelente alimento no período da estiagem. O gado da zona nordeste do estado é às vêzes comerciado na própria zona, vendido para as cidades próximas, ou então enviado para as grandes feiras de gado como Feira de Sant'Ana ou Arcoverde, em Pernambuco. Nos municípios mais próximos a Feira de Sant'Ana a engorda é feita no próprio local em pastos artificiais.

Além das zonas do Recôncavo, de Feira de Sant'Ana e Mundo Novo, onde as densidades elevadas são explicadas pela existência de mercados consumidores e de importantes feiras, só há na Bahia um outro centro onde a pecuária é muito desenvolvida: a zona de Conquista. Aí são encontrados os maiores rebanhos do estado, 250 000 cabeças em Djalma Dutra, 230 000 em Vitória da Conquista. Trata-se não mais de uma zona de engorda em função da proximidade dos mercados, mas de uma zona eminentemente criadora. O gado criado à sôlta, na caatinga ou nos pastos artificiais preparados em terreno de mata, é destinado, em sua maior parte, a Feira de Sant'Ana e, também, ao abastecimento da população local e do litoral.

Esta zona de altas densidades prolonga-se em direção ao litoral nos municípios de Ilhéus e Itabuna que apesar de sua economia predominantemente cacaueira, possuem um rebanho já bastante numeroso. Nestes municípios tem-se desenvolvido recentemente a criação de gado ao lado da atividade cacaueira tradicional.

No vale do São Francisco e na região ocidental do estado, a criação de gado é a principal atividade econômica e o valor da produção animal é superior ao valor total da produção vegetal. No entanto, a densidade do rebanho criado nestas regiões é sempre extremamente baixa. Suas pastagens naturais são pobres, não podendo suportar um número elevado de cabeças. É preciso, portanto, grandes extensões de pasto, onde a criação é praticada de maneira extensiva. Os animais são criados à sôlta nas caatingas, nos gerais, nas vazantes ou nas veredas, não recebendo nenhum cuidado especial, o que é causa, às vêzes, de grandes prejuízos. A ausência de cêrcas é um traço característico da região sanfranciscana: não há pastos separados e mesmo as fazendas não são limitadas por cêrcas.

Em geral, o gado criado na caatinga é enviado para os "gerais" durante a estiagem permanecendo até o comêço das águas nas "veredas" onde encontra além da água, pastagens pouco atingidas pelo rigor da estação sêca. Nas zonas mais próximas do grande rio são as vazantes muitas vêzes aproveitadas para o gado no período sêco.

Os rebanhos criados nesta extensa região destinam-se aos mercados do norte e do sul do país. Os primeiros são encaminhados para as invernadas da zona da mata, sendo depois vendidos em Mundo Novo ou Feira de Sant'Ana, que constituem centros de distribuição de gado para os estados do Nordeste: Alagoas, Paraíba e Sergipe. Também as correntes que se dirigem para o sul se concentram em Montes Claros, Minas Gerais, de onde o gado é exportado, por via férrea para Belo Horizonte e o Rio de Janeiro. Além do gado criado na própria região transitam anualmente pelo oeste da Bahia e vale do São Francisco cêrca de 15 000 bovinos, criados no vizinho estado de Goiás. Também deve ser lembrada a charqueada de Juciapê, no município de Barra da Estiva, para onde são encaminhados numerosos rebanhos anualmente. O comércio e o transporte do gado assumem portanto, especial relêvo na bacia do São

Francisco. Todavia, as enormes distâncias dos mercados acarretam para o criador sério prejuízo, pois os preços alcançados são baixos uma vez que o transporte é feito a pé: os animais atingem seu destino com pêso reduzido, o que obriga a formação de pastos para engorda.

Examinando o mapa da densidade do rebanho bovino verifica-se o predomínio, na bacia média do São Francisco de densidades inferiores a 5 cabeças por quilômetro quadrado. Constituem exceção os municípios de Santa Maria da Vitória e Sant'Ana, na margem esquerda e os da Serra Geral e leste do São Francisco. Possuem êstes municípios favorecidos pela maior unidade devida à presença de serras uma situação econômica superior à da maior parte do vale e aí a criação encontra ambiente mais propício a seu desenvolvimento. Salientam-se na zona da Serra Geral os municípios de Guanambi e Urandi, com densidades respectivamente de 19,9 e 12,2 cabeças por quilômetro quadrado.

Embora não figure no mapa com densidade elevada, (1,28 cabeças por quilômetro quadrado), o município de Barreiras ressalta dos demais no vale do São Francisco, por ser importante centro de comércio de gado. De fato, possui uma charqueada que abate mensalmente 1 000 bovinos e para aí converge o gado dos municípios próximos e também parte do gado vindo de Goiás. Instalada em uma zona onde os preços pagos pelos animais são muito baixos, possuindo enormes extensões de pastos para engorda, a charqueada de Barreiras goza com isto de grandes vantagens. Seus produtos, charque, couros, salames, etc., são vendidos em Salvador, Recife e no Rio de Janeiro.

Éste "Boletim", a "Revista Brasileira de Geografía" e as obras da "Biblioteca Geográfica Brasileira" encontram-se à venda nas principais livrarias do país e na Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Geografía — Avenida Beira-Mar, 436 — Edifício Iguaçu — Rio de Janeiro, D.F.

Contribuição ao Ensino

Geografia, Ensino e Pesquisa*

ELZIO DOLABELA

Consultor-Técnico do Diretório Regional do C.N.G., Professor na Faculdade de Filosofia da Universidade de M. Gerais e no Colégio Estadual de Belo Horizonte.

Acreditamos que o ensino da Geografia na Universidade, num curso de geógrafos especialistas, tem, necessariamente, de funcionar como preparador de investigação que, segundo nos parece, deve ser acompanhada ou seguida por atividades aplicadas. Cabe-nos organizar levantamentos geográficos, pesquisas metódicas, tècnicamente planificadas. O dispêndio de tempo e energia com estudos nesse sentido parece-nos plenamente justificável.

Ainda há pouco, Flamínio Favero¹ escreveu um artigo sôbre "Ensino ou Pesquisa" com sugestões muito oportunas, concluindo pela necessidade da coexistência, e não da alternativa, dessas duas funções na Universidade, onde devemos constituir centros de pesquisa e de aprendizagem científica para formar profissionais. O ensino precisa apoiar-se na pesquisa; não fôsse assim, um disco de vitrola ou um livro lido por qualquer aluno na presença do bedel vigilante e amigo, seria mais útil.

Resguardadas as proporções, também outros graus de ensino poderão gozar dos benefícios da metodologia científica moderna, sempre com a preocupação de evitar que, em função de trabalhos mal feitos, se criem conceitos errados que desmoralizem a ciência. Foi com êsse pensamento que, há cêrca de seis anos, aceitamos o convite de D. Helena Antipoff, para orientar os estudos de Geografia no Curso de Especialização de Professôras Rurais. Deveríamos dar, então. aulas práticas, com o cuidado de explicar a vida de todos os dias ligada ao ambiente e de utilizar o quanto possível a experiência das nossas alunas-mestras. Com o objetivo de romper com o caráter verbal, formalístico, abstrato e genérico do ensino tradicional, preocupou-nos fazer aplicações palpáveis desta ciência para que aprendêssemos fazendo e vendo e não apenas lendo e falando. Entre estas aplicações, as mais concretas e exequíveis eram a excursão geográfica, a realização de pesquisas e o estudo monográfico da Fazenda do Rosário, onde se realizavam os Cursos. Estes ofereceram oportunidade para demonstrar a necessidade do estudo da Geografia local, para o brilho da escola, para a cultura pessoal e êxito na ação social dos mestres.

No caso do ensino universitário de Geografia, professôres e alunos das faculdades de Filosofia, membros do Conselho Nacional de Geografia — a quem se deve fértil movimento de iniciativas e amparo — e a Associação dos Geógrafos Brasileiros vêm tentando, às vêzes com êxito, estudos novos e pesquisas, que obedecem aos padrões mencionados. Há vários anos, por exemplo, o Conselho Nacional de Geografia se esforça por fazer penetrar o espírito geográfico nos meios cultos do país, através da feliz idéia de um concurso de monografias municipais. O que se deseja e espera, é que as investigações sejam cada vez mais sérias e acuradas; que nos trabalhos meticulosos colaborem muitos especialistas, e não apenas esforços de amadores, mais ou menos "bissextos".

Sob êsse prisma, o problema é a "formação cultural do técnico", desenvolvendo sua capacidade de aplicação, sua desenvoltura no terreno e rapidez na

^{*} Trabalho elaborado para o Primeiro Congresso de Geógrafos Brasileiros, reunido em Ribeirão Prêto no mês de julho de 1954.

¹ Flamínio Favero (1954): "Ensino ou Pesquisa". "Fôlha da Manhã". São Paulo, de 10-1-954.

compreensão dos fenômenos. É justamente neste sentido a maior contribuição entre nós dos professôres Francis Ruellan, Pierre Deffontaines e Aroldo de Azevedo, na Universidade, em São Paulo e no Rio de Janeiro. Resta-nos fazer ger-

minar, de modo mais acelerado, as sementes por êles lançadas.

Entre geógrafos ou pessoas responsáveis ligadas ao assunto, ninguém pode, hoje, ter mais dúvidas a respeito das vantagens de renovar os métodos do ensino da Geografia para lhe emprestar cunho moderno e racional. Entretanto não basta pregar a necessidade dessa renovação ou mesmo ensinar os novos métodos. Torna-se preciso fazer a nova Geografia, praticá-la, realizando estudos e pesquisas em que as modernas diretrizes estejam bem vivas. Isto é o que realmente importa, para lhe dar maior prestígio. Certamente será recebido, com o maior e geral agrado, qualquer programa positivo no campo da Geografia, "que reúna os interêsses da ciência e os problemas da sociedade"², tendência que se resume, aliás, no lema da Geografia brasileira — "ciência moderna a serviço do homem".

É de nossa atribuição promover o desenvolvimento adequado da Geografia, colocando-a ao lado da vida nacional, para ser-lhe útil, dando efetiva contribuição à melhor solução dos problemas sociais, políticos e econômicos, de ordem nacional, regional ou local.

Se conseguirmos realizar êste intuito, a carreira do geógrafo poderá ter melhor receptividade social e nivelar-se econômicamente à dos engenheiros. Isso, aliás, é importante para que se possa ser exigente. Sem o Conselho Nacional de Geografia não se poderia vislumbrar a aplicação de tão prudente medida. É com êste espírito de imprimir maior interêsse prático à Geografia que o Dr. Fábio de Macedo Soares Guimarães teme a direção que se vem dando ao estudo da Geomorfologia nos cursos de Geografia Física, afastando-se, inteiramente, da Geografia Humana. O Sr. Francis Ruellan, no entanto, pensa ser a referida orientação imprescindível à própria Geografia Humana. Supõe êste último professor, com otimismo, que, com tempo, até as organizações particulares se irão habituando a utilizar o geógrafo.

Não podemos deixar de considerar também a reação de muita gente ligada ao ensino, contra a Geografia de Campo, o que se faz temendo não poder acompanhar sua evolução por falta de conhecimentos básicos de Geografia, Química, Física, Matemática, Mecânica dos Solos, etc. Estes, realmente, num estudo na paisagem só poderão fazer análises superficiais e tirarão fatalmente muitas conclusões erradas. Se insistirem, ficarão na retaguarda, porque, queiram ou não queiram, a Geografia se vai tornando, progressivamente, uma ciência de campo. Por isso mesmo, são imprescindíveis, para que o estudo seja eficiente, as observações dos fatos geográficos e as pesquisas in loco, uma vez que já se estabeleceu que "só existe Geografia de gabinete para o compilador".

PESQUISA COOPERATIVA E GEOGRAFIA

Os dias de hoje vão-se tornando avessos ao individualismo acadêmico. São cada vez maiores as possibilidades de coordenação de esforços e pesquisas em equipe com aquêles realmente interessados no progresso científico. Os resultados conseguidos pelos grupos de trabalho são dos mais animadores. Nesse caminho, a atividade assídua do geógrafo profissional muito poderá fazer em favor do interêsse e da boa reputação da ciência a que se dedica. Acreditamos fora de dúvida, também no campo da Geografia, ser grande a necessidade de melhor organizar-nos, a fim de acelerar o ritmo das conquistas desta ciência e aumentar o poder de nossas investigações.

Para assim proceder e aumentar o rendimento do trabalho numa pesquisa, recomenda-se o esfôrço em conjunto, destinado a resolver problemas de interêsse imediato ou produzir trabalhos científicos originais, de aplicação mais ou menos longínqua, o que se fará sempre prestigiando as pessoas que compõem a equipe.

² Cf. Howard Munford Jones: "The Future of Academy", discurso presidencial. American Academy of Arts and Sciences", 1944, apud Edward A. Ackerman (1947): "Treinamento Geográfico, Pesquisa em Tempo de Guerra e Objetivos Profissionais Imediatos". Bol. Geogr. n.º 55, p. 9. Trad. de Orlando Valverde dos "Anals of the Association of American Geographers", vol. XXV, de 1945.

É das melhores formas de organização, quer para a coleta de dados primários, quer para os demais estágios da elaboração do estudo. Convém lembrar, a título de advertência, que algumas vêzes os resultados do seu funcionamento vão muito além das mais audaciosas perspectivas; noutros casos, permanecem os grupos práticamente improdutivos, nunca invalidando, porém, as inegáveis excelências do método.

O inevitável sacrifício obscuro de muitas vidas que se tornam estéreis e esforços de pesquisadores freqüentemente infrutíferos na tarefa de solucionar problemas, são advertências eloqüentes no sentido de promover-se o exame dos principais elementos constitutivos da equipe, quanto à sua adaptação às questões que se pretende focalizar, bem como a natureza do terreno onde sua ação deve desenvolver-se.

Pierre Chabrier³ considera a equipe de pesquisa um conjunto de indivíduos que colocam em comum sua capacidade de investigação e de realização, visando a estudar problemas em razão de cuja complexidade, escapam à competência ou às possibilidades de um dos seus membros isoladamente.

"O papel de qualquer pessoa que entra na equipe é determinado por suas habilitações, seus conhecimentos e temperamento. As principais funções a serem preenchidas são as seguintes: direção, coordenação de pesquisas; informação; realizações experimentais". É pela utilização das aptidões de cada um que se poderá dividir a turma empenhada no trabalho em grupos de pesquisa cooperativa e simultânea.

Constitui êste um dos métodos mais promissores para resolver o complexo problema da pesquisa regional. Não só para favorecer maior concentração dos esforços individuais, como dará mais freqüentes oportunidades ao enriquecimento mútuo dos conhecimentos. Temos insistido nestas idéias, partindo da premissa de que educar é essencialmente criar condições de desenvolvimento, hábitos de observação, raciocínio, simplicidade, elementos que levem à pronta îniciativa no combate aos problemas, incentivo do gôsto pelo trabalho e aos hábitos de cooperação. Se isso é verdade, devemos orientar, então, a escola nesse sentido, a fim de preparar o indivíduo para uma vida cada vez mais cheia de realizações, impregnada do ideal contagiante de perfeição. Despertar, portanto, a capacidade de observar, de apreciar paisagens e de notar o significado das coisas em pesquisas cooperativas em todos os níveis do ensino da Geografia.

EXCURSÃO GEOGRÁFICA

Preparação

A excursão geográfica e as pesquisas em *equipe*, do modo que as concebemos, criam ambiente favorável, ao processamento dos objetivos mencionados. O conhecimento da Geografia local, que é introdução à Geografia Geral, vai, além disso, ajudar a nos integrar na realidade da vida. Numa excursão, as observações, as pesquisas, os inquéritos, se concretos, exigem boa vontade, interesse, paciência e principalmente tenacidade.

Nesses trabalhos, é preciso talento, às vêzes imaginação, esmêro e personalidade, elementos que a vida cotidiana também exige de nós. Sem personalidade, em geral não somos levados a sério, e não conseguimos os informes solicitados. Também nunca se deve esquecer que a excursão improvisada é raramente proveitosa ou, pelo menos, perde muitas oportunidades educativas. Para melhor atender aos nossos propósitos, é aconselhável ao professor percorrer, preliminarmente, os pontos a visitar, prever o itinerário, horários, merendas, etc., isto é, ter o conhecimento prévio do percurso para evitar surprêsas, aumentar ensinamentos e estabelecer contactos.

Se "o excursionista é um turista com responsabilidade", e não se trata simplesmente de um passeio ao ar livre, durante o qual os alunos escutam passivamente, e se acreditamos necessário um exercício verdadeiro do lado de fora das portas da sala de aula, impõe-se também precisar as tarefas de cada um

³ Pierre Chabrier (1948): "A Equipe de Pesquisa". "La Revue Scientifique", n.º 3298. Septembre-Octobre. Trad. de Olga Buarque de Lima. Bol. Geogr. n.º 96. Março de 1951.

(notas, observações, desenhos, máquinas fotográficas, etc.), para melhor aproveitamento — é a observação dirigida. Podem ser escolhidos prèviamente alguns pontos elevados, onde se possam fazer paradas. Devem ter horizonte apreciável, que se preste à visão panorâmica e a demonstrações ao ar livre.

Cumpre ser encarecida a grande vantagem de sua boa preparação; a possibilidade de sermos acompanhados por outros professôres, autorização do diretor da Escola, organização da classe, obrigações individuais, material de trabalho. etc.

Na realização da excursão em si mesma, não podemos esquecer o interêsse da pontualidade, a coleta de material para museu e, finalmente, a organização e apresentação de relatórios.

Tipos de excursão

Quanto ao objeto de estudo numa excursão, como sejam, formação de rochas, plantas, animais, fábricas, etc., segundo o modo como é tratado, pode, como o é na prática de laboratório, ser dividida em três formas, a saber: a ilustrativa, a heurística e a experimental. As características de cada um dêstes três tipos de excursão, distinguem-nas suas próprias denominações.

No primeiro, só ilustramos matéria já conhecida dos alunos; nos outros dois, colocamos êstes em frente de problemas que, sòzinhos, devem resolver. No primeiro caso, apesar de sua atividade física, permanece o aluno mentalmente passivo; nos outros, desenvolve maior atividade intelectual e física. Parece inútil salientar que as excursões experimentais e heurísticas são melhores que as ilustrativas.

Perfilhando as idéias de Alberto Pinkevich, podemos classificar êsses três tipos de excursão, segundo o ângulo que deve ser mais bem estudado, nas seguintes categorias: sociológica, científica e técnica. Cada um dêstes tipos pode, por sua vez, subdividir-se em inúmeros subtipos. Assim, por exemplo, as excursões sociológicas, podem dividir-se em: a) sócio-econômicas; b) artísticas; c) histórico-literárias; d) etnográficas; e e) históricas. As científicas, em biológicas e geográficas.

Na prática, raras vêzes é possível um tipo exclusivo, pois, geralmente, numa excursão, são combinados vários elementos. Ademais, é difícil falar da superioridade de uma sôbre a outra, já que nenhuma excursão bem dirigida carece de valor pedagógico. Dos autores por nós consultados, alguns se colocam, entretanto, inteiramente contra a excursão enciclopédica.

Formação da equipe

Na formação da equipe organizam-se grupos de pesquisadores, que dividirão entre si as tarefas confiadas pelo professor, devendo discutir as minúcias. Entra-rão em entendimentos com outras equipes, sem se deixar, todavia, influenciar pelo espírito de imitação.

"Sejam originais". "Não se acanhem, perguntem sempre", pois "Quem tem bôca vai..." "Aprendam a fazer inquéritos". "Estamos sujeitos a incorreções". Nos interrogatórios é preciso saber, no entanto, que "a melhor informação é sempre a que não procuramos". A pergunta já contém em si certas indicações. O caboclo, por exemplo, concorda sempre, mesmo com perguntas contraditórias. Faz isso por timidez e um pouco por malícia. Estas devem ser nossas palavras de comando aos iniciantes.

O professor lembrará a oportunidade de levar instrumentos musicais, a fim de tornar o trabalho mais variado e divertido. As excursões com música durante os intervalos de trabalho de campo, pequenos festivais-relâmpago, homenagens breves, etc. tornam a emprêsa cada vez mais atrativa e curiosa.

Realização da excursão

A realização efetiva de um empreendimento com tal objetivo deveria apresentar três fases distintas, a saber:

a) preparação (individual);

b) a excursão propriamente dita (estimular a atividade dos alunos e observações sem ajuda do professor);

c) tratamento do material recolhido (requer tempo). Os métodos de utilização dêsses materiais são diversos: a descrição, a redação de histórias, o desenho, o modelado, os diagramas e outros.

Resumindo, formulamos, baseados em Raykov, os seguintes dez mandamentos que poderão servir de guia para aquêles que desejam realizar excursões

com seus alunos.

- 1) Ter presente que a excursão não é coisa que deva ser alheia ao programa, mas parte integrante do mesmo.
- 2) Estudar o percurso da excursão, fazer esbôço dos principais temas a tratar.
- 3) Não consentir perguntas incidentes que possam desviar do plano elaborado.
- 4) Chamar a atenção dos alunos, durante a excursão, sòmente sôbre aquelas coisas que apenas o professor seja capaz de notar, deixando-lhes a tarefa de descobrir as coisas por si mesmos.

5) Evitar o prolongamento de explicações.

- 6) Não permitir que os excursionistas permaneçam como meros ouvintes: obrigá-los à atividade.
- 7) Não lhes sobrecarregar a memória com fatos e nomes que não possam reter.
- 8) Aprender a mostrar os objetos de modo adequado e a ensinar aos alunos a vê-los convenientemente. Todos devem ver tudo.
- 9) Não cansá-los sem necessidade, para que não deixem de prestar atenção.
- 10) Fazer com que as noções adquiridas em virtude da excursão se lhes gravem na memória mediante elaboração ulterior dos materiais nela recolhidos.

DETERMINAÇÃO DO OBJETIVO NA INVESTIGAÇÃO GEOGRÁFICA

A Geografia de campo tem como principal objetivo a aquisição de conhecimentos por meio da observação direta. O seu valor divático decorre:

- a) da correlação das atividades escolares com os problemas reais;
 - b) do maior interêsse que faz despertar pela Geografia;
- c) da observação da interdependência dos fenômenos e fatôres geográficos;
 - d) da aquisição de novas técnicas de trabalho e estudo;
- e) dos objetivos econômicos; ou seja da verificação de possibilidades agrícolas e industriais ou então de recursos hidrográficos.
- f) da exequibilidade de trabalhos científicos pesquisas de caráter puramente científico;
- g) das possibilidades esportivas que oferece descanso durante as férias, sem perda de tempo útil.

Deliberado o estudo monográfico da fazenda do Rosário para amostra daquilo que seria repetido ao voltarem as professôras do Curso de Treinamento Rural para as suas respectivas escolas, havia inicialmente a necessidade de desdobrar o trabalho e de estabelecer as fases por que deveria passar a dita pesquisa. As fases são as seguintes:

- 1.º Determinação do objetivo;
- 2.º Investigação, coleta de dados, observação;

3.º — Apuração;

- 4.º Crítica (compreensão);
- 5.º Comparação se fôr possível;
- 6.º Classificação;
- 7.º Apresentação;
- 8.º Interpretação;
- 9.º Objetivos utilitários.

⁴ Prof. Hilgard O'Reilly Sternberg (1946): "Contribuição ao Estudo da Geografia". Ministério da Educação e Saúde.

No início de qualquer estudo sério de pesquisa, é essencial que os objetivos sejam clara e inequivocamente acertados, a fim de que não só o leitor como o pesquisador possam distinguir o relevante do subsidiário, ou trabalho completo de outro incompleto.

CATEGORIAS DE ESTUDO

As investigações poderão ser de várias categorias, segundo o grau de penetração e utilidade.

Os estudos exploratórios, por exemplo, seriam essencialmente descritivos e não constituiriam nenhuma obra de ciência, se não se aplicassem a objetivo prescrito e limitado ⁵.

Deveremos ter claros na mente os objetivos para poder decidir sôbre os métodos de atingi-los. Do contrário, ficaremos sujeitos a empregar um plano estratégico fraco.

É de acentuar a impossibilidade de fazer descrição completa de qualquer parte da Terra, até mesmo de uma fazenda. Por isso, tornar-se-á sempre necessário selecionar alguns dados relevantes e desprezar outros, por acessórios em relação à finalidade que se tem em vista.

Uma vez descrita a paisagem, poderemos saber responder "que representa esta área"? Depois de satisfeita tal indagação, teremos um conceito que se refira às relações causais, o qual constitui, por fôrça, uma hipótese. Desde que esta resista à prova do tempo e seja geralmente tido por verdadeiro, passa a ser uma teoria.

De outra espécie são os estudos genéticos; são apresentados simplesmente na forma de questões atinentes às relações de causa e efeito. Um método rigoroso a ser observado constitui real dificuldade. As hipóteses são aventadas e será preciso determinar se, ou em que grau, elas são comprovadas pela observação.

Estas duas categorias de pesquisas se relacionam estreitamente, podendo mesmo constituir duas fases distintas do projeto de pesquisa ou, de outro modo, representar dois projetos inteiramente distintos levados a efeito por diferentes pessoas com interêsses intelectuais diversos.

A terceira categoria de estudos são os corretivos. Apresenta-se quando se verifica numa região qualquer condição física, biológica ou cultural, considerada indesejável. É a aplicação dos conhecimentos geográficos, contribuindo para a criação de condições mais satisfatórias ao homem. As vêzes a condição a ser sanada é a inexistência de alguma coisa, e o objeto da transformação consiste primordialmente no plano para promover seu desenvolvimento.

Em outros casos, a condição a ser reparada depende de decisão política, quer da parte dos funcionários responsáveis, quer mediante os votos dos cidadãos. Há estudos que se destinam a contribuir para maior compreensão dos problemas, enquanto outros importam aplicação prática imediata.

Os estudos corretivos não são necessariamente estudos aplicados. Atualmente, a distinção entre a Geografia acadêmica ou pura e a Geografia aplicada tem pouca significação. A Geografia pura é a Geografia estudada com o objetivo de estimular o descortínio profissional; a Geografia Aplicada é a Geografia que visa a objetivos alheios ao seu domínio. Para a ciência social isso se torna uma distinção, mas não uma diferença.

Quando se tem bem nítida a idéia do "conhecimento para quê"? e os problemas são virtualmente formulados, vemos limitado bem estreitamente qualqual arrôjo maior do pensamento diretor num dado trabalho.

OBJETIVO DA PESQUISA GEOGRÁFICA NO MEIO RURAL

Quando se iniciou o Curso de Treinamento de Professôres Rurais, era chegado o momento de fazer a nova Geografia e praticá-la em bases modernas,

⁵ Preston James (1949): "Formulando Objetivos de Pesquisa Geográfica". Bol. Geogr., ano VII, n.º 74. P. 141, maio.

⁶ Prof. Everardo Backheuser (1949): "Hipóteses de trabalho nas pesquisas geográficas" (5.ª tertúlia realizada em 9-2-943). Bol. Geogr., ano I, n.º 3, junho.

porém em nível não universitário. Muito favoreciam, para escrupuloso cumprimento das tarefas, no treinamento preparatório, as condições então existentes: regime de internamento e tempo integral dos alunos num curso intensivo, a direção dêste em poder de uma personalidade forte, etc.

Resolveu-se, então, iniciar um estudo monográfico da fazenda do Rosário, sede dos cursos, procurando demonstrar que se tratava de uma experiência que deveria ser repetida na comunidade onde cada uma das professôras daquele curso estivesse ligada pelos vínculos da Escola.

Preocupou-nos bastante a formulação dos objetivos que semelhante trabalho deveria ter em vista. Ao enunciarmo-los, consideramos, além do seu valor para o desenvolvimento da capacidade de raciocínio, de investigação e de iniciativa, a importância de outros objetivos a que poderiam servir trabalhos dêste tipo, ainda que, realizados num meio restrito e não civilizado, com pessoal rude e em más condições técnicas. Temos defendido o interêsse de um documentário assim investigado. Éle terá seu valor, mesmo que seja amorfo e incompleto. Em nossa opinião deve ser feito ainda que resulte difícil de servir de apoio a fins administrativos. Será uma contribuição elementar, modesta e despretenciosa, não podendo desejar o desempenho de função tão preeminente quanto os de nível universitário. O seu valor educativo será, no entanto, inestimável. O que se não deve esquecer, quando se inicia em trabalhos dêste tipo, é de limitar à monografias de estradas de ferro, de cidades, de fazendas ou então a comentar mapas. Verificar o raio de ação e de influência de uma cidade, a migração dos mineiros, problemas como o abastecimento de Belo Horizonte e relações das minas com as cidades são trabalhos para quem já está adestrado, pois não constitui mais estudo monográfico. Para os primeiros os limites são mais modestos. Depois ampliar para pesquisa de problemas.

Lembramos, como motivação para o estudo a iniciar-se, palavras do ex-diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, Sr. Murilo Braga, de saudosa memória, quando da inauguração da Escola Rural de Bom Jardim, no município de Betim, em Minas Gerais, a que assistiu a turma. O Govêrno, disse êle, que comparecia outrora, perante as populações rurais, "apenas para cobrar-lhes os impostos e fazer o recrutamento militar, agora está interessado em prestar-lhes maior assistência". E acrescentamos: todos nós sentimos que há muita coisa a cuidar nesse terreno. Sabemos que os problemas do campo são inumeráveis e é, sem dúvida por isto mesmo, que as cidades estão saturadas de gente e os campos sofrem sangrias permanentes nos seus recursos humanos. Se assim é, argumentamos, ninguém poderá planificar ou sugerir qualquer melhoramento, sem fazer, primeiro, o levantamento ou inventário dos recursos e conhecer as características de cada comunidade rural. É claro que só se apontarão remédios eficientes se possuirmos um seguro diagnóstico.

Com Carlos Borges Schmidt 7 , ponderamos mais que trabalho assim realizado poderia ser muito útil para:

- a) Traçar as bases seguras as diretrizes gerais administrativas;
- b) Estabelecer programas regionais de melhoramento e fomento da produção;
- c) Determinação dos pontos de "carência" a serem atendidos pelos órgãos de assistência (fomento, divulgação, defesa sanitária, etc.);
- d) Localização dos problemas sociais, higiene, demografia, colonização etc.);
- e) Conhecimento das necessidades do aparelhamento econômico (estradas, portos, cooperativas, crédito rural etc.);
- f) Orientar, facilitar e tornar eficiente, ao máximo, os trabalhos de divulgação agrícola;
- g) Permitir a organização dos programas e a classificação das obras didáticas das escolas rurais perfeitamente adaptadas ao meio em que, no futuro, terão os alunos de desenvolver suas atividades.

⁷ Carlos Borges Schmidt (1846): "O meio rural", investigações e estudos das suas condições sociais e econômicas. Diretoria de Publicidade Agrícola. São Paulo.

Tenha-se em conta, ainda, que os trabalhos microgeográficos, os estudos da Geografia Rural são de grande interêsse também porque atendem ao imperativo da Geografia Moderna, por causa de sua amplitude e complexidade, tende a voltar à pesquisa do regional a fim de que possa, reduzindo a área de estudo, melhor investigar a paisagem. Teremos assim realizado a Geografia local, começando pela vizinhança, pelo ambiente em que vive o educando, proporcionando-lhe os primeiros contactos com as realidades geográficas.

"Na Alemanha, como na Suíca, na Áustria e na Suécia, o mestre, nos cursos elementares, começa, digamos assim, por colocar o menino em presença de lugares que o cercam, leva-o a medir o recinto da aula, traça na pedra o plano da escola, interroga as crianças para as induzir a compreender a posição relativa das coisas, bancos escolares, salas, jardins, pátios, ensinar-lhes o modo de se orientar e indicar-lhes a maneira de se guiarem por uma carta da cidade ou das imediacões da aldeia; assinala, se sabe, os morros, as correntes fluviais; dá tanto mais facilmente a explicação de cada coisa quando os discípulos a têm presente aos olhos ou à memória..." Gradativamente se irá ampliando a área de pesquisa de maneira que "descrevendo o território da comuna, se transpuseram os limites da povoação; porque só as cidades têm coberta de vivendas a sua superfície tôda; e, descrevendo os acidentes naturais, muitas vêzes se achou ocasião para indicar o motivo das obras do homem nas suas relações com o solo e, portanto, com a Geografia; o que explica a plantação destas vinhas numa vertente, quando na outra não as há; a razão dos prados nestes vales, a causa de assentar-se um moinho à borda do ribeiro; a necessidade que leva aquela via férrea a contornar o morro. Chega, então, o ensejo de atravessar os confins do município, traçando sempre na pedra as comunas que os circundam e as estradas que os comunicam"s.

A Geografia assim dá maiores oportunidades de:

- a) "Demonstrar a necessidade de conservar as riquezas da terra, de fazê-las servir às necessidades humanas restaurando-as, na medida do possível, quando atingidas pela economia destrutiva" (esgotamento dos solos das minas, devastação das matas, etc.):
- b) Revelar ao professor a interdependência dos grupos humanos, as relações entre regiões, estados e países, a atuação da "lei da oferta e da procura";
- c) Ficar o aluno cada vez mais consciente de sua vida de todos os dias, ao reconstituir as dificuldades regionais, que muito tem de geográfico em sua interpretação, e estimulará o seu desejo de cooperação;
- d) Adquirir melhor noção sôbre a distribuição geográfica das riquezas, sua instabilidade, etc.".

Terá mais as seguintes vantagens:

- 1) Alcança no estudo de um ponto de Geografia objetivos definidos e não a repetição ou estudo de enunciado mais ou menos vago e impreciso;
- 2) treina os alunos na discriminação de valores relativos; o que há para aceitar e rejeitar;
 - cria o hábito mental de originalidade;
 - 4) aplica, efetivamente, os princípios gerais da Geografia;
- 5) possibilita ligações freqüentes com a História, pois muitas situações geográficas dão ensejo a que seja feito rápido histórico da região, do povo e das instituições*;
- 6) apresenta o mais claramente quanto possível a parte geográfica da nossa educação cultural e, no caso das faculdades de Filosofia, treina especialistas cujo ponto de vista peculiar poderá contribuir para as soluções contemporâneas dos problemas locais, regionais, nacionais e internacionais de caráter social, econômico e governamental. É uma obrigação social do geógrafo.

Eis aí, como justificamos, embora, sumàriamente, aconselharmos também às professôras rurais o estudo monográfico da fazenda ou comunidade rural, pedindo para isso, é claro, a colaboração dos seus próprios alunos.

Lavasseur "L'enseignement de la Géographie dans l'école primaire". Cit. por Rui Barbosa.
 Delgado de Carvalho: Didática das Ciências Sociais, p. 97.

No caso das escolas universitárias, tarefas dêste estilo correspondem à necessidade de armar-se para algo mais que posições no magistério; nelas poderão manifestar tendências de muitos estudantes para se dedicarem a algum estudo especial, adquirindo assim base para serem bem sucedidos.

Uma vez empenhados numa investigação geográfica e ao realizar a coleta de dados baseada na observação geográfica, é preciso o maior cuidado, sobretudo quando se conta com pessoal inadequadamente treinado para recebê-los de outras ciências ou das fontes estatísticas gerais. Deverá ser grande o esfôrço e a quantidade de trabalho mecânico, mental e visual. É necessário reunir bons informes, indicar lacunas para serem preenchidas, e relacionar tôdas as fontes disponíveis.

O professor Francis Ruellan frisou, por outro lado, as vantagens das excursões de pesquisas sem idéias preconcebidas, pois só assim se aprende a olhar geogràficamente no terreno; sempre receou as leituras prévias, pois estas transformam o produto das excursões em processos didáticos.

Há informações que só podem ser colhidas por especialistas em cada assunto. Supor que qualquer estudioso é qualificado para colhêr dados e fazer interpretações básicas em todos os aspectos da Geografia Física, mesmo para uma pequena área, não parece desprovido de ridículo à maioria dos profissionais.

Os diversos tópicos de pesquisas programados estarão sempre muito próximos de outro campo científico qualquer, de cujos especialistas será necessário o auxílio.

Desejar que o geógrafo seja geólogo, meteorologista, sociólogo, historiador, etc., em síntese, uma enciclopédia ambulante, é pretender o impossível. São muito poucos os que podem produzir trabalhos que fogem à cooperação dos especialistas e ainda assim resistindo satisfatòriamente à análise de minúcias. São imprecisos, quando não contêm uma série de vícios de técnica e mesmo deslizes ¹⁰.

Que se não despreze nunca a suplementação da pesquisa de campo com informes provenientes do arquivo e da biblioteca, no afã de expurgar o trabalho das mais berrantes deficiências e com a preocupação da exatidão e desejo de descoberta.

Coligidos os dados, vamos à apuração dos mesmos; à crítica (compreensão); à comparação (se fôr possível); à classificação; e apresentação, que é a elaboração dos resultados com organização de seminários, leitura de relatórios, debates, coleção dos diapositivos e diafilmes, confecção de mapas e gráficos, organizando-se, por fim, a monografia com interpretação.

Este último trabalho será grandemente facilitado pela acumulação progressiva e adequada de material constituído de dados seguros, o que tornará mais justa e fidedigna a interpretação geográfica.

E como resultado temos os objetivos utilitários.

Do quarto ao nono itens, podem ser considerados pesquisa de gabinete com as buscas bibliográficas, documentação, etc., bem como as interpretações dos dados obtidos no campo. Este trabalho, para oferecer produção útil, precisa ser orientado por quem possua rigorosíssimo preparo cultural e sobretudo metodológico.

Facilitará enormemente o bom rendimento do estudo, nas suas diversas fases, a capacidade de pesquisador para consultar fontes em língua estrangeira e competência em assuntos especializados. Isto nem sempre se encontra na universidade ou no curso secundário e dificilmente em nosso meio rural.

Cabe-nos advertir ainda que o geógrafo inexperiente, à semelhança dos turistas, tende a ser mais fortemente impulsionado pelo que vê de anormal na paisagem, ao invés de notar, com cuidado, os seus traços normais. Canalizar, portanto, a observação do estudante para a busca daquilo que é típico na paisagem e não ceder à sedução do anormal — eis aí a regra que se nos afigura razoável. A Geografia é a tipificação da paisagem. A História é que interessa o excepcional, o que é irregular. Veja-se, por exemplo, a proclamação da República. É do domínio da História êste fato que não se dá sempre; no Brasil

¹⁰ Delgado de Carvalho: Opus cit., p. 100.

só houve uma proclamação da República. A Geografia, ao contrário, deve contar o normal. Ver, por conseguinte, com estratégia geográfica. Ver, não jornalística ou turisticamente, nem mesmo artisticamente, à maneira daqueles pintores que só vêem côres.

Em síntese: a Geografia é aqui encarada como ciência que ensina a ver, coligir, descrever, localizar, analisar, organizar, classificar, compreender, comparar, explicar e, finalmente, apresentar conhecimentos num sentido que seja significativo.

GUIA DE PESQUISA GEOGRÁFICA DO MEIO LOCAL

Uma vez estabelecidas as considerações acima, cumpre-nos referir à necessidade de organizar listas de fatos realmente essenciais a serem observados no estudo de comunidades rurais. Um plano de coleta de dados para pesquisas desta natureza era assunto de nosa preocupação desde que nos convencemos da necessidade de sair um pouco do gabinete e do exclusivismo dos livros, que são elaborados para estudantes de regiões as mais diversas, e apresentarmos, com os alunos do Curso de Geografia da Faculdade de Filosofia, alguma contribuição original, que refletisse nosso meio.

Do espírito de revitalização do ensino que vem orientando os "Cursos de Treinamento para Professôres Rurais" do nosso estado, resultou também boa oportunidade de prosseguir algumas experiências metodológicas, visando fugir ao pecado acadêmico do verbalismo puro e transformar a educação geográfica passada. Nosso intuito era fugir aos estudos muito enciclopédicos, muito livrescos e dominados por preocupações de programas e de exames, e aprender em contato com as coisas. Capazês de discorrer sôbre Geologia, Botânica, Agricultura, Economia, Costumes, ficamos, muitas vêzes, desarmados não só diante do solo, das plantas, das culturas, do lugar que habitamos, desconhecendo a maneira de trabalhar e de viver dos seus habitantes; isto efetivamente é ilusão do saber. Não é êste o modo de sermos úteis aos homens entre os quais vivemos.

Foi necessário fornecer, além de outras instruções, uma lista própria de fatos a observar e registrar, e, ao segui-la, formar elementos convenientemente treinados para executar trabalhos mais ou menos profundos, segundo a procedência dos pesquisadores, grau de suas disposições e interêsses. No caso das professôras rurais, as tarefas que lhe foram confiadas eram inteiramente novas. Todos se convenceram, no entanto, que não é desejável e nem mesmo admissível que o educador viva numa área, no meio dos homens que êle pretende instruir, ignorando-os completamente. Resultado: com inquieta imaginação vemos com freqüência o sucesso e a felicidade no lugar onde não estamos. Essa indiferença pelo que nos cerca, matizada de aborrecimento ou de desprêzo, não é atitude do verdadeiro educador. É na curiosidade simpática pelo nosso meio que encontraremos o gôzo de uma cultura verdadeira.

A Comissão Brasileiro-Americana de Educação das Populações Rurais deve ser lembrada. São realmente interessantes os seus trabalhos, creio ainda inéditos e muito difíceis de se obter, realizados em Minas, nos municípios de Diamantina, Sêrro, Conceição do Mato Dentro e Betim. Estudo semelhante, embora menos ambicioso, vem promovendo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em todos os municípios mineiros, a exemplo do que vem fazendo em outros estados da Federação. A primeira monografia, relativa a Itabira, foi publicada por ocasião do seu centenário. Uma vez divulgados todos êsses estudos, serão importantes subsídios para as pesquisas que temos em vista, porém, em nenhum caso as substituem.

Para começar, os tópicos de investigação e compilação geográficas foram relativamente resumidos. A fim de serem êstes fatos estudados mais profundamente, teriam, é verdade, de ser mais restritos ainda. No início, entretanto, apesar das advertências que nos fêz Emílio Willems, o nosso objetivo não foi o de aprofundar.

As informações para cada tópico ou assunto aqui consignado não devem ser apanhadas mecânicamente na sucessão prevista, como: rochas, topografias, clima, vegetação, animais e o homem. Esta sucessão pode variar de acôrdo com as peculiaridades regionais. Pode ser que no nordeste o mais importante seja o clima. Entre nós aqui o problema seria o relêvo, pois a montanha realmente

comanda inúmeras regiões do nosso estado. Em Paris, diz o Prof. Monbeig, quem comanda é o trabalho do homem antigo, por isso a descrição física nesse caso talvez devesse vir depois do estudo histórico.

Eis o plano que pretendeu ser um modêlo de dissecação e análise para estudo monográfico de uma região agrícola, organizado para execução na fazenda do Rosário da Sociedade Pestalozzi. Foi apresentado como que equivalendo por si só a um método de organizar o conhecimento geográfico¹¹.

- I O estudo deve ser antecedido de uma parte introdutória, em que se devem pôr em realce os aspectos mais significativos da região, acentuando o papel que a mesma representa na vida do estado e do país, sua função geográfica e histórica, sua importância econômica. O nome, superfície, informações administrativas ¹².
- II Localização, coordenadas limites a proximidade do lavrador ou criador ao centro irradiador, à Escola, Centro de Saúde, Centro de Coordenação, fiscalização e abastecimento.
- III Relêvo da região da fazenda. Indicar, se possível, altitudes exatas, relações com as regiões circunjacentes.
- IV Solos. Esta parte deve ser executada com o maior cuidado. A extensão do território. Colhêr amostras dos diferentes tipos de solo da fazenda (terra roxa), massapé, terra vermelha, informações sôbre a porosidade, etc. Anotar os nomes populares, fertilidade, plantas que ali dão e as que não o fazem. Ao pedólogo caberá dar essas informações. Colaboração e utilização atual das terras. É indispensável, sobretudo tratando-se de uma fazenda antiga, procurar informar-se se tal solo foi antigamente mais fértil, se nêle fizeram tais ou quais culturas e qual cuidado especial requer. Os estragos da erosão, os solos mais atingidos. Quais os remédios indicados. Características dos terraços aluviais. Museu: amostras para coleção particulares. Solução fraca de HCl para reconhecer rochas calcárias. Amostras frescas e meteorizadas.
- V Aproveitar tôdas as ocasiões para estudar as rochas do subsolo. Cortes em estradas de ferro ou de rodagem, poços, túneis, escavação para alicerces, etc. Colhêr amostras, rotulá-las, guardá-las. A presença de fósseis. Consultar cartas geológicas da região. Consultar pessoas competentes: professôres, geólogos, engenheiros civis, pedólogos, agrônomos, etc. Localização dos seixos rolados.
- VI Recursos naturais da região e como são aproveitados em benefício da população (ver exportação).
- 1.º Quais as indústrias da região. Produção agrícola e seu beneficiamento nos moinhos locais. Milho. (Visita aos moinhos do Sr. Alfredo Coelho). Preco e rendas.
- 2.º Produção de cana e seu beneficiamento no engenho da fazenda do Rosário. Preço de beneficiamento do produto. Renda anual.
- 3.º Indústrias caseiras. Processos em uso na fabricação do sabão. Azeite. Couros. Cestas, etc.
- VII Olarias e cerâmicas. Aproveitamento de diversas espécies de argila na confecção de tijolos, telhas e vasilhames. Visita à olaria da fazenda. Estudo do forno, da caieira, dos instrumentos utilizados. A qualidade dos tijolos. Exportação para onde? Número de pessoas. Variável? Por que? Os barreiros, localização, o meio de transporte. Qual a energia para amassar o barro. A produção por hora e por dia. A queima. Problemas. O esgotamento dos barreiros. O aspecto da paisagem resultante.
- VIII Mineração. Cristais e minérios (visitas à fábrica de tintas de Ibirité). Lapidação (visita às instalações do Sr. Levy).

Ver Aroldo de Azevedo, Boletim Geográfico, ano I, n.º 9, ponto de partida destas indicações práticas para exploração geográfica do meio local.
 O professor Lourenço Filho serviu-se do nosso programa de Geografia para explicar a

¹º O professor Lourenço Filho serviu-se do nosso programa de Geografia para explicar a "orientação realista e pragmática" que se procura imprimir aos cursos rurais em Minas. O presente plano foi reproduzido num estudo preparado por solicitação da UNESCO e por essa organização publicado em francês e inglês, na obra intitulada "La formation professionelle du personnel enseignant primaire".

IX — Necessidades de incentivar a produção local. Quais as matérias primas que poderiam ser aproveitadas industrial e comercialmente?

Quais as formas mais indicadas da organização econômica, na produção e no consumo de produtos? Quais as qualidades indispensáveis ao homem para estimular nêle o interêsse pela indústria e comércio, e como a escola poderia colaborar neste empreendimento, através da criança (clubes agrícolas e cooperativas escolares).

- X Clima, Salubridade. Insistir na variação das estações. Suas conseqüências na agricultura. Anotar os períodos secos, dias da geada, lugar. Ventos dominantes, direção. Nevoeiros, garoas, chuvas de pedra (estatísticas). Enchentes, sua freqüência, nível anormal atingido pelas águas. Tempestades: datas, freqüência, direção, etc. Consultar meteorologistas.
- XI As diferentes formas de ocupação do solo. As suporfícies consagradas às várias culturas e à criação. Fotografias. Desenhos. Estatísticas comparadas com dados anteriores.
- a) As principais atividades agrícolas. Técnica agrícola adotada, para a qual será interessante traçar o calendário rural, isto é, a cronologia dos diversos trabalhos agrícolas, correlacionando-os com o clima; principais perigos para as culturas.
- b) Observar se as fases do trabalho rural correspondem ou não a festas tradicionais, a costumes folclóricos, ao deslocamento de mão-de-obra, etc.
- c) Aparelhamento da lavoura, instrumentos empregados. Adubos. Sementes. Métodos de trabalho. Custo da produção. Lucros, etc.
- XII Rebanho local. Quais os animais comuns da região (úteis e nocivos) e como devem ser tratados em benefício do homem. Procurar dados referentes às raças dos animais, sua alimentação, doenças. Pesos médios obtidos.
- 1 Bovinos e caprinos. Espécies mais indicadas na região para a produção de carne e de leite. Doenças mais comuns e como preservar os animais. Ração alimentar. Abrigos. Horários de ordenha. Pastos. Variação de produção conforme as estações.
- 2 Suínos, espécies mais indicadas para a criação e engorda. Doenças e tratamento mais comuns. Vacinas. Ração (construção de chiqueiros). Castração.
- 3 Burros e cavalos. Tipos de animais preferidos. Porcos raças, tipos. Alimentação. Prazo de engorda. Valor da carne e toucinho. Indústrias rurais.
 - XIII Outras atividades econômicas. Atividades extrativas. Caça e pesca. Atividades industriais.
- XIV Vegetação. Plantas nativas, matas, devastação, conseqüências, reflorestamento, etc. Plantas frutíferas, ornamentais e medicinais. Quais são as caracteristicas do mundo vegetal da fazenda do Rosário e vizinhanças? Como aumentar sua utilidade e rendimento dos recursos vegetais para o homem? Como preservar as matas. A capoeira e as espécies comuns de madeiras nativas. Madeiras de lei. Reflorestamento e seus efeitos sôbre o clima, sôbre a conservação do solo e o embelezamento dos sítios. Eucalipto e seu papel na economia da fazenda; o côco macaúba na alimentação dos animais e da criança. Aproveitamento do óleo, das fibras. Consultar botânicos.
- 1 Plantas frutíferas e seu aproveitamento na alimentação do homem e dos animais. Valor nutritivo dos frutos mais comuns na região (goiaba). Frutos apropriados à cultura da região.
- 2 Verduras nativas e seu valor nutritivo. Verduras cuja cultura é indicada na região, segundo o clima, solo e outras condições locais.
- 3 Flores e plantas decorativas da região. Parasitas. Princípios de ajardinamento e de embelezamento das moradias.
- 4 Plantas medicinais da região e sua cultura, assim como o aproveitamento das plantas em perfumaria e essências (excursão à propriedade de D. Vera), amostras para o museu de ciências naturais, farão croquis e fotografias ilustrando relatórios.
- XV Hidrografia. As fontes, os ribeirões, as lagoas, os brejos. Águas potáveis, captação. Análise química e bactereológica. Os poços. Profundidades do lençol de água. Mananciais de energia. Córregos, rios. Água aproveitamento.

Embelezamento do sítio. Irrigação dos campos para reserva d'água. Pescaria. Plantas aquáticas. A água e as carências. Suprimento d'água.

XVI — Tipos de casas 13.

Que devemos investigar no campo? Em primeiro lugar, temos a vivenda do camponês. Estudar seus vários tipos. Comparações entre as habitações mais ricas e mais pobres do local, da redondeza e de lugares distantes. Comparar também a casa moderna com a dos tempos antigos e verificar as transformações. É importante ainda o estudo das relações econômicas e políticas entre a cidade e a aldeia. O que uma recebe da outra.

Numerosas? Sua distribuição. Aglomeradas? Dispersas? Por quê? A casa do fazendeiro e do colono. Arquitetura. Material de construção. Cobertura. O meio geográfico e os materiais de construção. Qual o reboque, crescimento; para onde? Divisão. Revestimento. Ornamentação. Accessórios de habitação. Mobiliário. Edifícios públicos. Igrejas. O problema das portas e janelas. O lado dos alpendres.

XVII — Regime agrário. A superfície da fazenda; é grande, pequena ou média? O fazendeiro reside na fazenda? Meeiros? "Têrças". Colonos. Salários. Abundância ou raridade de mão-de-obra. Causas. Cooperativas. Crédito agrícola.

XVIII — Saúde — Moléstias atuais em conseqüência da região, do gênero de vida e da situação econômica dos trabalhadores rurais. Idéias sôbre a doença. Processos de cura. Curandeirismo. Magia, etc.

XIX — Indústrias — Possibilidades do meio físico. A mão-de-obra.

XX — Organização do trabalho — Atividades cooperativas. Relações entre empregados e patrões. Divisão de trabalho por sexo e idade. Especialização individual. Mercados. Feiras, meios de troca. Bancos. Empréstimos. Vida financeira da comunidade.

XXI — *Alimentação*. Procura e consumo do alimento. Alimentos habituais. Preços típicos. Horário de alimentação. Alimentação da criança. Bebidas e estimulantes. Condimentos.

XXII — Transportes terrestres. Caminhos, estradas de ferro. Rodovias. Animais de carga.

XXIII — Exportação dos produtos da fazenda. A estação da estrada de ferro utilizada para embarque. Preço do transporte. Conseqüências. Convém, às vêzes, documentar sôbre o preço do frete.

XXIV — População. Número. Aumento? Diminuição? Flutuação. Causas. Origem e antecedentes do povoamento. Natalidade. O elemento estrangeiro. Exodo. Para onde vão os que emigram?

XXV — Recreação. Passatempos habituais. Usos e costumes domingueiros ligados à recreação. Os pontos pitorescos usados para excursões. Vida esportiva na localidade. Esportes e jogos de azar. O papel do foot-ball na formação social da juventude de Ibirité e dos arredores. Jogos e competições locais. Necessidade de assistência cultural, artistica e recreativa na zona. Festejos e tradições populares. Época de suas realizações (reinados, festas juninas, natalinas e folias de reis). Música. Danças. Indumentária. Significação dos festejos populares e tradicionais na vida do homem do campo.

XXVI — Vestes. Adôrno. Processos de embelezamento do corpo. Conservantismo e mobilidade.

XXVII — Religião. Qual o papel da igreja na vida espiritual e moral da população? Igrejas, capelas e serviços religiosos, nos batismos, casamentos, enterros. Características religiosas das populações circunvizinhas. Organização social e relações com a igreja católica (congregados).

Triou Demangeon um método quase anatômico para a análise de habitat rural. A exploração rural é, para êle uma cédula viva cujo núcleo é a habitação. O bloco formado por um consolomerado dessas células constitui uma região de habitat. Os célebres questionários de Demangeon tornaram-se em pouco tempo instrumento de trabalho indispensáveis, e embora tenham sido estabelecidos principalmente para a França, seu valor geral e permanente reside na sua forma de análise do fato habitat. Nos programas e questionários que por várias vêzes elaborou para comissões ou assembléias internacionais, teve Demangeon de compor a lista dos problemas obscuros, dos centros nervosos do povoamento. Bol. Geogr., n.º 74, p. 135.

CONCLUSÃO

Pelo exposto propomos que o 1.º Congresso dos Geógrafos Brasileiros aconselhe aos professôres, adaptando-se aos programas e na medida de suas possibilidades, aliar o *ensino à pesquisa* geográfica nas bases descritas a fim de lhe dar maior prestígio, preservando-a das investidas periódicas contra o seu ensino no curso secundário nas proporções atuais.

INDICAÇÕES BIBLIOGRÁFICAS

- Ackerman, Edward A. (1947). "Treinamento Geográfico, Pesquisa em Tempo de Guerra e Objetivos Profissionais Imediatos". Bol. Geogr. n.º 55, p. 780. Trad. de Orlando Valverde dos "Annals of the Association of American Geographers" (vol. XXV, Dezembro. 1945).
- Azevedo, Prof. Aroldo (1943). "Monografias Regionais". (Planos sumários para pesquisas). Bol. Geogr., ano I, n.º 9, dezembro.
- BACKHEUSER, Prof. Everardo (1943. "Hipóteses de Trabalho nas Pesquisas Geográficas" (5.ª tertúlia realizada em 9-2-1943). Bol. Geogr., ano I, n.º 3, junho.
 - (1944). "Os Fatos Fundamentais da Geografia". Bol. Geogr., ano II,
 n.º 16, julho.
- Baldus, Prof. Herbert (1947). "Instruções Gerais para Pesquisas Etnográficas Entre os Índios do Brasil". Bol. Geogr., ano IV, n.º 47, fevereiro.
- Carvalho, Delgado de (1945). "O Estudo da Paisagem". Bol. Geogr., ano III, n.º 32, novembro.
 - (1948). "A Excursão Geográfica", guia geográfico do professor, 85 páginas, Bol. Geogr., ano V, n.º 59, fevereiro. C.N.G. I.B.G.E.
- CHABRIER, Pierre (1948). "A Equipe de Pesquisa". La Revue Scientifique, n.º 3298.

 Septembre-Octobre. Trad. de Olga Buarque de Lima. Bol. Geogr. n.º 96,
 março de 1951.
- Costa Ribeiro, Prof. J. (1947). "A Pesquisa Científica e o seu Desenvolvimento no Brasil", Bol. Geogr., ano V, n.º 51, junho.
- Correia Filho, Eng. Virgílio (1946). "Geografia de Campo". Bol. Geogr., ano IV, n.º 38, maio.
 - (1943). "Expedições Científicas", Bol. Geogr., ano I, n.º 3, junho.
- Costa Pereira, Prof. José Veríssimo (1943). "Concurso de Monografias de Aspectos Municipais". Bol. Geogr., ano I, n.º 1, abril.
 - (1943). "Pontos Básicos para a Organização de uma Monografia Geográfica Regional", Bol. Geogr., ano I, n.º 8, novembro.
 - (1945). "Evolução, Conceito e Método da Geografia", Bol. Geogr., ano II, n.º 22, janeiro.
- CRESSOT, J. et Troux, A. (1949): "La Géographie et l'Histoire Locales". Guia para estudo do meio. 3.ª Edição. Cadernos de Pedagogia Prática. Edições Bourrlier et Cie. Os autores são inspetores gerais de instrução pública.
- DEFFONTAINES, Pierre (1943). "Pequeno Guia do Viajante Ativo". Bol. Geogr., n.º 6.
- DIAS DA SILVEIRA, João (1945). "Formação do Geógrafo Moderno", Bol. Geogr., ano III, n.º 29, agôsto.
- Dolabella, Elzio (1949). "Guia de Pesquisa de uma Comunidade Rural". In "A Escola Rural" (Boletim dos Cursos de Aperfeiçoamento para Professôres Rurais. Imprensa Oficial, Belo Horizonte, n.º 1.
 - Geografia e Educação "Contribuição ao Congresso Brasileiro de Geografia e Estatística de Goiânia. P. 131.
- James, Preston (1949). "Formulando Objetivos de Pesquisas Geográficas", Bol. Geogr., ano VII, n.º 74, p. 141, maio.
- Lourenço Filho (1943). "Preparação de pessoal docente para escolas primárias rurais". Rev. Bras. de Estudos Pedagógicos. Vol. XX, n.º 52, p. 82.

- MONBEIG, Prof. Pierre (1943). "O Estudo Geográfico das Cidades". Bol. Geogr., ano I, n.º 7, outubro.
 - (1945). "Pesquisas Geográficas", Bol. Geogr., ano III, n.º 31, outubro.
 - (1946). "Estudo Monográfico de uma Estrada de Ferro", Bol. Geogr., ano IV, n.º 45, dezembro.
 - (1948). "Monografia de um Jardim. Como Ensinar Ciências". Suplemento de "A Manhã", "Ciência para todos", de 28-11-948.
- More, F. (1947). "Trabalhos Práticos de Geografia". Bol. ano V, n.º 53, agosto. Trad. de M. C. Vicente de Carvalho de "L'Information Géographique", 10.º année, 1946, Paris.
- Prunes, Prof. Lourenço Mário (1943). "Plano de Estudo de uma Excursão Geográfica", Bol. Geogr., ano I, n.º 5, agôsto.
- Parr, A. E., (1943). "A Geografia Começa em Casa", Bol. Geogr., ano I, n.º 4, julho.
- Pierson, Donald (1943). O Estudo da Cidade. Bol. Geogr., n.º 8 e Rev. "Sociologia", n.º 4, Vol. V, São Paulo. (1950) — "O Estudo do Cruz das Almas". Revista Sociológica da Esc.
 - de Sociologia e Política de São Paulo. Questionário da Comissão Americana da Educação das Populações Rurais. Ministério da Agricultura.
- RAJA GABAGLIA, Fernando Antônio (1930). "Práticas de Geografia". 228 páginas. Rio de Janeiro, Livr. Fr. Alves.
- Ruellan, Francis 1943). "Orientação Científica dos Métodos de Pesquisa Geográfica". Rev. Bras. de Geogr., ano V, n.º 1, I.B.G.E. (janeiro-março), p. 51.
 - (1943). "As Normas da Elaboração e da Redação de um Trabalho Geo-
 - gráfico". Rev. Bras. de Geogr., ano V, n.º 4 (outubro-dezembro), p. 559. (1944). "O Trabalho de Campo nas Pesquisas Originais de Geografia Regional", Rev. Bras. de Geogr., ano VI, n.º 1 (janeiro-março), p. 25. Reportagem sôbre a C.B.A.R. — "O Diário", de 29-2-948.
- STERNBERG, Prof. Hilgard O'Reilly (1946). "Contribuição ao Estudo da Geografia". Ministério da Educação e Saúde.
 - (1948). "A Pesquisa Geográfica do Curso Secundário". Bol. Geogr., ano VI, n.º 62. Maio. C.N.G. — I.B.G.E., pp. 169-173.
 - (1946). "As Listas de Fatos a Observar nos Trabalhos Geográficos de Campo". Bol. Geogr., ano IV, n.º 40, julho. (1947). "Trabalho de Campo na Geográfia": Seu Planejamento e Orga-
 - nização". Bol. Geogr., ano V, n.º 49, abril.
- Schmidt, Carlos Borges e Willems, Emílio (1945). "A Habitação Rural no Estado de São Paulo"; Inquérito. Secretaria da Agricultura. Indústria e Comércio. Diretoria de Publicidade. São Paulo.
- Schmidt, Carlos Borges (1946). "O Meio Rural". Investigações e estudos das suas condições sociais e econômicas. Diret. de Publ. Agrícola. São Paulo.
- Venâncio Filho, Prof. F. (1943). "Expedições Geográficas". Bol. Geogr., ano 1. n.º 5, agôsto.
- WILLEMS, Emilio: "Cunha" Tradição e transição de uma cultura rural do Brasil. Secretaria da Agricultura de São Paulo.
- ZARUR, Jorge (1946). "Análises Regionais". Rev. Bras. de Geogr., ano VIII, n.º 2, (abril-junho), p. 177.
- Éste "Boletim", a "Revista Brasileira de Geografia" e as obras da "Biblioteca Geográfica Brasileira" encontram-se à venda nas principais livrarias do país e na Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Geografia Avenida Beira-Mar, 436 Edifício Iguaçu Rio de Janeiro, D. F.

Leituras Geográficas

(Continuação)

A LUZ E OS FENÔMENOS LUMINOSOS

L'Océan Aérien — Gaston Tissandier G. Masson, Paris

Os arco-íris oferecem sob alguns aspectos um interêsse de simples curiosidade meteorológica, uma vez que os halos, de cujo estudo trataremos, podem ser às vêzes índices preciosos em favor da previsão do tempo.

Há sempre na atmosfera, desde a superfície da terra até 8 000 a 9 000 metros de altura, água em estado de vapor invisível, nublado, seja em estado líquido, em gotinhas mais ou menos finas, seja enfim em estado sólido, em agulhas de gêlo, em pequenos cristais microscópicos. Estas partículas gasosas, líquidas ou sólidas, produzem, sob a influência dos raios solares ou lunares, efeitos luminosos muito variados, segundo as circunstâncias. Quando estas são favoráveis, os fenômenos desenvolvem-se magnificamente. Ora são as coroas brancas que se vêem freqüentemente em redor do sol ou da lua, ora os círculos coloridos, simples ou complexos, os arco-íris; outras vêzes são as aparências múltiplas, mais ou menos enfraquecidas, do próprio astro: falsos sóis, falsas luas, etc., segundo sua posição de cada lado, abaixo ou acima do astro que lhes deu origem.

O que diferencia essencialmente uns fenômenos dos outros, é o estado da água. Com efeito, as coroas brancas são produzidas pelo vapor; os arco-íris pela água em estado líquido; os halos pelos cristais de gêlo.

As coroas de 3º a 5º se vêem entre nuvens pouco elevadas, os cúmulos; os arco-íris, sôbre as nuvens baixas que se dissolvem em chuva, os nimbos; os halos e as coroas do mesmo raio (23º) se observam no meio de nuvens muito elevadas, os cirros. Nas coroas irisadas, a côr vermelha é mais afastada do sol que a azul; nos halos é o inverso.

O efeito geral do halo é devido à luz refratada e não à luz refletida.

Enfim, esta verificação é capital, as parcelas de gêlo, ou prismas hexagonais, existem em certas circunstâncias na atmosfera; e é bem através da substância dêsses prismas, considerados seja isoladamente, seja dois a dois, que a luz se refrata, decompõe-se e produz o fenômeno dos halos em tôdas as suas aparências mais ou menos grandiosas.

O REGIME DAS MONCÕES

Géographie Physique — (Tome I) — Armand Colin — Paris — 1947

As monções são ventos periódicos que sopram alternadamente, em sentido quase oposto, da terra para o mar e do mar para a terra. A extensão dêsse regime é muito grande: encontra-se sobretudo na zona equatorial, cuja marcha regular êle interrompe, como também nas latitudes médias, até o paralelo de 45°.

A causa da troca na direção das monções é devida a uma mudança radical das condições da pressão atmosférica sóbre os continentes. No verão as grandes massas continentais sofrem um aquecimento intenso, e por conseguinte formam-se aí áreas ciclonais, ocasionando os ventos do mar; no inverno elas são mais frias que os oceanos vizinhos, e anticiclones se formam, envolvidos por ventos divergentes de origem terrestre. A monção marítima tende a abaixar a

Nota — Textos selecionados, traduzidos e adaptados por Cecília Cerqueira Leite Zarur.

temperatura; é úmida e chuvosa. A monção de terra é, ao contrário, essencialmente sêca e às vêzes muito quente.

As monções encontram as condições mais favoráveis ao seu estabelecimento na zona onde o regime de pressões é o mais estável. Isto explica sua predominância nas latitudes baixas e seu desaparecimento nas latitudes altas, particularmente sôbre as costas ocidentais dos oceanos, onde domina um regime ciclonal muito agitado. A principal área de extensão das monções é o oceano Índico. É que êste oceano é de todos o de posição mais equatorial, e o único envolvido por um círculo restrito e quase fechado por terras (África, Ásia, Austrália). A monção de inverno, determinada pelo máximo da Sibéria, sopra de N. ou N.E. sôbre a Índia e a Indochina; ela reforça o alíseo do hemisfério N, prolongando sua área de extensão até o paralelo 35°.

A monção de verão é determinada por um mínimo barométrico que se estende ao N.E. da Índia. O sentido do vento é completamente mudado no hemisfério norte. O alisio do hemisfério sul parece prolongar-se ao N do equador, aumentando de intensidade e desviando-se para o N.E. Essa monção é o vento benfazejo que causa chuvas na costa oriental da África, na Arábia meridional, na Índia e na Indochina.

A Austrália tem também suas monções, determinadas pelo aquecimento do interior desértico durante o verão do hemisfério sul (janeiro) e a formação, ao N. do continente, duma área ciclonal que substitui no inverno (julho) um anticiclone. A estação da monção sêca é a mesma da monção chuvosa na findia.

O regime de monções estende-se da costa oriental da Asia até o Japão.

CONSEQUÊNCIAS DO DESLOCAMENTO DOS CICLONES DA ZONA TEMPERADA

Traité de Géographie Physique — Vol. I — E. De Martonne, Armand Colin, Paris — 1934

As trombas e os furacões não são senão acidentes temporários e locais na zona quente. Contam-se em média no mar da China 28 furacões por ano, dos quais 17 durante a estação quente. O número de ciclones que atravessam o mar do Norte é em média três vêzes maior. Os ciclones da zona temperada são perturbações que se formam e se tornam a formar constantemente naquela zona, e percorrem-na tôda. Uma área ciclonal de 1 000 quilômetros de raio é coisa muito comum. Ela pode, por exemplo, cobrir tôda a Inglaterra e o norte da França. Além disso, êsses ciclones deslocam-se constantemente, provocando com sua passagem modificações de tempo, das quais podemos fazer bem idéia.

Temos visto que a área abaixo da ciclonal, especialmente o setor sudeste, é geralmente quente; que a área acima dela especialmente o setor noroeste, é geralmente fria; que a nebulosidade aumenta diante da depressão, sobretudo no setor sudeste, e se resolve em precipitações violentas, sobretudo na área acima da ciclonal e particularmente no setor sudoeste. As mudanças do tempo dependem, em um determinado local, da posição que ela ocupe com relação ao centro e à trajetória do ciclone. Há portanto um grande interêsse em conhecer as vias mais comumente seguidas por essas depressões.

Nós sabemos que elas se deslocam geralmente para o leste; atravessam o Atlântico quase seguindo a rota da corrente quente conhecida sob o nome de Gulf-Stream; e não é de admirar, pois a evaporação das águas quentes deve dar lugar aos movimentos de ar próprios a originar turbilhões ou a mantê-los. Nos Estados Unidos elas seguem a via dos Grandes Lagos, região úmida, atravessam a planície do Mississipi rumo ao leste ou ao sudeste, e percorrem a costa atlântica reaquecida pelo Gulf-Stream até o cabo Hatteras. Os arredores da Terra Nova parecem uma encruzilhada para onde convergem várias estradas.

Uma outra encruzilhada encontra-se no Atlântico, na vizinhança da Islândia. A atmosfera da Europa parece menos perturbada que a dos Estados Unidos e do Canadá; os ciclones la se dividem seguindo várias rotas divergentes, rumo ao Mediterrâneo ou ao Báltico e Noruega. Parece que o contacto dos continentes e dos oceanos é uma zona crítica, onde há ameaça de existência de turbilhões ciclônicos. Mas é também aí que sua influência sôbre o tempo é mais complexa. O esquema de repartição das influências sôbre a temperatura e a

umidade seguindo os setores que mencionamos não é suficiente. Tem-se que considerar as influências continentais e marítimas; os ventos de origem continental são, da mesma forma, mais frios no inverno e mais quentes no verão, que os ventos de origem oceânica. Estes são geralmente mais úmidos. Como as depressões se deslocam geralmente para o leste, resulta que as mudanças de tempo não podem ser as mesmas na Europa e na América, e que essas mudanças são, em cada região, diferentes no verão e no inverno.

RELAÇÃO DAS ÁREAS CONTINENTAL E OCEÂNICA

Climate — Robert De Courcy Ward John Murray, Albermale St., W — London, 1910

A terra e a água diferem muito com relação à absorção e à radiação. A primeira aquece e esfria depressa, e a um grau considerável; a última devagar e pouco.

1) Da insolação que cai sôbre o oceano, grande parte é prontamente refletida, tornando-se inútil para aquecer a água. As superfícies terrestres, ao contrário, refletem pouco, pouca insolação se perde dessa forma e mais energia é poupada para elevar a temperatura.

2) A maior parte da insolação que penetra a água é transmitida a alguma profundidade e, portanto, não se aplica no aquecimento da superfície. A terra é opaca e não permite à insolação incidente passar além de uma superfície de espessura comparativamente fina; tal superfície pode ser portanto bem aquecida.

3) A evaporação da água requer uma grande quantidade de energia, que muda o estado da água sem levantar sua temperatura (calor latente). A terra, embora úmida com freqüência, não é volátil; a perda de energia no processo de evaporação é em geral muito pequena.

4) A água é mais difícil de aquecer que qualquer outra substância natural, enquanto a terra se aquece fàcilmente e depressa. Se iguais quantidades de calor forem recebidas por iguais áreas de terra e água, aquela se aquecerá duas vêzes mais que esta.

5) A mobilidade da água conserva as porções mais quente e mais fria bem misturadas e portanto retarda muito o processo de aquecimento de qualquer porção da superfície. A terra não pode ter a mesma média de temperatura.

6) Sôbre os oceanos as nuvens em geral acumulam-se mais que sôbre as terras, causando mais sombra sôbre aquêle que sôbre esta, e reduzindo a energia disponível para esquentar a superfície da água. Por essas várias razões as superfícies oceânicas podem aquecer pouco durante o dia, ou no verão, e refrescam pouco durante a noite, ou no inverno. A influência da latitude é com frequência completamente inutilizada pela influência da terra e da água.

VENTOS E CHUVA

Climate — Robert De Courcy Ward John Murray, Albermale St. W — London, 1910

Dentro dos trópicos existem tanto chuvas pesadas quanto grandes zonas de precipitação muito deficientes. Junto do equador barométrico, onde os componentes da pressão são mais fracos, está a faixa equatorial das calmarias, ventos variáveis e chuvas. Essa faixa, com seu ar ativamente quente, úmido e leve, oferece condições excepcionalmente favoráveis para chuva abundante e pertence às regiões do mundo onde mais chove. A chuva é tão pesada que a salinidade da superfície das águas oceânicas se torna menor que as da latitudes dos alíseos. O céu está quase sempre encoberto, especialmente nas primeiras horas da tarde; o ar é quente e opressivo; chuvas fortes com trovoadas são freqüentes, principalmente à tarde e à noite — condições semelhantes às de certas épocas de verão na zona temperada do norte.

Há densas florestas tropicais no Amazonas e na África equatorial, onde não se receia geada ou sêca. Essa faixa de calmarias e chuvas, de largura variada e limites indefinidos, é temida pelos homens do mar porque pode retardar muito a marcha das embarcações.

A faixa de calmarias é em geral mais estreita que a das chuvas, sendo o ar ascendente carregado para o norte e para o sul, e provocando precipitações além dos limites da zona de calmaria. Em forte contraste estão os ventos alísios de leste, que sopram entre as faixas tropicais de alta pressão e a faixa equatorial de baixa pressão, e fornecem à faixa de calmarias uma corrente constante de ar quente que já contém uma grande quantidade de vapor d'água, evaporada dos oceanos pelos alísios, e só precisa de um resfriamento moderado para produzir chuvas abundantes. De grande regularidade, abrangendo cêrca da metade da superfície da terra e auxiliando grandemente a uniformidade dos climas tropicais, os alísios são há muito as rotas favoritas devido a seus ventos, à pouca freqüência das tempestades, à claridade dos céus, à frescura do ar, todos em agradável contraste com a umidade e a opressão da faixa de calmarias.

Os alísios são sujeitos a muitas variações; em certas estações êles se interrompem com freqüência sôbre vastas áreas próximas das suas margens equatoriais, pela faixa migratória de chuvas equatoriais e por monções; nos continentes elas sofrem com freqüência interferência das brisas terrestres e marinhas; em certas regiões, são invadidas por violentas tempestades ciclônicas.

Os alísios são em geral ventos dessecantes, pois sopram de latitudes altas para baixas.

Alguns fatos parecem comprovar que há um componente descendente nos alísios. Eles formam os desertos do norte e sul da África, o leste da Ásia, Austrália e sul da América do Sul. Sôbre os oceanos as únicas chuvas nas faixas dos alíseos existem em forma de aguaceiros.

(Continua)

e Revista de Revistas

Registos e Comentários Bibliográficos

Periódicos

BOLETIN DE LA SOCIEDAD GEO-GRÁFICA DE COLOMBIA — (Academia de Ciências Geográficas) — Volumen XI — Primer trimestre de 1953 — Número 1 — Bogotá — Colombia.

O presente número oferece, entre outros, um trabalho de Jesus Ramirez, S.J. sôbre o "Progreso de la sismologia en Centro America, México y las islas del Caribe durante los años de 1950 y 1951", e outro de Gabriel Jaramillo sob o título: "Francisco Coreal y su viaje a las Indias Occidentales".

BOLETIN DE LA SOCIEDAD GEO-GRAFICA DE LIMA — Tomo LXX — Tercero y Cuarto Trimestre — 1953.

Alguns trabalhos do presente número: "El problema de los aluviones de la Cordillera Blanca" — Parker D. Track:

"La Expedicion Sudamericana de la Universidad de Yale" — James E. Morrow;

"La Corriente Marítima del Peru" — Carlos García Méndez.

ESTUDIOS GEOGRÁFICOS — Consejo Superior de Investigaciones Cientificas — Número 52 — Año XIV — Agosto 1953 — Madrid, Espanha.

Revista editada pelo Instituto "Juan Sebastian Elcano".

Além de estudos de aspectos locais, oferece êste número referente a agósto de 1953 minucioso relato acêrca do XIX Congresso Geológico Internacional. Focaliza-se particularmente a participação espanhola no referido certame.

BOLETIN DE LA SOCIEDAD GEO-GRÁFICA DE COLOMBIA — Volumen XI — Trimestres Segundo y Tercero de 1953 — Números 2 y 3 — Bogotá, Colombia.

Número comemorativo do cinqüentenário de fundação da Sociedad Geográfica de Colombia. Contém discursos proferidos ao ensejo das comemorações que assinalaram o acontecimento. A parte científica compreende os seguintes trabalhos: "Lago y Laguna" — Helí Moreno Otero; "Defensa de Puerto Colombia" — Alberto Huyke Prieto. "The Arctic-Sea" — A. Bazalto; "Santa Marta" — Elisée Reclus; "El Artico" — A. Bazalto; "Espeleología Colombiana" — Wenceslao Cabrera Ortiz.

REVUE DE GÉOGRAPHIE ALPINE — Tome XLII — Fascicule II — Grenoble — Imprimerie Allier — 26, Cours Jean — Jaurès — 1954.

Publicação trimestral do "Institut de Géographie Alpine" (Université de Grenoble) sob a direção de Paul e Germaine Veyret.

Além de variada matéria científica de interêsse local, como o trabalho relativo aos "lapiés" na baixa Provença, oferece êste número colaborações sôbre a evolução da economia da Etiópia desde a restauração de 1941, sôbre uma expedição ao Everest e o recrutamento geográfico dos estudantes da Universidade de Grenoble.

ANNALES DE GÉOGRAPHIE — Bulletin de la Societé de Géographie — N.º 377 — LXIII° Année — Mai-Juin 1954.

"Problemas de morfologia cárstica" é, sem dúvida, o artigo de maior interêsse que oferece o presente número. O autor P. Birot focaliza a organização e evolução da drenagem subterrânea, a gênese das depressões fechadas, os fatôres climáticos, alguns tipos de evolução de relêvo.

Na conclusão afirma que o têrmo do ciclo de erosão cárstica é uma vasta superfície de erosão desenvolvida em função do nível de base geral.

A.V.L.

Capital Federal

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

NOVO PRESIDENTE DO I.B.G.E. — EM-POSSADO NA DIREÇÃO DESSA ENTIDADE O DR. ELMANO CARDIM — Por decreto de 21 de setembro, o chefe do Govêrno nomeou o Dr. Elmano Gomes Cardim para exercer as funções de presidente do I.B.G.E., em substituição ao Des. Florêncio Carlos de Abreu e Silva. O ato de posse revestiu-se da maior simplicidade.

Na primeira reunião do Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia a que o Dr. Elmano Cardim presidiu, o Eng.º Flávio Vieira, representante do Ministério da Viação e Obras Públicas, proferiu discurso, congratulando-se com o novo presidente do I.B.G.E. e focalizando alguns aspectos de sua personalidade bem como serviços prestados à causa

ibgeana.

Els a íntegra dessa oração: "Ao ver presidindo pela vez primeira as reuniões dêste Diretório Central o novo presidente do I.B.G.E., o ínclito Dr. Elmano Cardim, não me é possível sopitar o desejo de usar da palavra para congratular-me com todos os aqui presentes, pela ascensão de S. Excia. ao mais alto e egrégio pôsto do Conselho Nacional de Geografía.

Quero confessar, sinceramente, que, tangido pelo amor que tenho por esta casa, comecei
a preocupar-me, quando vimos desvanecida a
esperança que tínhamos da permanência nesse
pôsto do preclaro desembargador Florêncio
de Abreu, flustre brasileiro que tão superiormente se houve como pacificador justo e sereno, como dirigente seguro e equânime, como
presidente culto e operoso dessa obra grandiosa
em que se integram e se entrelaçam o nosso
Conselho Nacional de Geografia e o de Estatística.

Essa preocupação era a de saber quem o iria substituir, trazendo para a alta direção ibgeana as mesmas qualidades e as mesmas austeras virtudes do presidente Florêncio de Abreu.

Quando, porém, anunciou-se o nome sôbre o qual recaira a escolha de seu sucessor, nossa alma tranquilizou-se. O coração exultou, porque êsse nome era de um amigo que eu conheço desde quando trabalhamos juntos no centenário Jornal do Comércio e desde quando também comecei a apreciar a sua personalidade singular, exornada por qualidades de escol, abrilhantada pelos florões do talento e pela beleza de atitudes que, de então até o presente se aprimomararam até cristalizarem-se, conquistando o conceito magnifico com que figura em nosso âmbito cultural e social.

Eis que êsse nome era o de V. Excia., Sr. Presidente.

Não fora ferir as regras de nosso Regimento e eu diria, com a simplicidade de velhos amigos:

Meu caro Elmano Cardím, sinto-me jubiloso por ver-te como substituto à altura de teu antecessor nessa honrosa curul, presidindo a Geografía Brasileira. Mas, ésse tratamento íntimo poderá estar já agora emprestando suspeição às minhas palavras.

Para que tal não se julgue, passo a fazer minhas estas expressões do discurso com que saudou a V. Excia. o llustre e acatado ibgeano Mário Teixeira de Freitas: "A nobre figura de homem público que é Elmano Cardim deu-nos prontamente tôdas as garantias por que ansiávamos. E duplamente. Pelos seus predicados pessoais postos a prova num tirocínio ilibado de administrador, publicista e homem de pensamento, e também pela sua longa colaboração e perfeita identidade de ideais humanos e cívicos com Macedo Soares, o inclito realizador a quem Getúlio Vargas em momento de feliz inspiração, entregou, com a sua plena confiança e a mais completa liberdade de ação, sem constrangimento político de nenhuma espécie, aquêle encargo, de suma responsabilidade, que fôra o lançamento e a consolidação dêste monumento de "arte política" — como diria Alberto Tôrres — a que hoje chamamos I.B.G.E.

Elmano Cardim, membro da Comissão Censitária por escolha do presidente Getúlio Vargas, e, por eleição, consultor-técnico do Conselho Nacional de Estatística, colaborou com Macedo Soares durante dez longos anos. Durante esse período, participou da direção do recenseamento de 1940, auxiliando o saudoso Carneiro Filipe de modo decisivo, já diretamente, já pela publicidade magnifica do Jornal do Comércio, que tanto concorreu para criar o clima favorável ao êxito daquela que foi a maior e mais difícil operação censitária já realizada no Brasil. Mas Elmano Cardim também compreendeu e aplaudiu tódas as iniciativas — administrativas, técnicas e culturais — que durante aquêle não pequeno lapso de tempo, tão denso de realizações, foram tomadas pelos Conselhos de Geografía e Estatística, ora atuando separadamente, ora em conjunto".

Como se constata, o nosso novo presidente não é um estranho para nós. Pertence à família ibgeana, tendo uma soma de relevantes serviços ao I.B.G.E.

Homem de imprensa, se alçou de simples redator à posição primacial, não só no veterano Jornal do Comércio, do qual é redatorchefe, como no jornalismo brasileiro. Homem de prol, conquistou uma cadeira na Academia Brasileira de Letras. Homem de pensamento e de sociedade, granjeou o prestigio e a simpatia que agora são mais uma vez postos em evidência na maneira jubilosa por que êste Diretório e todos os funcionários do Conselho de Geografía o acolhemos.

E é interessante assinalar aqui que, depois do eminente embaixador J. C. de Macedo Soares, fundador e primeiro presidente do I.B.G.E., temos novamente nesta casa, a presidi-la, um acadêmico, um dos 40 "imortais" da casa de Machado de Assis.

Meus senhores. Por tudo isso que hel dito, penso que concordareis comigo, ao considerar que o Dr. Elmano Cardim, como nosso novo presidente, é o homem certo, no lugar certo, para o êxito certo.

Antes de terminar quero apresentar as minhas saudações ao meu prezado e douto colega engenheiro Fábio de Macedo Soares Guimarães e ao ilustre professor Nilo Bernardes, novos secretários da Mesa, como secretário geral e secretário-assistente, respectivamente, para que acabam de ser nomeados.

Tratando-se de dois destacados nomes do quadro de funcionários do Conselho Nacional de Geografía confiamos em sua ação inteligente e benéfica aos interêsses da Geografía, sendo de realçar a do professor e geógrafo Fábio Guimarães, cujos méritos intelectuais e morais fazem augurar um administrador hábil e eficiente na Secretaría-Geral dêste Conselho.

Senhor presidente, a Casa da Geografía Brasileira está de parabéns.

Senhores conselheiros, congratulemo-nos.

×

CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA

RESULTADOS DOS ESTUDOS PRELIMI-NARES ACÉRCA DA GRANDE CHEIA DO RIO AMAZONAS — Uma turma de geógrafos do Conselho Nacional de Geografia sob a orientação do Prof. Lúcio de Castro Soares, realizou há tempos estudos *in loco* sôbre as causas determinantes da grande enchente do rio Amazonas em 1953.

As principais conclusões preliminares resultantes dessas pesquisas foram consubstanciadas em recente exposição cuja integra é a seguinte: — "De acôrdo com os resultados dos estudos preliminares realizados pelo Conselho Nacional de Geografía (resultados sujeitos a retificações posteriores, que venham a surgir à luz dos estudos climatológicos finais mais completos), duas causas poderiam, por enquanto, ser apontadas como determinantes da grande enchente do rio Amazonas em 1953, a maior até então registrada.

Uma dessas causas seria a maior pluviosidade, de caráter excepcional, ocorrida na região noroeste da bacia amazônica, isto é, no território compreendido entre o rio Amazonas (trechos denominados Solimões e Marañon) e a bacia do rio Negro inclusive. A outra teria sido o adiantamento da estação chuvosa da região noroeste, o que ocasionou uma concomitância parcial, ao invés de uma sucessão normal dos períodos de cheias, resultantes dos dois períodos de chuvas, que são de abril a setembro na região noroeste (verão boreal) e de outubro a março, na região sudoeste (verão austral).

Não havendo notícia de excessivo degêlo na cordilheira dos Andes em 1953, é de suporse que êste fenômeno não tenha influído como causa da grande enchente amazônica daquele ano.

Quaisquer que sejam as causas das grandes cheias do Amazonas, estas tendem a alcançar niveis cada vez mais altos, devido principalmente ao entulhamento progressivo dos leitos planiciários do Amazonas e dos seus afluentes, o qual é responsável pelos transbordamentos locais observados em suas respectivas calhas.

Tendo principalmente causas climáticas, imprevisíveis e incontroláveis pelo homem, as grandes cheias amazônicas não podem ser evitadas. Não obstante, medidas práticas são possíveis de serem adotadas no sentido de atenuar os danos por elas causados às populações e a economía sediadas nas várzeas amazônicas.

Dentre as medidas em questão que poderiam ser efetivadas sem maiores despesas e por meio de um planejamento relativamente simples e perfeitamente exequivel em curto prazo, destacamos as seguintes:

a) defesa à segurança das populações ribeirinhas, rurais e urbanas, tornando suas habitações menos vulneráveis à ação destruidora das águas de transbordamento, pela localização planejada dos novos núcleos de população (cidades, vilas e povoados) em terrenos marginais mais altos, permanentemente a salvo das inundações, isto é, nas regionalmente chamadas "terras-firmes".

Esta medida deverá ter aplicação também quanto à transferência de local, para áreas

urbanas não inundáveis, das habitações e demais construções — de utilidade pública (prédios de administração, escolas, mercados, etc.) e de função econômica (usinas, fábricas, armazéns, etc.) situados nas áreas urbanas assoladas pelas grandes chelas —, dos núcleos de população já existentes nas várzeas amazônicas.

- b) Defesa da subsistência dos habitantes ribeirinhos das várzeas através de uma campanha educativa no sentido de incutir, no criador-agricultor nelas localizado, a necessidade do cultivo, na "terra-firme" mais próxima, de pequenas lavouras que ihe garantam alimento durante o período em que suas plantações de subsistência na várzea estiverem sob as águas das chelas.
- c) Defesa dos rebanhos criados nos campos de várzeas a fim de reduzir ou mesmo evitar as perdas de gado comumente verificadas durante as enchentes pela fome, afogamento e ataque de animais predatórios aquáticos (piranhas, jacarés, sucurijus, etc.) pela organização, na "terra-firme", de pastagens artificiais plantadas (de preferência uma para cada criador), para as quais o gado seria anualmente transferido antes da alagação.

Para tal os governos federal e estadual deveriam auxiliar, financiando a longo prazo e com juros baixos, a aquisição, por parte do criador-agricultor ribeirinho, de lotes de terras devolutas ou particulares (desapropriando estas últimas, quando agricolamente desaproveltadas), bem como, dentro do mesmo plano financeiro, auxiliá-los na preparação do terreno (principalmente destocamento), na obtenção de sementes de gramíneas forrageiras, e, na construção da sua habitação de "terrafirme"

No que se refere às medidas técnicas de contrôle das enchentes, não nos parece viável a desobstrução, por meio de dragagem ou quaisquer outros processos, do último trecho do rio Amazonas, devido, principalmente, à sua con-siderável largura e enorme extensão. Tal im-praticabilidade avulta ainda mais se considerarmos o extraordinário volume d'água por que êle se escoa com grande velocidade, a continua e volumosa sedimentação normalmente nêle operada que anularia, em curto espaço de tempo, qualquer esfôrço nesse sentido, e, finalmente, ao fato de que êstes trabalhos só poderiam ser feitos à custa de inversões de capital cujo vulto estaria muito acima das possibilidades nacionais. Pelas mesmas razões fisiográficas e financeiras, estaria fora de cogitação a construção de diques para a proteção das pastagens nativas das várzeas, bem como dos terrenos agricolamente aproveitados.

Todavia, a desobstrução e dragagem de certos baixos trechos e bôcas de afluentes do Amazonas seria aconselhável, por permitir um escoamento mais rápido às águas que por êles circulam na época das grandes chuvas caidas em suas bacias, evitando ou atenuando as inundações locais, provocadas pelo entulhamento incessante e obstrutor dos seus baixos cursos e embocaduras.

Inevitáveis que são as grandes enchentes do Amazonas e de seus tributários, e, sendo prâticamente impossível o seu contrôle pelos recursos da técnica, devido, repetimos, à considerável largura e enorme volume dêstes cursos d'água, bem como às condições fisiográficas peculiares às várzeas amazônicas, sômente medidas que atenuem os danos por elas causados podem ser tomadas com resultados satisfatórios.

Daí a necessidade do melhor aparelhamento sanitário e financeiro das regiões por elas periódicamente assoladas, a fim de que, nos periodos das cheias, excepcionais ou normais, catastróficas ou não, as populações e a economia regionais possam ser assistidas convenien-

temente, de modo a suportarem, sem maiores sofrimentos e prejuízos materiais, os seus efeitos imediatos e as suas consequências. Para tal seria aconselhável a criação de um ou mais órgãos administrativos, subordinados à Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, órgãos êstes responsáveis pela execução do plano de medidas de defesa contra as enchentes e de assistência às popu-ções ribeirinhas, que vier a ser adotado".

PRÓXIMO LANÇAMENTO DO ANUÁRIO GEOGRÁFICO DO BRASIL — Reuniu-se a Comissão de Difusão Cultural do Conselho Nacional de Geografia para aprovar os originais do "Anuário Geográfico do Brasil", referente a 1954, e que será lançado dentro em breve.

O Eng.º Virgilio Corrêa Filho, diretor da Divisão Cultural do C.N.G. e responsável pela elaboração da obra, fêz uma exposição comple-ta do seu plano e do material que o consti-

tuirá.

A reunião foi presidida pelo secretário-ge-ral, Ten. Cel. Deoclécio De Paranhos Antunes, tendo participado dela o deputado Lima Figuei-redo, o desembargador Castelo Branco, enge-nheiros J. C. Junqueira Schmidt, Virgilio Corrêa Filho e Prof. Sílvio Fróis Abreu.

INSTITUÍDO NA SECRETARIA-GERAL DO CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA O CENTRO DE APERFEIÇOAMENTO DE GEÓ-GRAFOS — Pela resolução n.º 475, de 22 de junho, o Diretório Central do C.N.G. insti-tuiu o Centro de Aperfeiçoamento de Geógrafos que tem por objetivos: a) especializar os co-nhecimentos dos diplomados em Geografia mediante a realização de pesquisas geográficas de campo e de gabinete; b) proporcionar aos profissionais cujas atividades sejam ligadas à Geografia, conhecimentos especializados para

melhor desempenho de suas tarefas.

Noutro local publicamos o texto completo
da resolução n.º 475 e as normas que regulam o

funcionamento do referido Centro.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Servico Nacional de Pesquisas Agronômicas

MAPAS DE SOLOS DE TODO O BRASIL ATTVIDADES DA COMISSÃO DE SOLOS —
Agrônomos especializados do Ministério da
Agricultura estão preparando mapas de solos do Brasil com base no levantamento que está sendo efetuado pela Comissão de Solos do Serviço Nacional de Pesquisas Agronómicas, da qual é presidente o Sr. Felisberto Camargo. São membros da mesma Comissão, também, os Srs. Luís Bramão, representante da F.A.O., Moacir Pavageau, presidente da Sociedade Brasileira da Ciència do Solo, e Waldemar Mendes do Instituto de Ecologia.

No território fluminense já se fizeram levantamentos de uma área superior a 1 700 000 hectares. Estão prontos os mapas de 16 municípios do estado do Rio.

Estender-se-ão êsses levantamentos aos estados do Espírito Santo, Minas Gerais e a outras unidades da Federação. Calcula-se que, dentro de cinco anos, estará pronto o mapa esquemático dos solos de todo o país.

Os mapas elaborados pela Comissão de solos são acompanhados de relatórios que contêm dados sôbre descrição geral da área, condições climáticas, práticas agrícolas, descrição pormenorizada do solo através de seus perfis, continuidade em relação aos métodos de agricultura empregados e grupamento dos solos de acôrdo com sua capacidade de utilização.

ATUALIZAÇÃO DA CARTA GEOLÓGICA DO BRASIL - A Divisão de Geologia e Mineralogia do Departamento Nacional de Produção Mineral está efetuando pesquisas de campo para atualização da carta geológica do Brasil. Os trabalhos são completados com o levan-

tamento aerofotogramétrico de várias regiões pouco conhecidas e de acesso difícil. Cogita-se do levantamento imediato da região do Brasil Central, sobretudo da área compreendida entre as bacias médias dos rios Tocantins e Xingu (400 000 metros quadrados), povoada de tribos de índios Caiapós, e onde há, provavelmente, importantes reservas minerais.

DOUTOR MATIAS ROXO — SEU FALECI-MENTO — LIGEIROS TRAÇOS DE SUA VIDA E OBRA — Com o falecimento, ocorrido a 2 de agôsto, do Dr. Matias Gonsalves de Oliveira Roxo, perdeu o Brasil um mestre autorizado na paleontologia, especialidade a que o ilustre cientista consagrou tôda a sua vida.

Apenas formado, ingressou no antigo Serviço Geológico e Mineralógico do Ministério da Agricultura, ao tempo de Gonzaga de Campos. Foi dos mais eficientes e devotados cola-

boradores de Eusébio de Oliveira.

Quando da administração Mário da Silva Pinto, no Departamento de Produção Mineral, o Dr. Matias Roxo dirigiu, durante seis anos, a Divisão de Geologia e Mineralogia.

A serviço de pesquisas científicas, cruzou diversas regiões do país. Uma das suas viagens através do território fluminense fornece-lhe elementos para elaboração do trabalho: — "A hulha branca no estado do Rio de Janeiro". Em 1917, estuda as ocorrências de rochas sieníticas e nefeliníticas, em Rio Prêto, e de grafita, em Volta Redonda. Em 1925, percorre a região da chapada mato-grossense. As observações colhidas nessa viagem constituem depois estudo a que intitulou "Notas Geológicas sôbre a Chapada de Mato Grosso". Suas pesquisas estendem-se ao Paranapanema, aos estados do Amazonas, Alagoas, Sergipe, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e ao Recôncavo baiano.

Era membro de numerosas sociedades cientificas nacionais e estrangeiras, inclusive da Academia Brasileira de Ciências, de cuja dire-

toria fêz parte.

Nasceu no Rio de Janeiro, a 21 de abril
de 1885. Diplomou-se pela antiga Escola Politécnica, em 1909.

Foi consultor-técnico do Conselho Nacional de Geografia para os assuntos de sua especialidade.

O Diretório Central do referido órgão homenageou a memória do notável homem de ciência, aprovando voto de pesar proposto pelo representante do Ministério do Trabalho, Sr. Péricles de Melo Carvalho.

Bibliografia

Deixa o Dr. Matias Roxo considerável bagagem científica esparsa em revistas e periódicos.

No Boletim do Serviço Geológico do Brasil publicou vários trabalhos, dos quais lembra-remos: — "Fósseis pliocênicos do rio Juruá"; "Noções sumárias de Paleontologia"; "Introdução ao estudo dos répteis fósseis do Brasil".

Em os Anais da Academia Brasileira de Ciências estampou diversas memórias, tais como: "Rochas cretáceas do Recôncavo da Ba-hia"; "Considerações sôbre a geologia e paleontologia do Alto Amazonas"; "Preliminary Note on fossil Crustacea from Bahia, Brazil".

O Boletim Geográfico e a Revista Brasileira de Geografia apresentam igualmente contribuições de Matias Roxo, a saber:

In Boletim Geográfico — N.º 22, janeiro de 1945 — "O Vale do Amazonas"; N.º 28, julho de 1945. "A Paleontologia, seu objetivo, divisão e utilidade, coluna geológica"; N.º 29, agósto de 1945 — "Introdução à Geologia e à Paleontologia"; N.º 46, janeiro de 1947 — "Apareolmento de vida côtra "Toron de 1947 — "Apareolmento de vida côtra "Toron de 1947 — "Apareolmento de vida côtra "Toron de 1947 — "Apareolmento de vida côtra de Toron de 1947 — "Apareolmento de vida côtra de vida con de 1947 — "Apareolmento de vida côtra de vida con de 1947 — "Apareolmento de vida côtra de vida con de 1947 — "Apareolmento de vida côtra de vida con de 1947 — "Apareolmento de vida côtra de vida con de 1947 — "Apareolmento de vida con de 1948 — "Apareolmento de 1948 — "Apareolm recimento da vida sobre a Terra e progressivo desenvolvimento de sua população".

In Revista Brasileira de Geografia, ano V

N.º 1 — "Considerações sobre as formações

permo-carboníferas brasileiras".

Sôbre a personalidade e obra do Dr. Matias Roxo, o Dr. Virgilio Corrêa Filho escreveu longo artigo em o Jornal do Comércio de 22 de agôsto, do qual extraimos elementos para compor esta

MUSEU NACIONAL

Universidade do Brasil

FALECIMENTO DO PROFESSOR ANGIONE COSTA — TRAÇOS BIO-BIBLIOGRÁFICOS - Faleceu a 14 de julho o Prof. Angione Costa, escritor e figura de projeção no jornalismo e na literatura contemporânea do Brasil, deixando numerosas obras ligadas à arqueologia, etnologia e história. Últimamente, dedicava-se à arte e aos estudos de antropologia.

No Museu Nacional e no Instituto de Educação, mantido pela Prefeitura do Distrito Federal, ocupou a cadeira de Arqueología.

Nasceu em 1878, em Natal, no estado do Rio Grande do Norte. Iniciou os seus estudos superiores no Instituto Civico Jurídico e na Faculdade de Medicina do Pará.

Muito cedo se interessou pelos estudos indígenas, revelando a existência da tribo Tapirapé, numa descrição publicada em 1912.

Anteriormente, excursionara ao centro da ilha de Marajó, percorrendo a região dos "paco-vais" marajoaras. Em 1914, a sua curiosidade o levou aos altos rios da Amazônia, até ao Xapuri. Nessa viagem encontrou os últimos remanescentes da tribo Paumari (nu-arusques), da qual nos deu noticias num livro publicado alguns anos mais tarde.

Representou o Brasil em vários congressos

cientificos internacionais, salientando-se nêles como estudioso pesquisador das questões de arqueologia. Mantinha sôbre essa matéria um curso permanente no Museu Nacional.

Sóbre arqueología publicou os seguintes volumes: — "Introdução à Arqueología Brasileira", "Arqueología Geral" "Migrações e Cultura Indígena", e várias teses e memórias tratando assuntos de cultura etnográfica e americanista. No ramo da literatura, Angione Costa escreveu, em 1927, um livro de documentário e critica das artes plásticas brasileiras: — "A inquietação das abelhas".

A produção científica, alguns pesquisadores de nomeada se referiram, com grande interêsse. R. Altieri, Walter Kandern, Antônio Serrano, Mendes Correia, Marques Miranda, Imbelloni, Quirino da Fonseca, Ramon Cárcano, Afrânio Peixoto, Ronald de Carvalho — estudiosos brasileiros e estrangeiros — trataram a obra de Angione Costa com o maior aprêço.

O Prof. Angione era membro do Instituto Português de Antropologia, do Pôrto; do Instituto de Antropologia de Roma; do Instituto Chileno-Brasileiro de Cultura, de Santiago do Chile; da Sociedade de Geografia de Lisboa; da Sociedade de Amigos da Arqueologia de Montevidéu; dos Institutos Históricos e Geo-gráficos do Pará, do Rio Grande do Norte, de Pernambuco, de Alagoas, do Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul; da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro; da Sociedade Capistrano de Abreu. Fêz parte de várias comissões culturais ao exterior, entre as quais nos Congressos Americanistas de Lima, Caracas e recentemente nos Estados Unidos.

Unidades Federadas

DISTRITO FEDERAL

Universidade do Distrito Federal

Faculdade de Ciências e Letras

PROFERIDA EM OUTUBRO DE 1953, PELO CORONEL JOSÉ MARIA LEITE DE VASCONCELOS, CATEDRATICO DE GEO-GRAFÍA DO BRASIL, DA FACULDADE DE FI-LOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DA U.D.F., POR OCASIÃO DA FUNDAÇÃO DO DEPARTA-MENTO DE GEOGRAFIA DO BRASIL — "Meus ouvintes: A pátria não é conseqüência de uma convenção como querem alguns ou resultado de um consórcio, um ajuste, como apregoam

A terra natal de cada povo é tão distinta das outras como são os indivíduos numa sociedade. As suas fronteiras físicas, etnográficas, lingüísticas, políticas, culturais, enfim, não são fictícias.

Se todavia, é verdade, não coincidem tôdas, desde inicio, não se justapõem exatamente a princípio, com o correr do tempo, mais se afirma sua existência, mais se individualiza o seu conjunto, que adquire fisionomia própria, civilização e características inconfundíveis.

Elas resultam das relações entre o país e o povo que o habita, entre o meio e o homem.

Elas se originam, surgem, procedem das reações recíprocas dêsses dois elementos. E' a história geológica do território e a estrutura atual, explicando o relêvo, as riquezas do subsolo, e a origem de suas rochas. E' a resistência destas à erosão, formando as quedas d'água. E' o resultado da sua destruição, determinando a natureza e a composição físico-química dos solos, o solo influindo na vegetação e a vegetação na fauna e na vida humana.

E' o relêvo, facilitando as chuvas e as chuvas fertilizando a terra.

São os rios, estas "estradas que andam", fazendo circular as riquezas, propiciando a vida das primeiras aglomerações humanas, nas suas margens.

São as cachoeiras gerando a energia hidráulica e esta, transformada pela eletricidade em energia dinâmica, calorífica e luminosa, e levada a grandes distâncias, val transportar os homens e seus haveres, vai alimentar as suas indústrias e iluminar os seus lares.

E' a extensão e a configuração da costa, convidando ou afastando o homem das atividades marítimas. E vizinho às praias, em seguimento a elas, já dentro d'água, o "platô continental", cinta litorânea coberta pelo mar, até 200 metros de profundidade, onde vive grande parte da fauna marinha consumida pelo homem. E a largura desta faixa determina a escassez ou a abundância do pescado, contribuindo assim para a penúria ou prosperidade dos pescadores. E' ainda a simples presença, a proximidade do mar, do oceano, das grandes massas d'água, equilibrando a temperatura da costa, atenuando, amenizando os excessos do clima da terra próxima.

E' a evaporação dessas águas produzindo as nuvens, que concentradas, reunidas e tangidas pelos ventos vão despejar a sua preciosa carga, principalmente, nas encostas das montanhas; que no Brasil, criou e mantém essa imponente fachada verde, que se estende do Rio Grande do Norte ao Rio Grande do Sul. E' a amplitude das marés, a salinidade dos mares, são as salinas que se formam no litoral, as correntes aéreas e marítimas atuando decisivamente na vida do homem.

E' a beleza do céu, a limpidez da atmosfera com os contornos vivos do horizonte, aguçando a inteligência humana, dando o gósto da clareza e o sentimento da medida e da harmonia. E à noite o céu limpo, estrelado e claro, permitindo aos astrônomos alongar as suas vistas curiosas até os confins do espaço infinito, desvendando os arcanos de Deus. Ainda à noite o luar excitando a imaginação, inspirando os cancioneiros e os poetas, aproximando os corações e convidando os românticos a sonhar. A Lua também exerce outras inúmeras e importantes influências sôbre a Terra: sôbre as marés, sôbre a atmosfera, plantas E' o Sol, de cujas entranhas saiu tudo que

animais, pouco estudadas ainda. nos rodeia, que preside a vida sôbre a Terra e nada aqui se realiza sem a sua intervenção.

Ele é o causador da evaporação das águas e da formação das nuvens. Aquecendo desigualmente as regiões produz os ventos, os ventos facilitam as chuvas e as chuvas a fecundidade e a fecundidade a vida. E' a sua luz que penetra nos mares levando a vida até 200 metros de profundidade, além da qual cessam de crescer as plantas. Existe ali uma multidão de sêres: vegetais desde as microscópicas algas verdes, flutuando em busca de luz, animais pequenos, vivendo à custa dos vegetais e animais maiores devorando os pequeninos.

Ele é essencial na produção da clorofila, é o responsavel pela foto-sintese, antiga função clorofiliana, esta maravilha dos vegetais verdes. A clorofila absorve a energia luminosa do Sol, essa se transforma em energia química a energia química determina a assimilação do carbono, sob a forma de compostos orgânicos, armazenados em seguida nas células dos vegetais. E êsses acumuladores de energia, os cedem, em forma de alimento, aos animais. E êsses outros, dissipadores de energia, as transformam em calor e movimento, bases da sua vida. E o restituem novamente à matéria mineral sob a forma de ácido carbônico livre ou combinado e êste volta finalmente ao vegetal.

E' o ciclo do carbono através dos séres vivos, que em forma de hidratos, constitui a fonte primária e única, de todos os alimentos dos séres organizados. E essa operação, a assimilação do carbono, exclusiva das células vivas das plantas, porque até hoje a química dos homens não conseguiu imitá-la, também produz o desprendimento do oxigênio, que vai para a atmosfera, de onde os animais o recolhem por meio da respiração, para alimentar a combustão lenta que aquece o seu corpo e lhe dá as energias necessárias para todos os trabalhos da vida.

Pelos vegetais, portanto, se elaboram e transitam os elementos que provocam as contações dos músculos que fazem bater os nossos corações. Os elementos que enriquecem o nosso sangue, sangue que anima as nossas emoções

mais puras, sangue que vivifica o nosso cérebro, cérebro que é instrumento do nosso espírito, espírito que nos conduz à idéia de Deus.

Durante o dia é a energia solar que faz crescer os vegetais, amadurecer os frutos e progredir as searas. E a noite ainda é êle que fornece ao homem, pela combustão: luz e calor, da sua energia acumulada no lenho dos vegetais, nossos contemporâneos ou na flora gigante que, soterrada a milhões e milhões de anos, se transformou em carvão de pedra.

Este remotissimo e pequeno episódio da ciclópica história geológica, vem hoje influir no destino dos povos e no progresso da Humanidade. A hulha, esta alavanca poderosa e incomparável da história contemporânea, que aquece as fornalhas, que dobra e domina o ferro, que move as máquinas, que leva aos lares dos homens, nas regiões frias o calor indispensável à sua vida, é um fruto opimo do Sol.

Pela combustão, o carbono, assimilado pelos vegetais, se liberta e volta a se combinar novamente com o oxigênio do ar, devolvendo, exatamente, o mesmo número de calorias tiradas do Sol quando se deu a sua fixação pelo vegetal.

Não é sem razão, portanto, que os povos antigos cultuavam o Sol, confundindo-o com aquêle que preside essa assombrosa harmonia das coisas, com aquêle que dirige essa deslumbrante comunhão dos elementos, que é Deus.

Os efeitos do Sol são regulados pela inclinação dos seus raios, pelo ângulo de incidência dêstes, que, varia no tempo e no espaço, que se modifica de latitude para latitude. E o Brasil se estendendo de pouco mais de 5º de latitude norte até quase 34º de latitude sul, recebe os raios de Sol com numerosas inclinações diferentes, no seu aparente passeio anual pelo céu brasileiro.

Sendo na região amazônica a duração dos dias pràticamente igual à das noites, durante todo o ano, no extremo meridional a sua diferença é bem apreciável. Se as estações não se diferenciam no norte do Brasil, no Sul elas são bastante pronunciadas. O Sol é ainda o maior responsável pela variedade do revesti-mento vegetal de nossa terra, tanto quanto sôbre a paisagem, como sôbre a composição da flora: desde o xeromorfismo de nossas caatingas no Nordeste, com arborização rala de árvores raquiticas, tortas, espinhentas e completamente desfolhadas ou com fôlhas raras, espêssas, carnosas, ásperas e pequenas vivo, forte, real da semi-aridez do seu clima -, até a imponente, majestosa floresta amazônica, filha predileta do Sol, que secundado pelo filina predileta do Sol, que secundado pelo relèvo lhe deu as melhores condições que se podem exigir, para surto da vida vegetal com o maior esplendor; calor, água, umidade e luz em profusão. Medram ai as mais variadas espécies vegetais e sempre de maior estatura do que em qualquer outra parte. Ela é exuberante, compacta, rica, complexa e majestosa, formando as suas árvores maiores, em média de quarenta metros, atingindo não raro 50 ou 60, uma imensa abóbada com todos os verdes que se possa imaginar. Debaixo dessa abóbada existem ainda outros andares de árvores menores que não necessitam de tanta luz, até que no chão onde a luz chega fraquissima, rastejam apenas vegetais sem clorofila, musgos, cogumelos, parasitas.

Na semi-obscuridade dessa floresta uma multidão imensa de numerosas espécies de pequenas árvores, cipós, trepadeiras, lutam desesperadamente pela vida, pela luz.

As vêzes, lá aparece uma que consegue erguer uma haste fina e muito alongada, terminando por um pequeno ramalhete de fôlhas, conseguindo ultrapassar a ramagem das árvores

gigantes em busca da grande luz. Debaixo da ramada, na semi-escuridão vive também uma multidão de individuos enfezados, raquiticos, pertencendo muitas vêzes a espécies de grande porte permanecem em estado anão até que morrem sem poder jamais dar flores. É quando aparece um vazio, um claro, um pedacinho do céu, nesse imenso "inferno verde", em seguida a morte e queda de uma árvore grande, individuos menores lançam-se àvidamente em busca da luz, e às vêzes vegetais já idosos, mas estacionados, estiolados, se alongam depressa, tomam o lugar vago e prosperam. Uma das características dessa imensa floresta equato-rial, virgem e densa, é a existência de numerosíssimas epífitas lianas, trepadeiras, cipós de todos os tamanhos e espécies. As vêzes muitas centenas sôbre o tronco e ramos de uma só árvore, formando uma trama, uma rêde que envolve a floresta inteira. Entrelaçam-se, ligam as árvores umas às outras, como poderosos cabos, mantendo o equilíbrio dessas árvores gigantescas, imperfeitamente enraizadas. de cima êste enrêdo parece um véu ondulado cobrindo a ramagem das árvores, ligando umas às outras, acompanhando as saliências produzidas pelas árvores maiores.

Quando se forma um vão, um vazio, na floresta, elas caem em forma de uma imensa grinalda, na impossibilidade de atingir as árvores vizinhas afastadas. Vive ai também a rainha do reino vegetal, planta aquática de uma só fólha circular, de diâmetro, não raro, de dois metros, símbolo de sua grandeza e opulência: a Vitória Régia.

E' em suma o clima que combinado, misturado por um químico invisível, por ações diretas ou indiretas, e reações contínuas com os seus habitantes, que forma, que modela e traça a fisionomia dos povos.

À extrema complexidade dêsses agentes geológicos e climáticos, junta-se o elemento homem, ator, agente geográfico primordial, indispensável nos três aspectos da Geográfia: o econômico, o político e o humano, pròpriamente dito. Juntam-se os fatóres que se prendem à origem dos seus habitantes: sua formação racial, sua alimentação, sua língua, seus costumes e inclinações.

E' a impressão imorredoura, indelével, do seu caráter nas manifestações do espírito: nas suas obras de arte, na literatura, na música, e nas suas canções populares.

São os seus monumentos, os templos, os cemitérios onde os antepassados repousam no sono eterno!

E' o culto dos seus heróis, são as tradições, instituições políticas, crenças, sua religião e a sua História. E' enfim, a sua cultura.

São as amizades, as afeições, os laços que se formam durante a existência: nos lares e nos bancos escolares, nas oficinas e nos campos, nos quartéis, diante dos altares e perante os juízes, na luta diária e nos revezes de cada dia, nos momentos de alegria, nos dias sombrios ou nos dias de festa.

E' tudo isso que caracteriza uma pátria, unidade geográfica complexa, bem distinta e de existência real. E' tudo isso que forma uma civilização, e essas nascem, vivem, prosperam, influenciam, fecundam novas civilizações, envelhecem e passam, na voragem do tempo, como tudo na superfície da Terra.

E o Brasil, meus senhores, por várias circunstâncias: pela sua posição geográfica, pela extensão do seu território e de sua costa; pelo seu alongamento no sentido da latitude, moti-

vando a diversidade e a variedade de suas produções e matérias-primas, é realmente um "pais-continente". Por apresentar todos os climas da Terra, excepto os extremos, por não ter nenhum deserto, nenhuma montanha inacessível, nenhuma região fria demais, nem geleiras ou neves eternas, nenhuma parte que não possa ser habitada pelo homem, com os seus oito e meio milhões de quilômetros quadrados ecumênicamente maciços. Por ter numerosos subafluentes de seus grandes rios maiores do que os mais importantes rios de outras terras.

O Brasil, meus alunos, por tudo isso e pelas suas grandes riquezas minerais no seio da terra adormecida, ricas e imensas florestas alinda virgens, numerosas e potentes cachoeiras inaproveitadas, inúmeras, grandes, extensas e volumosas bacias hidrográficas não utilizadas ainda, vastos campos ainda desertos, num desperdicio fabuloso, estupendo de energias preciosas... Continua a ser apenas o grande país do futuro...

Que não poderá fazer o Criador nesse imenso e rico laboratório, onde o homem não pôde tomar pé ainda, não pôde dominar, vencer, subjugar, impor a sua vontade aos outros elementos naturais. Onde a luta prossegue vagarosa, surda, incruenta dia por dia, hora por hora, minuto a minuto, palmo por palmo entre o homem e a natureza, e êste ainda é pequenino para tirar dela tudo que ela lhe poderá dar?

Que novas expressões de evolução humana, que imprevisíveis e estranhas combinações não poderão ocorrer nesta parte do continente americano?

Que páginas não poderão escrever ainda os seus habitantes no grande livro da História da Humanidade?

Cada dia que passa outros povos mais adiantados e superpovoados, caminham a passos largos, na senda do progresso. Há entre éles, cultos, ativos e capazes, uma grande fome de espaço, alimento e matérias-primas para as suas poderosas e prósperas indústrias. E' por isso que devemos fazer daqui, nesta oportunidade, uma advertência, um apélo, um convite aos responsáveis pelo desenvolvimento do Brasil, a todos os brasileiros de fé, para que ativemos, aceleremos, promovamos por todos os meios o crescimento da civilização que tão lentamente se processa em nosso território.

Para que não venha desaparecer nenhuma estrêla do azul de nosso pavilhão, para que cumpramos o nosso dever para com os nossos avós, de quem recebemos intacto, êste tesouro, para entregá-lo, engrandecido, às gerações futuras. Para que sejamos nós próprios, os agentes, os instrumentos do Criador, nesta emprêsa maravilhosa, nesta obra magnifica. Para que sejamos, enfim, dignos da grandeza da terra que nos legaram os nossos antepassados.

A nós, professôres e estudantes da Geografia Pátria, cabe um pequenino setor na trincheira imensa desta grande batalha pela grandeza do Brasil. A nós, cumpre estudar com carinho e devoção a geografia da terra que nos viu nascer, a nós compete desvendar e divulgar as suas riquezas, possibilidades e belezas naturais, para torná-la cada vez mais conhecida e mais amada.

(Boletim do Departamento de Geografia do Brasil, Ano II — N.º 1 — Faculdade de Ciências e Letras da Universidade do Distrito Federal) — Março-Abril-Maio — 1954 — Rio de Janeiro).

Certames

XVIII CONGRESSO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA

COMO FALOU A IMPRENSA A RESPEITO DÉSSE CERTAME O PROF. ORLANDO RIBEIRO — A fim de aproveitar a presença no Rio de Janeiro do primeiro vice-presidente da União Geográfica Internacional, Prof. Orlando Ribeiro, reuniram-se no Centro de Pesquisas de Geográfia do Brasil, a 26 de agôsto do corrente ano, vários membros da Comissão Organizadora do XVIII Congresso Internacional de Geografia.

A reunião contou com a presença do secretário-geral do Conselho Nacional de Geografia, Cel. Decoclécio De Paranhos Antunes e do presidente da Associação dos Geógrafos Brasileiros, Prof. Mário Lacerda de Melo.

O secretário executivo da Comissão Organizadora, Prof. Hilgard O'Reilly Sternberg, encaminhou os debates de maneira a esclarecer certas fases dos trabalhos de organização do Congresso.

Após a reunião, em entrevista concedida à imprensa, declarou o Prof. Orlando Ribeiro:

"E' com o major interêsse que os geógrafos de todo o mundo esperam a sua próxima reunião universal. O XVIII Congresso Internacional de Geografia celebrar-se-á no Rio de Janeiro, em agôsto de 1956. Pela primeira vez êste certame internacional reúne-se no hemisfério sul e num país pela maior parte tropical, permitindo a muitos geógrafos tomar contacto com a orginalidade de uma zona terrestre, a que os seus estudos concedem cada dia mais importância. Foi uma grande vitória para a Geografia brasileira ter conseguido, por grande maioria, a decisão de reunir o Congresso no Rio. A formação e o desenvolvimento dêste ramo da ciência no Brasil é dos fatos mais notáveis da geografia dos nossos dias. Se bem que logo no 1.º Congresso Internacional de Geografia, reunido em Antuérpia em 1871, o Brasil figurasse, representado pelo seu imperador D. Pedro II, só no Congresso de Lisboa, que marcou o reatamento das relações internacionais no domínio desta ciência depois da guerra, o Brasil mandou uma numerosa delegação dos seus mais ilustres e representativos geógrafos. Aí lançou o seu primeiro convite, que retirou por cortesia para com os Estados Unidos. Mas tomara uma posição que lhe permitiu, no Congresso seguinte, em Washington (1952), apresentar uma proposta com tôdas as garantias de êxito.

Se a aceitação da União Geográfica Internacional é uma grande satisfação para a Geográfia brasileira, ela envolve também responsabilidades. O Congresso reunirá com facilidade mais de um milhar de participantes. Mas os geógrafos não vêm apenas para se reunir em discussões científicas e em convívio humano. Incumbe aos Congressos marcar orientação de trabalho, rumos de pesquisas, debater pontos controvertidos, fixar doutrina, sugerir temas de estudo. Nisso um Congresso de Geografia é igual ao de qualquer outra disciplina científica. Mas há nêles outro aspecto da maior importância: os geógrafos vêm de tôdas as partes do mundo para ver, para conhecer, para percorrer terras novas, ambientes diferen-

tes, enriquecendo seu conhecimento do mundo e descobrindo sugestões comparativas, porque já o disse um mestre da nossa ciência, "a comparação é a alma da geografia". Por isso, antes, durante e depois do Congresso, realizam-se excursões cujos itinerários são escolhidos de acôrdo com certos aspectos e temas de estudo que êles pretendem focar. Desde o Congresso de Paris de 1931, considerado um modêlo, que se dedica a êste aspecto da organização do Congresso a maior importância. E' necessário recorrer a pessoas com conhecimento profundo das regiões que vão mostrar; um livroguia chama a atenção para os aspectos e problemas fundamentais. Diante da natureza e das obras humanas, os diretores de excursão expõem os grandes traços da paisagem, a sua originalidade, os problemas que suscitam. Seguem-se geralmente perguntas, dúvidas a esclarecer, sugestões a discutir. Um geógrafo não é homem de gabinete: o terreno é o seu local de trabalho, ai êle se sente à vontade, no seu elemento, e revela seu pulso e qualidades de análise e coordenação. Porque a Geografia de hoje, sejam quais forem as discussões que suscite o seu âmbito e os modos de ver de diferentes escolas, é uma ciência. Talvez menos pelo objetivo, ainda, um tanto incerto e comum, em larga margem, com outras ciências mais precisas da natureza e da vida social; mas pela atitude, pelo modo de ver, que exclui o amadorismo fútil, o impressionismo apressado, o descritivo meramente literário.

A Geografia é uma ciência de observação da terra e dos climas, dos homens, das suas maneiras de viver, nas suas necessidades e no seu poder criador. Observando, procura-se em cada lugar, o que faz a sua originalidade, elevando-se em seguida a um ponto de vista comparativo e sintético. Chega-se assim à definição de tipos, de familias, de parentescos, seja nas formas do relêvo, nas modalidades da ocupação agrária do solo, do povoamento, da vida das grandes cidades.

Por isso o geógrafo é sempre um viajante; os congressos internacionais, uma das suas ocasiões de fazer as malas; as excursões que acompanham ésses congressos, um ensejo de enriquecer conhecimentos e de aquilatar o desenvolvimento da Geografia em determinado pais.

Coube-me, como secretário-geral da Comissão Organizadora, preparar o Congresso Internacional de Geografia que se reuniu em Lisboa na Páscoa de 1949. Com um grupo de amigos devotados, conseguimos prestar ao mundo dos geógrafos um serviço que outros países de maiores recursos lhe vinham recusando: o reatar das relações internacionais. O Brasil tem muitas coisas a seu favor: o florescimento do ensino e da pesquisa nas suas jovens e promissoras universidades, a existência de um grande organismo estatal dedicado apenas aos estudos geográficos — o Conselho Nacional de Geografia — e o fato de ter uma pessoa que é como um traço de ligação entre a União Geográfica Internacional e a Comissão Organizadora Nacional: o professor Hilgard O'Reilly Sternberg, vice-presidente da primeira e secretário executivo da segunda.

Como vice-presidente da U.G.I. sigo com o maior interêsse o esfôrço que estão fazendo os colegas brasileiros; como antigo organizador de um certame dêste gênero, avalio bem os seus esforços, compreendo e partilho suas esperanças e até (porque não dizê-lo) momentos de desânimo. Mas estou seguro do êxito: o Brasil possui hoje uma plêtade de jovens ativos geógrafos, formados nos mais recentes métodos de pesquisa, endurecidos no trabalho de campo. O auxilio oficial, e o apoio moral que vale tanto como ête, não lhe estão faltando. O Congresso do Rio será um grande acontecimento no mundo da Geografía. Aqui — nos

quatro cantos dêste país imenso onde as excursões os vão levar — os geógrafos têm muito que ver: variedade natural, tradições de ocupações do solo que ascendem há mais de quatro séculos, multidões de imigrantes da mais diversa proveniência, velhas cidades adormecidas e novas metrópoles de vida trepidante. Há aqui grandes temas de observação e de reflexão. Ficaremos gratos aos nossos colegas brasileiros por nos darem o ensejo de uma visita ao Brasil, procurando que todos dela possam tirar o maior proveito."

*

Exterior

ARGENTINA

INSTITUÍDO UM ÓRGÃO PARA ESTUDO DO HOMEM AMERICANO — FINALIDADES — O "Instituto Argentino de Investigaciones Sobre el Hombre Americano", recentemente criado, com sede em Buenos Aires, tem por objetivo principal o estudo do homem americano através de sua tradição milenária e au-

tóctona. E' um organismo técnico a servico

da investigação de temas ligados estreitamente à realidade biológica e psicológica dos povos do nosso continente.

O I.A.I.H.A. procura estudar exclusivamente o processo do homem americano em função da cultura, raça e tempo, mediante o intercâmbio de informações e outros elementos culturais, folclóricos, científicos e educativos entre tôdas as nações do hemisfério.



Relatórios de Instituições de Geografia e Ciências Afins

Relatórios dos representantes estaduais apresentados à XIV sessão ordinária da Assembléia-Geral do C.N.G., realizada nesta capital, na primeira quinzena de julho de 1954

ALAGOAS

Integra do relatório apresentado pelo respectivo delegado:

"Atribuiu-me mais uma vez o govêrno de meu estado a honrosa incumbência de representar o Diretório Regional na Assembléia Geral do Conselho. A honra da designação, confiando-me tão alta incumbência, junta-se a feliz oportunidade do convivio, alegre e sempre agradável, com os ilustres confrades vindos dos diversos estados e os que aqui se encontram, membros do Diretório Central.

Se nos anos anteriores nem sempre foram fartas e até mesmo boas as noticias transmitidas, no corrente ano posso assinalar serem elas boas, embora não abundantes. Por isso mesmo é que me desincumbo da missão que me foi atribuída, com alegria e satisfação.

Diretório Regional — No ano passado, ao realizar-se a Assembléia Geral do Conselho, estava então incumbido, pelo govêrno do estado, de estudar a reorganização do Diretório Regional de Geografia, em contacto com a Secretaria-Geral. Em decorrência dêsse fato encaminhei ao senhor governador do estado, Dr. Arnon de Melo, uma longa exposição, justificando anteprojeto de decreto executivo, reorganizando o Diretório Regional.

Este projeto converteu-se no decreto n.º 606, de 2 de dezembro de 1953, baixado pelo govêrno do estado. Não sômente ficou estabelecida a competência do Diretório Regional, como também se dispôs sôbre sua composição. O Diretório, além de seus membros, é assistido por um corpo de consultores-técnicos. Estabeleceu também o decreto, que o Diretório Regional providenciará para que seja constituído, em cada município, um Diretório Municipal.

Novos municípios — Por fórça das leis ns. 1747 e 1748, de 2 de dezembro de 1953, foram criados dois novos municípios no estado: o de Paulo Jacinto e o de ôlho d'Água das Flores. As leis, entretanto, só entraram em vigor em 1.º de janeiro de 1954.

Posteriormente, com a lei n.º 1 785, adiante mencionada, foi criado o município de Feira Grande.

Com estas criações o estado passou a ter, segundo a divisão territorial, 41 municípios.

Divisão territorial — A lei n.º 1785, de 5 de abril do corrente ano, fixou a divisão territorial do estado a vigorar, sem alteração, de 1.º de janeiro de 1954 a 31 de dezembro de 1958. Com esta lei fixaram-se os limites dos diversos municípios, bem como se esclareceram dúvidas ainda existentes.

O estado vem cumprindo, desta maneira, os principlos fundamentais da revisão territorial qüinqüenal, embora os percalços de nem sempre poder apresentá-la na época adequada.

Mesmo os municípios criados sòmente passaram a ter tal categoria a 1.º de janeiro.

Atividades geográficas — Continuam a cargo da Secção de Estatística Fisiográfica do Departamento Estadual de Estatística os trabalhos de natureza geográfica. Infelizmente a deficiência de pessoal técnico impede o desenvolvimento, em melhores condições, dêsses trabalhos.

São tarefas bastante especializadas, e isto por si só já diz da necessidade de pessoal de alta qualificação, no campo geográfico, mas infelizmente, o Departamento não dispõe de recursos para atender. O que é possível, entretanto, realizar, dentro de condições assim tão restritas, vem sendo felto, graças à orientação traçada pela direção atual do Departamento Estadual de Estatística, entregue ao ilustre técnico e jornalista Carvalho Veras.

Mapa do estado — Está concluso, em vias de ser entregue ao govérno de Alagoas, o mapa do estado, elaborado pelos órgãos competentes da Secretaria-Geral do Conselho, de acôrdo com entendimentos estabelecidos entre esta repartição e o Departamento Estadual de Estatistica. A entrega dêsse mapa, por circunstâncias diversas, ainda não pôde ser feita.

Autorizou-me o presidente do Diretório Regional a propor fôsse convertido o auxílio a que tem direito o Diretório Regional, em 1954, no pagamento do restante devido pelo estado para completar o quantitativo fixado acôrdo. Foi, neste sentido, que apresentei projeto de resolução a esta ilustre Assembléia.

Conclusão — Lamento não dispor de maior número de informações, de mais farto manancial de notícias, para transmitir aos eminentes confrades. Alegra-me, todavia, poder afirmarlhes que, agora reorganizado, e entrando em fase nova de trabalho, muito se empenhará o Diretório Regional em cumprir seus objetivos.

Com esta persuasão é que o sistema geográfico regional transmite a esta Assembléia, por meu intermédio, suas mais vivas e cordiais saudacões".

AMAPÁ

Integra do relatório apresentado pelo respectivo delegado, Sr. José Raimundo Barata:

"Apresentação — Distinguidos que fomos pelo senhor governador Janary Gentil Nunes com a representação do território federal do Amapá junto a esta augusta Assembléia, cumpre-nos apresentar-lhes uma sintese das principais atividades do organismo regional de geografia, compiladas durante o intervalo que separou êste do último conclave.

Neste ensejo, desejamos de antemão congratularmo-nos com os dirigentes do Instituto e do Conselho e com os nossos colegas de representação, agradecendo a orientação e colaboração recebidas no decorrer dos nossos trabalhos e que muito têm concorrido para a amplitude do sistema geográfico nacional.

Divisão territorial — O que se tem observado em alguns estados da Federação, principalmente nos do Norte, é a enormidade de área que alguns municípios apresentam na sua extensão territorial. Isto, além de concorrer para uma administração deficiente, deixa as populações sem a assistência dos poderes públicos.

O homem do interior, como é sabido, tem um verdadeiro atrativo pelas coiasa da capital, daí o despovoamento das zonas rurais e o decréscimo da produção agrícola, principalmente porque, no interior, o elemento humano não dispõe dos recursos e das facilidades que usufrui o elemento citadino.

Olhando como exemplo essa necessidade de amparo ao nosso caboclo, proporcionandolhe dias melhores, o govêrno amapaense tem dispensado uma especial atenção ao problema.

Assim é que, no ano passado, ficou encerrado o anteprojeto da divisão territorial para vigorar no qüinqüênio 1954-1958 e que prevê a "transformação em município do atual distrito de Calçoene" com o desmembramento de terras do município de Amapá.

A proposta já recebeu parecer favorável dos órgãos técnicos dêste Conselho, encontrando-se em processamento normal no Congresso.

Observações meteorológicas — As observações meteorológicas no Amapá não tomaram, ainda, a perfeição no fornecimento dos dados necessários aos levantamentos estatísticos, em virtude da falta de material — como acontece no município de Oiapoque que possui uma estação meteorológica pertencente ao Ministério da Agricultura — e de serviços de contrôle — como em Mazagão, que não possui nenhum, tendo apenas um pluviômetro, obtido há bem pouco tempo, o qual está sendo instalado ali.

Na capital, vem sendo registrada a temperatura, a umidade do ar, a precipitação e duração das chuvas, enfim, o movimento climatológico em geral.

matológico em geral.

Em Amapá, como já foi frisado em uma das Assembléias, os serviços vêm sendo prestados pelo Destacamento Especializado, a FAB. que, mensalmente, nos remete os boletins com o resumo da ocorrência dos fenômenos climatológicos.

No ano passado, nosso delegado junto à XIII Assembléia Geral propôs u'a moção encarecendo ao Serviço Meteorológico do Ministério da Agricultura a instalação de estações meteorológicas nas cidades de Amapá, Mazagão e Olapoque, ficando apenas sob promessa formal daquele Serviço.

A título de ilustração, apresentamos algumas notas sóbre o assunto, conforme as observações procedidas no ano passado nos dois municípios:

CLIMATOLOGIA	Macapá	Amapá	
Temperatura máxima (°C)	32,9 24,4 96	32,7 21,5 187	
(todo o ano)	1 634,3 80%	2 777,9 94%	

Salientamos, também, que em Macapá, as observações têm sido procedidas através dos postos pluviométricos do povoado de Serra do Navio e de Pôrto Platon, situados na zona rural do município.

Secção de Geografia — E' a Secção de Geografia, na repartição regional de estatística, o órgão diretamente ligado aos assuntos relacionados com a Geografia brasileira, mormente a do Amapá.

Por seu intermédio e após longos períodos de estudos e revisão foi, afinal, elaborada a edição do mapa do território, no ano passado, na escala de 1:1 000 000, pelo Conselho Nacional de Geografía, cuja apresentação prima pela fidelidade de informes, oferecendo aos estudiosos e interessados no assunto um vasto campo para a expansão da sua cultura.

O govêrno amapaense, procurando difundi-lo para dar um conhecimento mais acentuado da região em que nós nos localizamos, fêz distribuir alguns exemplares entre as suas repartições e entre particulares interessados.

Diretório Regional de Geografia — As reuniões dêste Diretório não têm sido freqüentes pelo fato de as atividades geográficas territoriais não exigirem a sua realização. Assim mesmo, em 1953, reuniu-se cinco vêzes para deliberar, principalmente, sôbre os planos de trabalho a serem seguidos e sôbre a aplicação do auxilio de vinte e cinco mil cruzeiros recebidos do Conselho. Somente em julho do ano passado é que essa importância foi recebida, sendo então instituído o prêmio "Joaquim Caetano", no valor de Cr\$ 5000,00, para o melhor trabalho geográfico econômico sôbre a região.

Constituem, atualmente, o D.R.G. local, os seguintes membros:

Presidente — Dr. Hildemar Pimental Maia, secretário-geral do território.

Secretário — Sr. Clóvis Pena Teixeira, diretor do S.G.E.

retor do S.G.E.

Membros — Dr. Dário Gonçalves Gomes,
diretor da Divisão de Obras.

diretor da Divisão de Obras.

Sr. Alfredo Gonçalves Távora, diretor da Divisão de Terras e Colonização. Sr. Emanuel Pinheiro, diretor da Divisão de Educação. Sr. José Raimundo Barata, pela S.G. do S.G.E. O chefe do Serviço de Fomento da Produção Mineral da Divisão de Produção. Prof. José de A. Feljó Benevides, lente de Geografia do Colégio Amapaense. Sr. Claudomiro Morais, prefeto do município. Sr. Mair Naftaly Bemergue, pela Inspetoria Regional.

Conclusão — Ao concluirmos a presente sintese, queremos reafirmar o nosso propósito de que continuaremos lutando, lá no extremo norte da pátria pelo fortalecimento sempre crescente da unidade que nos congrega e pela perfeita expansão das atividades geoestatísticas do país, atualizando-as de acôrdo com os interêsses da comunidade".

*

BAHIA

Integra do relatório apresentado pelo respectivo delegado, Eng.º Lauro Sampaio:

"Trazendo a esta Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia um sucinto relato das atividades do Diretório Regional e dos serviços de âmbito geográfico do Departamento de Geografia, Engenharia Rural e Açudagem, do Estado da Bahia, cumpro esta obrigação com o maior contentamento, embora contristado pela produção relativamente reduzida dos serviços citados.

Perdurando ainda por todo o ano de 1953 a crise econômica, determinada pela pertinaz e prolongada séca que assolou o estado, não pôde a Fazenda Pública satisfazer os seus compromissos quanto à execução do orçamento, ocasionando restrições ao andamento regular dos trabalhos naquele exercício.

Tal estado de coisas veio até influir na

Tal estado de coisas veio até influir na execução do serviço de levantamento territo-

rial do estado, feito em cooperação com o Conselho Nacional de Geografia.

Diretórios Regional e Municipais - Não houve modificações na constituição do Dire-tório Regional, sob a presidência do Dr. Antônio Nonato Marques, digno secretário da Agricultura e suas atividades foram bastante reduzidas. Há conveniência na reorganização do mesmo, dentro do novo Regulamento do C.N.G., o que só será, no entanto, aconselhável após a renovação de mandatos, decorrente das no-

a renovação de mandatos, decorrente das no-vas eleições, a se efetuarem brevemente. Igual medida deverá ser adotada em rela-ção aos Diretórios Municipais, já quase inexis-

tentes por inoperantes.

A reorganização dos Diretórios poderá tra-zer novos incentivos às realizações geográficas dos mesmos, dentro do ambiente sadio do C.N.G.

O movimento de expediente do Diretório Regional, foi reduzido, continuando a funcio-nária do Departamento de Geografia, D. Durvilia da Silva Guimarães, como encarregada do mesmo, sempre dedicada a êsse trabalho.

Assembléia Geral do C.N.G. - A reunião da XIII Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia compareceu, ainda, como repre-sentante do estado e do Diretório Regional o secretário dêste, que procurou sempre, na medida de seus parcos recursos, cooperar pela obtenção das melhores medidas, exaradas nas resoluções da Assembléia.

Divisão territorial administrativa - Tendo em vista dispositivo constitucional, que determina as datas de vigência das revisões terri-toriais, o govêrno do estado, em março de 1953 criou a Comissão de Revisão Territorial, com-posta do secretário do Interior e Justiça, como presidente, dos diretores dos Departamentos das Municipalidades, de Estatística e de Geografia e do inspetor regional de estatística municipal como membro da mesma.

Em 30 de abril a Comissão apresentou ao governador do estado, para remessa à Assembléia Legislativa o anteprojeto de lei, que foi remetido àquele órgão da mesma data.

A referida Comissão acompanhou de perto a discussão do projeto na Assembléia Legislativa, cooperando com a Comissão de Negócios Municipais da mesma, de modo a ser efetuado orientando-a tècnicatrabalho construtivo,

mente.

A 30 de dezembro, foi promulgada a lei

n.º 628, da divisão territorial, a vigorar no
quinquento 1954-1958, com a seguinte distribuição de circunscrições:

Municípios: — 174.

Distritos: — 679.

Foram incluídos 24 novos municípios, sendo os de Itapevi, Antas e Serra Preta criados em 1953 e os demais por leis anteriores, ficanem 1933 e os demais por leis anteriores, ficando com as seguintes modificações a nova lei, em relação à vigente até então:
Novos municiplos: — 24.
Distritos novos: — 131, incluindo os quatro criados em leis de 1953.

Distritos supressos: - 6.

Distritos com sedes transferidas: - 9.

Distritos com alterações toponímicas: — 8. Cabe aqui ressaltar o inestimável serviço prestado pelo inspetor de estatística municipal, Dr. Artur Ferreira da Silva, como membro da Comissão Revisora, dedicando-lhe todo o tempo de que podia dispor, dentro ou fora do expediente normal de serviço, e em trabalho no-turno, concorrendo com seus conhecimentos e dedicação para a obtenção de uma obra que se recomendasse.

A êsse distinto companheiro da ala estatistica do I.B.G.E. deixa aqui consignado seu agradecimento perene o Diretório Regional de

Curso de férias - Ao curso anual de férias, que com tanta propriedade instituiu o C.N.G., facilitando aos professôres secundários a aquisição de conhecimentos novos e dando-lhes bôisas para ésse fim, enviou o Diretório Re-gional a professôra Mary Santos Silva, diplo-mada pela Faculdade de Filosofia da Bahia e distinta professôra de ensino secundário em Salvador.

Carta geral do estado — Organizada no Conselho Nacional de Geografía e impressa no Serviço Gráfico do I.B.G.E., ficou concluída a carta geral do estado, na escala de 1:1 000 000. O serviço técnico e a impressão da mesma são dignos de louvor, dado o cuidado havido no aproveitamento dos elementos mais novos, no que se refere à representação cartográfica, e sua aprimorada apresentação gráfica material.

Está assim o estado da Bahia, durante algum tempo, pelo menos, servido de uma carta, cuja falta era sentida geralmente por tôdas as classes, quer de técnicos, quer de elementos conservadores, industriais, comerciantes etc.

Com a terminação do levantamento terri-

torial do estado e novos dados outros poderse-á, dentro de pouco tempo talvez, obter-se uma nova edição da carta, com elementos mais exatos, dado o desenvolvimento que vêm tendo os trabalhos técnicos do Conselho Na-cional de Geografia.

Serviço de cooperação com o C.N.G. -Em prosseguimento ao serviço de levantamento territorial do estado, de cooperação entre êste e o C.N.G., foi continuado o trabalho das turmas, que infelizmente tem sida muito reduzido devido ao atraso de pagamento, por parte do estado, da quota estipulada em convento. Esta situação decorrente das dificuldades financeiras do estado no exercício de 1953, de-verá estar superada em breve, devendo assim ser incentivado o serviço, cujo término está próximo, dada a área relativamente reduzida que precisa ser levantada. A publicação das fôlhas dêste levantamento com aproveitamento de dados outros que inspiram fé, e que vem sendo feita regularmente, tem sido de grande auxílio para todos os que necessitam de informes cartográficos mais pormenorizados das diversas regiões do estado.

Esta publicação vem sendo feita gradati-vamente, na escala de 1:250 000, estando im-pressas 26 fôlhas.

Conclusão - Ao terminar o presente relato o Diretório Regional agradece aos seus congêneres assim como aos corpos constituintes do I.B.G.E., as publicações que lhe têm sido enviadas, salientando-se entre êles o Diretório Regional e o Instituto Geográfico e Geológico de São Paulo, o Conselho Nacional de Geogra-fia, a Inspetoria Regional de Estatística Municipal e o Departamento Estadual de Estatística, que lhe ofereceram as mais novas informações sôbre a vida brasileira, nos campos geográfico e estatístico.

Se muito não puderam produzir o Diretó-rio Regional e o Departamento de Geografia, Engenharia Rural e Açudagem do Estado na seara geográfica, no exercício passado, não lhes faltou, no entanto, a vontade de concor-rer na fôrça de suas possibilidades para a consecução dêste desiderato, em bem do melhor conhecimento do território do estado em particular e do Brasil".



Anualmente o Conselho Nacional de Geografia realiza um concurso de monografias de aspectos geográficos municipais, com direito a prêmios. Concorra com os seus estudos geográficos, seus levantamentos, sua documentação.

LEGISLAÇÃO FEDERAL

Integra da legislação de interêsse geográfico

Leis

Lei n.º 2 308, de 31 de agôsto de 1954

Institui o Fundo Federal de Eletrificação, cria o impôsto único sôbre energia elétrica, altera a legislação do impôsto de consumo, e dá outras providências.

O presidente da República: faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º — E' instituído o Fundo Federal de Eletrificação, destinado a prover e financiar instalações de produção, transmissão e distribuição de energia elétrica, assim como o desenvolvimento da indústria de material elétrico

Art. 2.º — O Fundo Federal de Eletrificação será constituido:

a) da parcela pertencente à União do

impôsto único sôbre energia elétrica; b) de 2/10 (dois décimos) da importância o) de 2/10 (dois décimos) da importância do produto da arrecadação da taxa de que trata o art. 1.º da lei n.º 156, de 27 de novembro de 1947, que é elevada para 10% (dez por cento), mantidas as isenções do art. 3.º, da mencionada lei n.º 156, em tôdas as suas alineas, e do art. 11 da lei n.º 1807, de 7 de janeiro de 1953;

de dotações consignadas no orçamento C)

geral da União

d) de rendimentos de depósitos e de apli-cações do próprio Fundo.

Art. 3.º — A energia elétrica entregue ao consumo é sujeita ao impôsto único, cobrado pela União sob a forma de impôsto de consumo,

pago por quem a utilizar.

Parágrafo único — O impôsto único de que trata esta lei não isenta nem os seus contribuintes, nem as entidades produtoras, transmissoras, comerciantes e distribuidoras de energia elétrica, do pagamento dos impostos de renda e do sêlo, incidentes e processados nos têrmos das leis e regulamentos específicos, ficando, porém, mantidas, em sua plenitude, as isenções de impostos outorgadas pela legis-

as referedes de impostos contratados pera legis-lação em vigor às referidas entidades. Art. 4.º — O imposto único de que trata o art. 3.º desta lei será arrecadado sob as se-

guintes bases:

I - Cr\$ 0,20 (vinte centavos) por kWh (quilowatt-hora) de luz;

II — Cr\$ 0,10 (dez centavos) por kWh (quilowatt-hora) de fôrça;

III — 5% (cinco por cento) sôbre o preço do consumo a forfait.

§ 1.º — Se, no cômputo do custo da produção anual, a energia elétrica consumida por qualquer indústria, exclusive o impôsto, participar, necessàriamente, com mais de 5 (cinco) e menos de 10% (dez por cento), o impôsto será devido à razão de 50% (cinquenta por cento), da taxa prevista neste artigo, reduzindo-se a 30% (trinta por cento), quando a participação fôr de 10 (dez) a 15% (quinze por cento) e a 10% (dez por cento) quando a participação fôr igual ou superior a 15% (quinze por cento). § 2.° — A União restituirá às emprêsas

beneficiadas pelas disposições do parágrafo an-

- terior as importâncias porventura recebidas indevidamente no ano anterior.
 § 3.º O impôsto único será arrecadado na conta que as emprêsas ou entidades são obrigadas a expedir e será recolhido à repartição arrecadadora local ou à Delegacia Fiscal a que estiverem jurisdicionadas, dentro nos vinte primeiros dias do mês subsequente ou da expedição da conta, mediante guia em
- § 4.º Nos livros fiscais próprios, serão escriturados por partidas que abranjam perío-do não superior a 30 (trinta) dias — pelas emprêsas ou entidades fornecedoras de energia elétrica — o número de quilowatt-hora (kWh) consumidos (luz e fôrça), as importâncias das contas expedidas mensalmente (consumo por kWh) e a (forfait), o total do impôsto devido e outros elementos necessários ao efetivo contrôle do tributo. § 5.º — Estão isentos do pagamento do

impôsto:

a) a parte consumida nas oficinas e outros serviços pertinentes à produção, transmissão e distribuição de eletricidade das emprêsas geradoras e distribuidoras de energia elétrica;
b) o fornecimento de energia feito pelas

emprêsas geradoras aos distribuidores;

c) as entidades a que se refere o art. 30,
 inciso V, letra b, da Constituição Federal;
 d) a energia consumida na operação de

ferrovias eletrificadas e outros meios de transporte baseados na tração elétrica;

e) o fornecimento de energia feito a oficinas e serviços da União dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

f) as contas de consumo mensal equiva-lente ao valor até 20 (vinte) quilowatt-hora (kWh), quer o fornecimento seja feito sob a forma medida, quer a forfait;

g) a energia elétrica produzida para con-

sumo próprio.

§ 6.º — Incorrem nas multas de:
a) importância igual ao impôsto não recolhido, não inferior a Cr\$ 10 000,00 (dez mil cruzeiros), os que falsamente se atribuírem os benefícios da alínea g do § 5.º dêste artigo; b) importância igual ao impôsto não re-

colhido, não inferior a Cr\$ 1000,00 (mil cruzeiros), os que infringirem o disposto no § 3.º dêste artigo, ou se atribuírem falsamente o benefício do § 1.º, também dêste artigo; c) Or\$ 1 000,00 (mil cruzeiros) a Cr\$

10 000,00 (dez mil cruzeiros), os que infringirem o disposto no § 4.º dêste artigo.

Art. 5.º - Do total da arrecadação do impôsto único, 40% (quarenta por cento) pertencerão à União, 60% (sessenta por cento) aos Estados, Distrito Federal e Municípios, para serem aplicados na produção, transmissão e

distribuição de energia elétrica.

Parágrafo único - A parcela do impôsto único pertencente aos Estados, Distrito Federal e Municípios será rateada entre êles, tendo em vista o seguinte critério de proporcionalidade: produção de 1% (um por cento), superfície 4% (quatro por cento), consumo 45% (qua-

4% (quatro por cento), consumo 45% (quarrenta e cinco por cento) e população 50% (cinqüenta por cento).

Art. 6.º — (Vetado).

Art. 7.º — A União consignará no seu orçamento geral durante 10 (dez) exercicios financeiros consecutivos, a partir do próximo, a dotação global anual de equivalência nunca inferior a 4% (quatro por cento) de arrecadainferior a 4% (quatro por cento) da arrecadacão do impôsto de consumo no exercício ante-

ção do impôsto de consumo no exercicio ante-rior, para o Fundo Federal de Eletrificação. Art. 8.º — O produto do impôsto único sôbre energia elétrica será escriturado, como depósito, pelas estações arrecadadoras e, dedu-zidos 0,5% (meio por cento) correspondente às despesas de arrecadação e fiscalização, será depositado pelo Tesouro Nacional, mensalmen-te em conta especial no Banco Nacional do te, em conta especial no Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico para ser aplicado na forma em que a lei especial determinar. § 1.º — O Banco Nacional do Desenvolvi-

mento Econômico entregará, em parcelas trimestrais, aos Estados e ao Distrito Federal as cotas que lhes couberem, na forma da distribuição prevista no art. 5.º desta lei.

§ 2.º — Até que sôbre o assunto disponhe

§ 2.º — Até que sôbre o assunto disponha lei especial, os Estados e Municípios poderão empregar as cotas, a que se refere o parágrafo anterior, no estudo, planejamento e execução das instalações de produção, transmissão e

distribuição de energia elétrica. § 3.º — Ao Município devidamente suprido de energia elétrica, situado em zona não abrangida por planos estaduais, é facultado inverter a sua cota, em Municípios vizinhos e no mesmo Estado, na compra de ações de concessionários de serviços dessa natureza.

Art. 9.º - A fiscalização das fontes tributárias constituidoras do Fundo Federal de Eletríficação, o processo para apuração de contravenções ou para o uso de consultas, assim como a competência para o julgamento das questões fiscais suscitadas pela aplicação desta lei, são os mesmos prescritos no decreto n.º 26 149, de 5 de janeiro de 1949, alterado pela lei n.º 1 748, de 28 de novembro de 1952.

Art. 10 - O Poder Executivo expedirá dentro em 30 (trinta) dias o regulamento para execução do contrôle da arrecadação e do recolhimento do impôsto único a que se refere o art. 4.º e seus §§ 1.º, 2.º, 3.º e 4.º desta lei.

Art. 11 — Ficam revogadas a expressão "e energia elétrica", constante da alinea b do parágrafo único do art. 1.º e, também, do art. 3.º in fine, da lei n.º 1272-A, de 12 de dezembro de 1950, e demais disposições em contrário.

Art. 12 — O impôsto único criado pela presente lei não suspende a vigência de outros tributos, cobrados pelos Estados e Municípios, com aplicação específica a planos ou empreendimentos de eletrificação, desde que não incidam sôbre a produção, transmissão, distribuição ou consumo de eletricidade.

Art. 13 — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 31 de agôsto de 1954; 133.º da Independência e 66.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO. Eugênio Gudin. Apolônio Sales.

(Diário Oficial - 4 de setembro de 1954).

Decretos

Decreto n.º 35 324, de 5 de abril de 1954

Aprova o Regimento da Delegação de Contrôle do Departamento Nacional de Estradas de

Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º 1, da Constituição, decreta:

Art. 1.0 — Fica aprovado o Regimento da Delegação de Contrôle do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, criada pelo art.
3.º do decreto-lei n.º 8 463, de 27 de dezembro
de 1945, o qual com êste baixa, assinado pelo
Ministro da Viação e Obras Públicas.
Art. 2.º — Este decreto entrará em vigor

na data de sua publicação, revogadas as dis-

posições em contrário. Rio de Janeiro, 5 de abril de 1954; 133.º da Independência e 66.º da República. —

GETÚLIO VARGAS José Américo

REGIMENTO DA DELEGAÇÃO DE CONTRÔLE DO D.N.E.R.

CAPÍTULO I

Da finalidade e da competência da Delegação

Art. 1.º - A Delegação de Contrôle (D.C.) e o órgão do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (D.N.E.R.), incumbido de fiscalizar a sua administração financeira, sob a orientação superior do Conselho Rodoviário Nacional (C.R.N.). Art. 2.º - Compete à D.C.:

I — examinar os balancetes mensais e as prestações de contas anuais do Diretor-Geral a serem submetidos à apreciação do C.R.N.,

emitindo parecer a respeito;
II — examinar todos os contratos do Departamento e aprovar os que estiverem de acôrdo com as lei, regulamentos, normas e minutas-padrões aplicáveis do D.N.E.R.;

III — examinar as prestações de contas dos responsáveis por suprimentos e adiantamentos, inclusive as referentes a obras delegadas, emitindo parecer a respeito;

IV — examinar a aquisição, o arrendamento, o aluguel e a alienação de materiais e de bens patrimoniais do D.N.E.R., emitindo parecer sôbre a sua regularidade em face da legislação e demais normas vigentes;

V — aprovar as prorrogações de prazos contratuais de qualquer natureza concedidas pelo Diretor-Geral, verificando a sua conformidade com as normas regulamentares e os têrmos dos respectivos instrumentos;

VI - opinar sôbre as relevações de multas contratuais, autorizadas pelo Conselho Executivo, verificando a sua conformidade com as normas regulamentares e os textos dos respectivos instrumentos, recorrendo para o C.E.N. quando as tiver como irregulares;

VII — responder com presteza a tôdas as consultas que lhe formular o C.R.N., ou o Diretor-Geral sôbre assuntos de contabilidade e de administração financeira.

§ 1.º - Considerar-se-ão aprovados os contratos de que trata o item II dêste artigo, se no prazo de 20 dias, a contar do recebimento do respectivo processo no protocolo da D.C., não houver pronunciamento da mesma em contrato oficialmente comunicado ao Diretor-

Geral. § 2.º — A conversão, em diligências, do pronunciamento da D.C. interromperá o prazo

de que trata o parágrafo anterior. § 3.º — A D.C. não suscitará mais de uma diligência no mesmo processo sem motivo superveniente à diligência anterior, salvo se esta não fôr devidamente atendida.

cões, a D.C. abster-se-á do exame da conveniência ou oportunidade dos atos praticados pela administração do D.N.E.R.

Art. 4.º - Em caso de dúvidas de interpretação ou consequentes de omissão da legislação em vigor, deverá a D.C. solicitar o pré-

- vio pronunciamento do C.R.N. § 1.º Quando o C.R.N. não se pronunciar, dentro de 30 dias, sôbre as dúvidas leva-das ao seu conhecimento, nos têrmos dêste artigo, terão aplicação subsidiária o Código de Contabilidade Pública e o respectivo Regulamento.
- § 2.0 -Quando indispensável diligência, por parte do C.R.N., será interrompido o prazo a que se refere o parágrafo anterior, mediante comunicação à D.C.
- Art. 5.º Para cumprimento de suas atribuições, poderá a D.C. requisitar e examinar, a qualquer tempo, a escrituração e os documentos relacionados com a administração financeira do D.N.E.R.
- Art. 6.º A D.C. comunicará ao Diretor-Geral, por escrito, qualquer irregularidade que encontrar, ficando êste obrigado a dar-lhe dentro de dez dias úteis, conhecimento das providências que tiver tomado para sanar as irregularidades ou punir os responsávels se as irregularidades forem de responsabilidade do Diretor-Geral, a D.C. comunicá-las-á ao Presidente do C.R.N.

CAPÍTULO II

Da composição

Art. 7.º - A D.C. é constituída:

I — de um funcionário do Corpo Instrutivo do Tribunal de Contas, ao qual compete a sua presidência;

II - de um contador da Contadoria-Geral da República;

III — de um funcionário do Departamento de Administração do Ministério da Viação e Obras Públicas.

Parágrafo único - Nas faltas e impedimentos do Presidente, a presidência será exercida pelo mais idoso dos outros membros.

CAPÍTULO III

Dos membros da D.C.

Art. 8.º - Compete ao Presidente:

I - presidir às reuniões;

II — dar exercício ao membro recém-nomeado;

- representar a D.C. em todos os atos III necessários:

IV - resolver as questões de ordem suscitadas nas reuniões, apurar a votação e fazer redigir o resolvido:

V — encaminhar as votações e nelas tomar parte:

 manter a ordem nos debates; VI -

VII - proceder à distribuição dos processos pelos membros da Delegação e Chefes de Secção;

VIII - zelar para que sejam observados, por aquêles a que forem distribuídos os pro-

por aqueles a que lorem distribuidos os pro-cessos, os prazos determinados neste regimento; IX — apresentar, anualmente, um relató-rio sóbre as atividades da D.C. ao C.R.N. Art. 9.º — A cada um dos membros da D.C., inclusive ao seu Presidente, compete: I — o estudo dos processos;

II — o debate dos assuntos em sessão;

III — o exercício do voto nas decisões; IV — a assinatura das atas das sessões.

CAPÍTULO IV

Da organização dos serviços e das atribuições do pessoal

10 -Art. - A D.C. terá uma Secretaria constituída dos seguintes órgãos:

istituida dos seguintes capacis. I — Secção de Tomada de Contas; II — Secção de Expediente. Art. 11 — Cabe à Secção de Tomada de Contas:

 I — o exame e instrução de todos os pro-cessos de tomada de contas, atos e contratos, submetidos à D.C.;

II -- o arrolamento e registro dos responsáveis por adiantamentos e suprimentos ou valores em caução;

III — a organização da relação dos con-tratantes sujeitos a tomada de contas;

IV - a organização do arquivo de tomada de contas.

Art. 12 — Cabe à Secção de Expediente: I — a prática dos atos de expediente ne-cessários ao exercício das funções da D.C.;

II - a organização do arquivo das resoluções da D.C.;

III — a elaboração de estatísticas dos trabalhos da D.C.;

IV - a organização do arquivo da legislação e das normas contábeis e financeiras aplicávels ao D.N.E.R.;

- o preparo da proposta orçamentária da D.C.;

VI — a contabilização das dotações; VII — a remessa, ao Diretor-Geral, das provisões de quitação, assinadas pelo Presidente:

VIII -- a execução dos serviços internos da D.C., relativos a pessoal, material e comunicação.

Art. 13 - Ao Chefe da Secretaria incumbe: orientar, coordenar e controlar os trabalhos da Secretaria:

II — despachar com o Presidente da D.C.;
III — indicar, entre os Chefes de Secção,
seu substituto eventual;

IV — coligir elementos para o relatório anual da D.C.

Art. 14 - Aos Chefes de Secção incumbe: I - distribuir pelos servidores o trabalho a realizar;

II — zelar pela disciplina no recinto da Secção;

III - despachar com o Chefe da Secretaria:

IV — sugerir, ao Chefe da Secretaria, as providências que se fizerem necessárias à boa marcha dos trabalhos;

V — fornecer elementos para o relatório anual da D.C.;

VI - executar os serviços que lhes forem atribuídos.

CAPÍTULO V

Da distribuição e do estudo dos processos

Art. 15 — Os processos, a critério do Presidente, poderão ser distribuídos imediatamente ou durante as reuniões.

Art. 16 - O Relator terá o prazo de 15 dias para o oferecimento do parecer.

§ 1.º — Os pareceres serão sempre anexados

ao processo.

§ 2.º — O pedido de vista de qualquer processo, por um dos membros da Delegação, não prejudicará o prazo previsto no § 1.º do art. 2.º.

Art. 17 — Os processos devolvidos pelos Relatores serão, imediatamente, incluídos em pauta.

CAPÍTULO VI

Das reuniões

Art. 18 — A Delegação reunir-se-á ordinàriamente duas vêzes por semana, em dias fixados pelo Presidente, e em sessão extraordinária sempre que por êste convocada.

Art. 19 — Terão preferência sôbre os da pauta os assuntos que necessitem de delibe-ração imediata.

Parágrafo único — Os processos referentes a prestações de contas anuais e balancetes mensais do D.N.E.R. preferirão sempre a quaisquer outros.

Art. 20 - A Delegação funcionará com a presença de, pelo menos, dois de seus mem-

hros.

Art. 21 — Durante a discussão e antes da votação, qualquer membro da Delegação poderá pedir vista do processo, até a reunião seguinte, atendido o disposto no § 2.º do artigo 16.

CAPÍTULO VII

Do reexame de decisões

Art. 22 — Qualquer assunto, submetido a D.C., podera voltar ao seu exame por iniciativa do Diretor-Geral com base em razões ou documentos não apresentados anteriormente.

Parágrafo único — Nesse caso, o processo será distribuído a Relator diverso do que houver funcionado na decisão anterior.

CAPÍTULO VIII

Disposições gerais

Art. 23 — Aos membros da Delegação, poderá o Ministro da Viação e Obras Públicas conceder, sob proposta do Conselho Rodoviário Nacional, uma gratificação que não exceda a Cr\$ 1500,00 (mil e quinhentos cruzeiros) mensais.

Art. 24 - Sempre que verificadas 8 (oito) faltas consecutivas de um membro da Delegação às suas reuniões o Presidente em exercício comunicará o fato ao C.R.N.

Rio de Janeiro, 5 de abril de 1954. — José Américo.

Decreto n.º 35 325, de 5 de abril de 1954

Aprova o Regimento do Conselho Rodoviário Nacional.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição, decreta:

Art. 1.º - Fica aprovado o Regimento do Conselho Rodoviário Nacional, que com êste baixa, assinado pelo Ministro da Viação e Obras Públicas.

Art. 2.º — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 5 de abril de 1954; 133.º da Independência e 66.º da República.

GETÚLIO VARGAS. José Américo.

REGIMENTO DO CONSELHO RODOVIARIO NACIONAL

CAPÍTULO I

Da finalidade e da competência

Art. 1.º— A orientação superior do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (D.N.E.R.) será exercida pelo Conselho Rodoviário Nacional (C.R.N.) ao qual compete deliberar, por iniciativa própria ou do Diretor-Geral, sobre:

I — regulamentação do decreto-lei n.º 8 463, de 27 de dezembro de 1945; II — modificações do Plano Rodoviário

Nacional;

III — estabelecimento das condições técnicas, mínimas, inclusive faixa de domínio e trenstipo para o cálculo das pontes e obras de arte, correspondentes às diversas classes de estradas de rodagem;

IV — programas e orçamentos anuais de trabalhos do Departamento, apresentados pelo

Diretor-Geral;

V — operações de crédito necessárias à execução dos programas anuais de trabalho; VI — aprovação dos planos rodoviários dos Estados, Territórios e Distrito Federal e dos existingos dos aprilesções dos aprilescentes dos aprilesce

programas anuais de aplicação dos auxílios financeiros federais; VII — distribuição ou retenção dos recur-

sos do Fundo Rodoviário Nacional, nos têrmos da legislação em vigor;

VIII — aprovação do relatório anual do Diretor-Geral e o da Delegação de Contrôle;

IX — apreciação das prestações de contas

do Diretor-Geral;

X — contratos-padrões para a adjudicação serviços, sob os diferentes regimes de

execução;

XI — dúvida de interpretação ou conse-qüente de omissões da legislação rodoviária;

XII — representação do Brasil em Con-gressos Internacionais de Estradas de Rodagem;

XIII — tabelas numéricas de mensalistas e diaristas;

XIV — sugestões para a revisão do Código Nacional do Trânsito;

XV - anteprojetos de leis sôbre viação rodoviária que se fizerem necessárias, nomeadamente as relativas à entrada dos agentes das administrações rodoviárias nas propriedades públicas e particulares para a realização de estudos; à indenização de danos derivados dos estudos; à desapropriação; ao direito de vizinhança com as estradas de rodagem; à interparância des estradas com outros services públicas des estradas com outros services públicas estradas com outros services públicas estradas com outros services públicas estradas com outros estradas com contros estradas com contr ferência das estradas com outros serviços públicos, de utilidade pública, ou de interesse particular; à travessia de cidades e povoados por estradas federais e estaduais; ao abandono e fechamento de estradas; à responsabilidade das administrações rodoviárias por acidentes consequentes de defeitos de construção e conservação das estradas; à responsabilidade civil dos transportadores rodoviários; è concessão de serviços de transporte coletivo de passageiros; à responsabilidade civil e criminal por danos às estradas de rodagem e por crimes contravenções contra a segurar ça de circulação e a propriedade dos veículos;

XVI — programas de prioridades a que se refere o art. 21 da lei n.º 302, de 13 de julho de 1948;

XVII — autorização do emprêgo, anualmente, até 1% (um por cento) da cota do Fundo Rodoviário Nacional que couber ao

D.N.E.R., no custeio de viagens de estudos, no país ou estrangeiro, de servidores do De-partamento ou membros do Conselho; no custeio de viagens dos delegados do país a congressos internacionais de estradas de rodagem; e no contrato de especialistas em assuntos de interêsse do D.N.E.R. para a realização de serviços ou cursos no Brasil;

XVIII — aprovação de projetos de estradas e obras, e respectivos orçamentos, quando receber delegação de competência do Ministério da Viação e Obras Públicas, nos têrmos do artigo 16, parágrafo único, da lei n.º 302, de

13 de julho de 1948;

XIX — convênios firmados pelo D.N.E.R.;
XX — gratificação de função aos membros
da Delegação de Contrôle do D.N.E.R., nos têrmos da legislação vigente;

XXI - eleição do seu Vice-Presidente;

XXII — delegação de competência, para aprovação de projetos de obras, ao Conselho Executivo do D.N.E.R. e ao Diretor-Geral, nos têrmos da legislação vigente;

XXIII — fixação, por proposta do Diretor-Geral, da estrutura orgânica dos Distritos Rodeviários Federais, respettado o disposto nos artigos 10 e 11 do Regimento aprovado pelo decreto n.º 31 154, de 19 de julho de 1952;

XXIV - recursos que lhe sejam devidamente encaminhados;

XXV — divulgação de atos e resoluções de interêsse da política rodoviária nacional.

- § 1.º As deliberações do C.R.N. serão obrigatória e imediatamente submetidas à apreciação do Ministro da Viação e Obras Púapreciação do ministro da viação e Obras Publicas, ao qual cabe a decisão final sóbre assuntos relativos aos itens III, IV, VII, VIII, X, XI, XIV, XVII, XIX, XX e XXIII, e encaminhamento ao Presidente da República, devidamento ao Frenche de Presidente aos itens de la companio mente informados, dos relativos aos itens I, II, V, VI, IX, XII, XIII, XV e XVI.
- § 2.º Ter-se-ão por aprovadas as deliberações do Conselho em assuntos dependentes de decisão final do Ministro da Viação e Obras Públicas, desde que êste não as vete ou modifique até 30 dias após lhe serem encaminhadas à decisão.

CAPITULO II

Da composição

Art. 2.º — O C.R.N. será constituído pelos seguintes membros, todos brasileiros natos:

I - o Presidente;

II - um representante do Estado Maior do Exército;

III — um representante do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio; IV — um representante do Ministério da

Fazenda; V — um representante do Ministério da

Agricultura;

VI - um representante da Federação Brasileira de Engenheiros;

VII — um representante da Escola Nacional de Engenharia da Universidade do Brasil;
VIII — O Diretor-Geral do D.N.E.R.
§ 1.º — O Presidente deve ser engenheiro

civil de reconhecida competência e idoneidade, estranho aos quadros do funcionalismo fe-deral, de livre escolha do Presidente da República.

§ 2.º — os membros mencionados nos itens II a VII serão nomeados pelo Presidente da República, mediante indicação dos órgãos e entidades representados.

§ 3.º — O representante da Federação Brasileira de Engenharia terá mandato de três anos, não podendo o mesmo representante servir em dois períodos consecutivos.

Art. 3.º — O C.R.N. elegerá, anualmente, dentre seus membros, um Vice-Presidente.

CAPÍTULO III

Do Presidente

Art. 4.º — Compete ao Presidente: I — presidir de reuniões do C.R.N.; II — dar exercício ao Conselheiro rec dar exercício ao Conselheiro recém-

nomeado; III -- representar o C.R.N. em todos os

atos necessários: IV - resolver as questões de ordem susci-

tados nas reuniões, apurar as votações e proclamar os resultados;

V — tomar parte nas votações;
VI — tomar parte nas votações;
VII — manter a ordem nos debates;
VII — proceder à distribuição dos processos pelos membros do Conselho, Consultor Jurídico, Assistentes Técnicos e Secretaria;
VIII — Zelar para que sejam observados,

por aquêles a quem forem distribuídos os processos, os prazos determinados neste regimento para seu estudo e devolução;

 IX -- assinar as atas das sessões;
 X -- encaminhar ao Ministro da Viação as decisões do Conselho que, na forma da lei, dependem de homologação superior;

XI -- assinar, no corpo dos processos, as deliberações do Conselho;

XII — baixar as instruções necessárias ao bom funcionamento do Conselho e seus serviços auxiliares;

XIII - solicitar ao Diretor-Geral do D.N. E.R. as providências relativas a pessoal e material necessárias ao bom desempenho dos serviços do C.R.N. e ao cumprimento das disposições legais e regimentais;

XIV — designar o Chefe da Secretaria do Conselho:

XV - submeter até o dia 15 de fevereiro à provação do Conselho o relatório dos trabalhos realizados no ano anterior;

XVI — aprovar a pauta dos assuntos, orga-

nizada pelo Secretário do Conselho.
Parágrafo único — O Presidente será substituído em suas faltas e impedimentos pelo Vice-Presidente.

Art. 5.º — O Presidente poderá, a seu critério, convocar sessões extraordinárias para tratar de assuntos de relevância ou urgência.

CAPÍTULO IV

Da organização dos serviços e das atribuições do pessoal

Art. 6.º — Para execução de seus serviços administrativos o C.R.N. disporá de uma Secretaria.

Parágrafo único — A Secretaria terá um Chefe, designado pelo Presidente. Art. 7.º — Diretamente subordinados ao Presidente, haverá no C.R.N. um Consultor Jurídico e Assistentes Técnicos em número

que fôr julgado necessário. Art. 8.º — O Presidente poderá requisitar servidores do D.N.E.R., que nêle, já tenham

exercício ou que venham a ser contratados mediante indicação sua ao Diretor-Geral do D.N.E.R., como poderá, também, solicitar pe-las vias próprias, sejam postos à sua disposição, de acôrdo com a legislação em vigor, servidores de outros ramos da administração federal. Art. 9.º - Compete à Secretaria:

I — providenciar a taquigrafia das reuniões;

II -- lavrar as atas das reuniões;

III - transcrever, nos processos, as deliberações do Conselho, para serem assinadas pelo Presidente;

IV — juntar aos processos os pareceres dos Relatores;

V -- informar os processos que lhe forem distribuídos pelo Presidente;

VI - organizar e manter em dia o arquivo das resoluções do C.R.N.;

VII - remeter ao Diretor-Geral as resoluções do C.R.N.;

VIII - requisitar o material necessário aos

servicos:

IX - apresentar ao Presidente, até o dia 20 de janeiro de cada ano, relatório dos trabalhos do Conselho relativos ao ano anterior:

X — providenciar as distribuições das atas às entidades interessadas e a publicação, de ordem do Presidente, das resoluções do Conselho:

XI — fornecer, após despacho do Presidente, as certidões requeridas;

XII — apurar a frequência e organizar a fôlha do pessoal do C.R.N. encaminhando-a ao orgão competente do D.N.E.R.

Art. 10 - Compete ao Chefe da Secretaria:

I — secretariar as reuniões;

II - organizar a pauta dos assuntos com emenda dos processos a serem apreciados, distribuindo-a, depois de aprovada pelo Presidente, aos membros do C.R.N., em tempo oportuno, para que tomem conhecimento da matéria a discutir em cada sessão;

III - encaminhar aos conselheiros os processos que lhes forem distribuídos pelo Presi-

dente:

 IV — assinar, com o Presidente, as atas;
 V — convocar, de ordem do Presidente, as reuniões extraordinárias;

VI - orientar, coordenar e controlar os trabalhos da Secretaria;

VII - propor ao Presidente as providências que se fizerem necessárias à boa marcha dos serviços a cargo do pessoal da Secretaria.

Art. 11 — Compete ao Consultor Jurídico: I - elaborar ou rever minutas de antepro-

jetos de leis de interêsses rodoviários; II - dar parecer, quando solicitado pelo

Presidente, sôbre matéria de interêsse do C.R.N.; III — elaborar ou rever projetos de regu-lamentos e instruções atinentes a assuntos rodoviários.

Art. 12 - Compete aos Assistentes Técni-

I - estudar os assuntos que lhes forem cometidos pelo Presidente;

II — organizar e manter atualizado o arquivo técnico do C.R.N.;

III - promover a coleta de dados que interessem à política rodoviária;

IV — proceder, quando determinada pelo Presidente, à análise das informações e dados obtidos;

V - organizar e propor ao Presidente medidas para a divulgação, a juízo do Conselho, das atividades de interêsse da política rodoviária nacional;

VI - informar os processos que lhe forem distribuídos pelo Presidente.

CAPÍTULO V

Da distribuição e estudos dos processos

Os processos remetidos para o exame do C.R.N. poderão ser, independente-mente de reunião do Conselho, distribuídos pelo Presidente aos Conselheiros.

Art. 14 - O relator designado terá o prazo de 15 dias para a apresentação de seu parecer ou relatório.

Art. 15 - Na primeira reunião que se realizar após o término do prazo referido no artigo anterior, o processo será incluido em pauta. § 1.º — Se o processo não puder ser apre-

sentado pelo Conselheiro, nessa reunião, o Presidente poderá conceder-lhe uma primeira prorrogação até 8 dias, ficando as demais prorrogações a critério do Conselho.

§ 2.º — Quando o processo, por deliberação do Conselho, fôr baixado em diligência, o Relator, depois de cumprida esta, terá novo prazo de 8 dias para estudo e apresentação do relatório.

Art. 16 - O Relator poderá apresentar o parecer por escrito ou verbalmente.

1.º — No caso de parecer verbal, serão tomadas notas taquigráficas, posteriormente no corpo do processo, a critério do Conselho. § 2.º — O Relator assinará o parecer, quer

seja dado por escrito, quer reproduzido pelas notas taquigráficas.

Art. 17 — A deliberação tomada pelo Con-

selho, em seguida ao parecer, será transcriva e autenticada pelo Presidente.

Parágrafo único — Nos casos em que houver urgência ou se tratar de assunto rotineiro já resolvido anteriormente, o Conselho, proposta do Presidente, poderá tomar deliberações, dispensando a designação do Relator. Art. 18 — O Conselheiro aporá sua rubrica

nos processos que examinar. Art. 19 — Os pedidos de reconsideração das decisões do Conselho serão distribuídos a Relator diverso do que houver funcionado na decisão recorrida.

CAPÍTULO VI

Das reuniões

Art. 20 — O Conselho reunir-se-á ordinária e extraordinàriamente.

§ 1.º - O Presidente fixará os dias de reuniões ordinárias do Conselho, independentemente de convocação.

§ 2.º — As reuniões extraordinárias serão

sempre precedidas de convocação. § 3.º — Nas reuniões do Conselho, os Chefes dos serviços rodoviários dos Estados, Territórios e Distrito Federal serão admitidos a participar, sem direito a voto, nos debates de assuntos de interêsse das respectivas circunscrições.

§ 4.º — A juízo do Presidente, pessoas es-

tranhas ao Conselho poderão participar das reuniões, sem direito de voto.

Art. 21 — As reuniões durarão o tempo necessário à apreciação dos assuntos incluídos na ordem do dia.

Parágrafo único - Por motivos relevantes, os processos ou assuntos da ordem do dia de uma reunião, no caso de não se tratar de uma reuniao, no caso de materia urgente, poderão ser transferidos pelo Presidente, por iniciativa própria ou proposta rresidente, por iniciativa propria de proposed de qualquer Conselheiro, para a reunião seguinte, na qual terão preferência.

Art. 22 — A ordem dos assuntos constandados const

tes da pauta poderá ser alterada com aprova-ção do Conselho.

Art. 23 — As reuniões serão secretariadas pelo Chefe de Secretaria ou, nas suas faltas ou impedimentos, pelo servidor para isto designado.

Art. 24 — O Conselho funcionará com a presença de, pelo menos, metade mais um de seus membros.

§ 1.º — As deliberações do Conselho serão tomadas por maioria relativa de votos dos membros presentes, cabendo ao Presidente, além do voto comum, o de desempate, quando fôr o caso.

§ 2.º — O representante do Estado Maior do Exército poderá recorrer, com efeito suspensivo, para o Ministério da Viação e Obras Públicas, e para o Presidente da República, sucessivamente, se fôr o caso, de qualquer decisão do Conselho que possa afetar ou a defesa ou a segurança militar do país.

Art. 25 — Por solicitação dos Conselheiros. os votos em separado e suas justificativas serão anexados à ata.

Art. 26 — A ordem dos trabalhos das reuniões ordinárias e extraordinárias, inclusive o julgamento dos processos, poderá ser objeto de normas regimentais complementares aprovadas pelo Conselho.

Art. 27 — Cabe ao Presidente redigir as deliberações do Conseiho, quando diferentes das conclusões do Relator, submetendo-as à aprovação do Conseiho.

Art. 28 — Os processos referentes a orçamento do D.N.E.R., distribuição do Fundo Rodoviário Nacional, tabelas de pessoal e recursos tarão preferência no julgemento.

cursos, terão preferência no julgamento.

CAPÍTULO VII

Disposições gerais e transitórias

Art. 29 - Sempre que se verificarem 8 (oito) ou mais faltas consecutivas de um Conselheiro, sem motivo justificado, o Presidente comunicará o fato ao órgão que representar. Art. 30 — Os casos omissos neste Regimen-

to serão resolvidos pelo Conselho, por maioria

absoluta de seus membros.

Art. 31 — Os Conselheiros que exercem
atualmente as atribuições de Vice-Presidente,
1.º Secretário e 2.º Secretário continuação no exercício dessas atribuições, até o término dos respectivos mandatos.

Rio de Janeiro, 5 de abril de 1954. - José Américo.

D.O. de 7-4-954.

LEGISLAÇÃO ESTADUAL

Íntegra das leis, decretos e demais atos de interêsse geográfico

MINAS GERAIS

Lei n.º 1 039, de 12 de dezembro de 1953

ANEXO Nº 1

QUADRO DA DIVISÃO TERRITORIAL, ADMINISTRATIVA, JUDICIARIA DO ESTADO, PARA O QUINQUÊNIO 1954-1958

CIRCUNSCRIÇÕES Judiciárias		CIRCUNSCRIÇÕES ADMINISTRATIVAS		CIRCUNSCRIÇÕES SIMULTÂNEAMENTE ADMINISTRATIVAS E JUDICIÁRIAS		Categoria
N.º de ordem	COMARCAS	N.∘ de ordem	MUNICÍPIOS	N.º de ordem	DISTRITOS	
1	Abaeté	1	Abaeté	1 2 3	Abaeté	Cidade Vila Vila
2	Abre Campo	2	Abre Campo	4 5 6 7	Abre Campo	Cidade Vila Vila Vila
		3	Matipó	8 9 10	Matipó Capatira Padre Fialho (ex-Garimpo)	Cidade Vila Vila
		4	Santa Margarida	11 12	Santa Margarida	Cidade Vila
3	Açucena	5	Açucena	13 14 15 16 17 18	Açucena. Aramirim Felicínia. Gama. Naque. Pedra Corrida.	Cidade Vila Vila Vila Vila Vila
4	Águas Formosas	6	Águas Formosas	19 20 21 22	Águas Formosas Crisolita. Pampā Umburatība	Cidade Vila Vila Vila
		7	Machacalis	23 24 25	Machacalis. Bertrópolis Umburaninha	Cidade Vila Vila
5	Aimorés	8	Aimorés.	26 27 28 29 30 31	Aimorés. Alto Capim. Conceição do Capim. Expedicionário Alício. Penha do Capim. Tabaúna.	Cidade Vila Vila Vila Vila Vila Vila
6	Aiuruoea	9	Aiuruoca	32	Aiuruoca	Cidade
		10	Bocaina de Minas (ex-Arimatéia)	33 34	Boraina de Minas	Cidade
		11	Carvalhos	35	Carvalhos	Cidade
		12	Liberdade	36	Liberdade	Cidade
		13	Passa Vinte	37	Passa Vinte	Cidade
		14	Serranos	38 39	Serranos. Seritinga (ex-Estação de Serranos).	Cidade Vila

Publicado no Minas Gerais — Eligão de 27/12/1953.
 A ici n.º 1 039 foi tradscrita em o número 118 dêste Boletim.

QUADRO DA DIVISÃO TERRITORIAL, ADMINISTRATIVA, JUDICIÁRIA DO ESTADO, PARA O QUINQUÊNIO 1954-1958

CIRCUNSCRIÇÕES JUDICIARIAS		SCRIÇÕES CIRCUNSCRIÇÕES IARIAS ADMINISTRATIVAS		CIRCUNSCRIÇÕES SIMULTÂNEAMENTE ADMINISTRATIVAS E JUDICIÁRIAS		Categoria
N.º de ordem	COMARCAS	N.º de ordem	MUNICÍPIOS	N.º de ordem	DISTRITOS	
7	Além Paraíba	15	Além Paraiba	40 41 42	Além Paraíba	Cidade Vila Vila
		16	Estrêla d'Alva	43 44	Estrêla d'Alva	Cidade Vila
	-	17	Pirapetinga	45 46	PirapetingaCaiapó	Cidade Vila
		18	Volta Grande	47 48	Volta Grande	Cidade Vila
8	Alfenas	19	Alfenas	49 50	Alfenas	Cidade Vila
		20	Alterosa	51	Alterosa	Cidade
		21	Serrania	52	Serrania	Cidade
9	Almenara	22	Almenara	53 54 55 56 57	Almenara Bandeira Divisópolis Mata Verde Pedra Grande	Cidade Vila Vila Vila Vila
		23	Rio do Prado	58 59	Rio do PradoPalmópolis (ex-Palmares)	Cidade Vila
		24	Rubim	60 61	RubimItapiru	Cidade Vila
10	Alpinópolis	25	Alpinópolis	62 63	Alpinópolis	Cidade Vila
11	Alto Rio Doce	26	Alto Rio Doce	64 65 66	Alto Rio Doce	Cidade Vita Vila
		27	Cipotânea	67	Cipotânea	Cidade
12	Alvinópolis	28	Alvinópolis	68 69 70	Alvinópolis	Cidade Vila Vila
13	Andradas	29	Andradas	71 72	AndradasGramínea	Cidade Vila
14	Andrelândia	30	Andrelândia	73	Andrelândia	Cidade
11		31	Piedade do Rio Grande (ex- Arantes)	74	Piedade do Rio Grande (ex- Arantes)	Cidade
		32	Madre de Deus de Minas (ex- Cianita)	75	Madre de Deus de Minas	Cidade
		33	Bom Jardim de Minas	76 77 78	Bom Jardim de Minas Arantina Tabuão	Cidade Vila Vila
		34	Carrancas	79	Carrancas	Cidade
		35	Minduri	80	Minduri	Cidade
		36	São Vicente de Minas (ex-Francisco Sales)	81	São Vicente de Minas	Cidade
15	Antônio Dias	37	Antônio Dias	82 83	Antônio Dias	Cidade Vila

	CIRCUNSCRIÇÕES JUDICIÁRIAS	CIRCUNSCRIÇÕES ADMINISTRATIVAS		CIRCUNSCRIÇÕES SIMULTÂNEAMENTE ADMINISTRATIVAS E JUDICIÁRIAS		Categoria
N.º de ordem	COMARCAS	Ni.º de ordem	MUNICÍPIOS	N.º de ordem	DISTRITOS	
16	Araguari	38	Araguari	84 85 86 87	Araguari Amanhece Florestina Piracaiba	Cidade Vila Vila Vila
		39	Indianópolis	88	Indianópolis	Cidade
17	Araçuaí	40	Araçuaí	89 90 91	Araçuaí Engenheiro Schnoor Itira	Cidade Vila Vila
		41	Caraí	92 93 94	Caraí Marambainha Padre Paraíso	Cidade Vila Vila
		42	Coronel Murta	95	Coronel Murta	Cidade
		43	Itinga	96 97 98	Itinga. Jacaré. Sant'Ana do Aracuaí.	Cidade Vila Vila
		44	Virgem da Lapa	99	Virgem da Lapa	Cidade
18	Araxá	45	Araxá	100	Araxá	Cidade
		46	Perdizes	101	Perdizes	Cidade
		47	Santa Juliana	102 103 104	Santa Juliana	Cidade Vila Vila
19	Arcos	48	Arcos	105 106	Arcos	Cidade Vila
20	Areado	49	Areado	107	Areado	Cidade
21	Baependi	50	Baipendi	108 109	Baependi São Tomé das Letras	Cidade Vila
		51	Cruzília	110	Cruzília	Cidade
22	Bambuí	52	Bambuí	111 112	Bambuí Medeiros	Cidade Vila
		53	Tapiraí	113	Tapiraí	Cidade
23	Barbacena	54	Barbacena	114	Barbacena { 1.º subdistrito 2.º subdistrito	Cidade
				115 116 117 118 119	Correia de Almeida Destêrro do Melo Ibertioga Padre Brito Tugúrio	Vila Vila Vila Vila Vila
i		55	Antônio Carlos	120	Antônio Carlos	Cidade
		56	Bias Fortes	121 122 123 124	Bias Fortes. Campolide. Ibitipoca. Paraíso Garcia (ex-José Pinto).	Cidade Vila Vila Vila
i		57	Oliveira Fortes	125	Oliveira Fortes	Cidade
i		58	Paiva	126	Paiva	Cidade
		59	Ressaquinha	127	Ressaquinha	Cidade
		60	Senhora dos Remédios (ex-Angoritaba)	128	Senhora dos Remédios	Cidade

	CIRCUNSCRIÇÕES JUDICIÁRIAS		CIRCUNSCRIÇÕES ADMINISTRATIVAS		CIRCUNSCRIÇÕES SIMULTÂNEAMENTE ADMINISTRATIVAS E JUDICIÁRIAS	Categoria
N.∘ de ordem	COMARCAS	N.∘ de ordem	MUNICÍPIOS	N.º de ordem	DISTRITOS	
24	Barão de Cocais	61	Barão de Cocais	129 130	Barão de Cocais	Cidade Vila
		62	Bom Jesus do Amparo	131	Bom Jesus do Amparo	Cidade
25	Belo Horizonte	63	Belo Horizonte	132	Belo Horizonte 1.º subdistrito 2.º subdistrito 3.º subdistrito 4.º subdistrito	Cidade
				133	Venda Nova	Vila
26	Belo Vale	64	Belo Vale	134 135	Belo Vale Sant'Ana do Paraopeba	Cidade Vila
ļ		65	Moeda	136 137	Moeda	Cidade Vila
27	Betim	66	Betim	138 139 140	Betim. Ibirité. Sarzedo.	Cidade Vila Vila
		67	Contagem	141 142	Contagem	Cidade Vila
28	Bieas	68	Bicas	143	Bicas	Cidade
		69	Pequeri	144	Pequeri	Cidade
29	Boa Esperança	70	Boa Esperança	145	Boa Esperança	Cidade
		71	Coqueiral	146 147	Coqueiral Frei Eustáquio (ex-Cachoeira)	Cidade Vila
		72	Nicírria	148	Ilicírria	Cidade
30	Bocaiuva	73	Bocaiuva	149 150	Bocaiuva. Conceição do Barreiro (ex-Var-	Cidade
				151 152 153 154 155	gem Mimosa) Engenheiro Navarro Guaraciama Olhos d'Água. Pires e Albuquerque Terra Branca.	Vila Vila Vila Vila Vila Vila
31	Bom Despacho	74	Bom Despacho	156 157	Bom Despacho Engenho Ribeiro	Cidade Vila
		75	Araújos	158	Araújos	Cidade
		76	Moema	159	Moema	Cidade
32	Bonsucesso	77	Bonsucesso	160 161 162	BonsucessoIbiturunaMacaia	Cidade Vila Vila
		78	Santo Antônio do Amparo	163	Santo Antônio do Amparo	Cidade
		79	São Tiago	164 165	São Tiago. Mercês de Água Limpa	Cidade Vila
33	Bonfim	80	Bonfim	166 167 168 169	Bonfim Piedade dos Gerais Rio Manso. Santo Antônio da Vargem Alegre (ex-Turibaí).	Cidade Vila Vila Vila
		81	Crucilândia	170	Crucilândia	Cidade

	CIRCUNSCRIÇÕES JUDICIÁRIAS	:	CIRCUNSCRIÇÕES Administrativas		CIRCUNSCRIÇÕES SIMULTÂNEAMENTE ADMINISTRATIVAS E JUDICIÁRIAS	Categoria
N.º de ordem	COMARCAS	N.º đe ordem	MUNICÍPIOS	N.º de ordem	DISTRITOS	
34	Borda da Mata	82	Borda da Mata	171 172 173	Borda da Mata Sertãozinho Tocos de Moji	Cidade Vila Vila
35	Botelhos	83	Botelhos	174 175	Botelhos	Cidade Vila
36	Brasília	84	Brasília	176 177 178	Brasilia { 1.° subdistrito 2.° subdistrito Fernão Dias Ubaí { 1.° subdistrito 2.° subdistrito	Cidade Viia Vila
37	Brasópolis	85	Brasépolis	179 180 181 182 183	Braeópolis. Dias. Luminosa Olegário Maciel Piranguinho.	Cidade Vila Vila Vila Vila
38	Brumadinho	86	Вгита-ірһо	184 185 186 187 188	Brumadinho	Cidade Vila Vila Vila Vila Vila
39	Bueno Brandão	87	Bueno Brandão	189	Bueno Brandão	Cidade
40	Buenópolis	88	Buenópolis	190 191 192 193	Buenópolis Augusto de Lima Curimataí Joaquim Felício.	Cidade Vila Vila Vila
41	Cabo Verde	89	Cabo Verde	194	Cabo Verde	Cidade
		90	Divisa Nova	195	Divisa Nova	Cidade
42	Cachoeira de Minas	91	Cachoeira de Minas	196 197	Cachoeira de Minas Itaim	Cidade Vila
43	Caeté	92	Caeté	198 199 200 201 202 203 204	Caeté Antônio dos Santos. Morro Vermelho. Penedia. Rogas Novas Taquaragu. União de Caeté.	Cidade Vila Vila Vila Vila Vila Vila
44	Caldas	93	Caldas	205 206 207 208	Caldas Ibitiura Sant'Ana de Caldas São Pedro de Caldas (ex-São Pedro)	Cidade Vila Vila Vila
		94	Ipuiúna	209	Ipuiúna	Cidade
		95	Santa Rita de Caldas	210 211	Santa Rita de Caldas São Bento de Caldas	Cidade Vila
45	Camanducaia	96	Camanducaia	212 213	Camanducaia	Cidade Vila
		97	Munhoz	214	Munhoz	Cidade
46	Cambuí	98	Cambuí	215 216	Cambuí Senador Amaral	Cidade Vila
		99	Bom Repouso	217	Bom Repouso	Cidade
		100	Córrego do Bom Jesus (ex-Córrego)	218	Córrego do Bom Jesus	Cidade

	CIRCUNSCRIÇÕES JUDICIÁRIAS	UNSCRIÇÕES CIRCUNSCRIÇÕES ADMINISTRATIVAS		CIRCUNSCRIÇÕES SIMULTÂNEAMENTE ADMINISTRATIVAS E JUDICIÁRIAS		Categoria
N.º de ordem	COMARCAS	N.º de ordem	MUNICÍPIOS	N.º de ordem	DISTRITOS	
47	Cambuquira	101	Cambuquira	219	Cambuquira	Cidade
48	Campanha	102	Campanha	220	Campanha	Cidade
		103	Monsenhor Paulo	221	Monsenhor Paulo	Cidade
49	Campestre	104	Campestre	222 223	Campestre Bandeira do Sul (ex-Bandeira)	Cidade Vila
50	Campina Verde	105	Campina Verde	224 225	Campina Verde	Cidade Vila
		106	Iturama	226 227	Iturama Alexandrita (ex-Monte Alto)	Cidade Vila
51	Campo Belo	107	Campo Belo	228 229	Campo Belo	Cidade Vila
		108	Cristais	230	Cristais	Cidade
		109	Sant'Ana do Jacaré	231	Sant'Ana do Jacaré	Cidade
52	Campos Gerais	110	Campos Gerais	232 233	Campos Gerais Córrego do Ouro	Cidade Vila
		111	Campo do Meio	234	Campo do Meio	Cidade
53	Canápolis	112	Canápolis	235	Canápolis	Cidade
	-	113	Centralina	236	Centralina	Cidade
54	Candeias	114	Candeias	237	Candeias	Cidade
55	Capelinha	115	Capelinha	238	Capelinha	Cidade
		116	Água Boa	239	Água Boa	Cidade
56	Carandaí	117	Carandaí	240 241 242	Carandaí Caranaíba Hermílio Alves	Cidade Vila Vila
		118	Capela Nova	243	Capela Nova	Cidade
57	Carangola	119	Carangola	244 245 246 247	Carangola Alvorada Fervedoiro São Pedro do Glória	Cidade Vila Vila Vila
		120	Faria Lemos	248	Faria Lemos	Cidade
		121	São Francisco do Glória	249	São Francisco do Glória	Cidade
58	Caratinga	122	Caratinga	250 251	Caratinga Dom Lara	Cidade Vila
				252	Entre Fôlhas	Vila
				253 254 255 256 257 258 259 260 261	Imbé. Santa Bárbara Santa Rita Santo Antônio do Manhuaçu São Cândido São João do Jacutinga Sapueaia Ubaporanga. Vargem Alegre	Vila Vila Vila Vila Vila Vila Vila Vila
		123	Bom Jeusus do Galho	262 263 264	Bom Jesus do Galho Córrego Novo Passa Dez	Cidade Vila Vila

	CIRCUNSCRIÇÕES JUDICIÁRIAS				CIRCUNSCRIÇÕES SIMULTÂNEAMENTE ADMINISTRATIVAS E JUDICIÁRIAS	Categoria
N.º de ordem	COMARCAS	N.∘ de ordem	MUNICÍPIOS	N.º de ordem	DISTRITOS	-
59	Carlos Chagas	124	Carlos Chagas	265 266 267	Carlos Chagas	Cidade Vila Vila
60	Carmo da Mata	125	Carmo da Mata	268	Carmo da Mata	Cidade
61	Carmo de Minas (ex-Silvestre Ferraz)	126	Carmo de Minas	269	Carmo de Minas	Cidade
		127	Dom Viçoso	270	Dom Viçoso	Cidade
		128	Soledade de Minas	271	Soledade de Minas	Cidade
62	Carmo do Cajuru	129	Carmo do Cajuru	272 273	Carmo do Cajuru São José dos Salgados	Cidade Vila
63	Carmo do Paranaíba	130	Carmo do Paranaíba	274 275	Carmo do ParanaíbaQuintinos	Cidade Vila
64	Carmo do Rio Claro	131	Carmo do Rio Claro	276 277	Carmo do Rio Claro	Cidade Vila
		132	Conceição da Aparecida	278	Conceição da Aparecida	Cidade
65	Cássia	133	Cássia	279	Cássia	Cidade
		134	Delfinópolis	280 281	DelfinópolisBabilônia	Cidade Vila
66	Catagnases	135	Cataguases	282 283 284 285 286 287	Cataguases Cataguarino Itamarati Sant'Ana de Cataguases Sereno. Vista Alegre.	Cidade Vila Vila Vila Vila Vila
		136	Astolfo Dutra	288 289	Astolfo Dutra	Cidade Vila
67	Caxambu	137	Caxambu	290	Caxambu	Cidade
68	Cláudio	138	Cláudio	291 292	Cláudio Monsenhor João Alexandre	Cidade Vila
69	Conceição das Alagoas	139	Conceição das Alagoas	293 294	Conceição das Alagoas Poncianos	Cidade Vila
		140	Pirajuba	295	Pirajuba	Cidade
70	Conceição do Mato Dentro	141	Conceição do Mato Dentro Motro do Pilar	296 297 298 299 300 301 302 303 304 305 306	Conceição do Mato Dentro. Brejaúba. Congonhas do Norte. Corregos. Costa Sena. Fechados. Itacolomi. Santo Antônio do Norte. Santo Antônio do Rio Abaixo. São Sebastião do Rio Prêto. Morro do Pilar.	Cidade Vila Vila Vila Vila Vila Vila Vila Vila
71	Conceição do Rio Verde	142	Cenceição do Rio Verde	306		Cidade
<i>(</i> 1		149	Ochceição do Rio verde	308	Conceição do Rio Verde Águas de Contendas	Vila.
72	Congonhas	144	Congonhas	309 310 311	Congonhas	Cidade Vila Vila
73	Conquista	145	Conquista	312 313 314	Conquista Guaxima Jubaí	Cidade Vila Vila

	CIRCUNSCRIÇÕES JUDICIÁRIAS		CIRCUNSCRIÇÕES ADMINISTRATIVAS		CIRCUNSCRIÇÕES SIMULTÂNEAMENTE ADMINISTRATIVAS E JUDICIÁRIAS	Categoria
N.º de ordem	COMARCAS	N.º de ordem	MUNICÍPIOS	N.º de ordem	DISTRITOS	
74	Conselheiro Lafaiete	146	Conselheiro Lafaiete	315 316 317 318 319 320 321 322	Conselheiro Lafaiete Buarque de Macedo. Catas Altas da Noruega Cristiano Ottoni. Itaverava. Joselândia (ex-São José do Car- rapicho). Queluzito. Sant'Ana dos Montes.	Cidade Vila Vila Vila Vila Vila Vila Vila
75	Conselheiro Pena	147	Conselheiro Pens	323 324 325 326 327 328 329 330 331 332	Conscheiro Pena Aldeia. Alvarenga. Burra do Cuieté. Bueno. Cuieté Velho. Cupalaque Ferruginha Goiabeira. Penha do Norte.	Cidade Vila Vila Vila Vila Vila Vila Vila Vila
		148	Tumiritinga	333 334	Tumiritinga São Geraldo de Tumiritinga	Cidade Vila
76	Coração de Jesus	149	Coração de Jesus	335 336 337 338 339 340 341 342	Coração de Jesus	Cidade Vila Vila Vila Vila Vila Vila Vila
77	Corinto	150	Corinto	343 344 345 346 347	Corinto Andrequicé Contria Santo Hipólito Senhora da Glória	Cidade Vila Vila Vila Vila Vila
78	Coromandel	151	Coromandel	348 349 350	Coromandel	Cidade Vila Vila
		152	Abadia dos Dourados	351	Abadia dos Dourados	Cidade
79	Coronel Fabriciano	153	Coronel Fabriciano	352 353 354 355	Coronel Fabriciano. Barra Alegre Ipatinga. Timóteo.	Cidade Vila Vila Vila
80	Cristina	154	Cristina	356 357	Cristina. Olímpio Noronha	Cidade Vila
		155	Maria da Fé	358 359	Maria da Fé Pintos Negreiros	Cidade Vila
81	Curvelo	156	Curvelo	360 361 362 363 364 365 366	Curvelo. Angueretá Inimutaba. Morro da Garça. Ponte do Paraúna Santa Rita do Cedro. Tomás Gouzaga.	Cidade Vila Vila Vila Vila Vila Vila
		157	Felixlândia	367 368	FelixlândiaSão José do Buriti	Cidade Vila

	CIRCUNSCRIÇÕES JUDICIÁRIAS	CIRCUNSCRIÇÕES Administrativas		CIRCUNSCRIÇÕES SIMULTÂNEAMENTE ADMINISTRATIVAS E JUDICIÁRIAS		Calegoria
N.∘ de ordem	COMARCAS	N.∘ de ordem	MUNICÍPIOS	N.∘ de ordem	DISTRITOS	
82	Diamantina	158	Diamantina	369 370 371 372 373 374 375 376 377 378 379 380 381 282 383	Diamantina Conselheiro Mata Couto de Magalhães Datas Extração Felício dos Santos (ex-Grota Grande) Felisberto Caldeira Guinda Inhaí Mendanha Mercês de Diamantina Monjolos São João da Chapada Senador Mourão Tijucal	Cidade Vila Vila Vila Vila Vila Vila Vila Vila
		159	Gouveia	384	Gouveia	Cidade
83	Divino	160	Divino	385 386	Divino Orizânia	Cidade Vila
84	Divinópolis	161	Divinópolis	387 388	Divinópolis	Cidade Vila
85	Doma Joaquim	162	Dom Joaquim	389 390 391	Dom Joaquim Carmésia Gororós	Cidade Vita Vila
		163	Senhora do Pôrto	392	Senhora do Pôrto	Cidade
86	Dom Silvério	164	Dem Silvério	393 394	Dom Silvério Sem Peixe	Cidade Vila
87	Dores de Campos	165	Dores de Campos	395	Dores de Campos	Cidade
		166	Barroso	396	Barroso	Cidade
88	Dores do Indaiá	167	Dores do Indaiá	397 398	Dores do Indaiá	Cidade Vils
		168	Estrêla do Indaiá	399 400	Estrêla do Indaiá	Cidade Vila
		109	Quartel Geral	401	Quartel Geral	Cidade
89	Elći Mendes	170	Elői Mendes	402	Elői Mendes	Cidade
90	Entrerrios de Minas (ex- João Ribeiro)	171	Entrerrios de Minas	403 404	Entrerrios de Minas Serra do Camapuã	Cidade Vila
		172	Destêrro de Entrerrios	405 406	Destêrro de Entrerrios São Sebastãio do Gil	Cidade Vila
ļ		173	Jeccaba	407 408	JeceabaBituri	Cidade Vila
		174	São Brás do Suaçuí	409	São Brás do Suaçuí	Cidade
91	Ervália	175	Ervália	410 411 412	Ervália Araponga. Estêvão Araújo.	Cidade Vila Vila
92	Esmeraldas	176	Esmeraldas	413 414 415	Esmeraldas Andiroba Melo Viana	Cidade Vila Vila
93	Espera Feliz	177	Espera Feliz	416 417 418	Espera Feliz	Cidade Vila Vila

	CIRCUNSCRIÇÕES JUDICIÁRIAS	a pro- management	CIRCUNSCRIÇÕES Administrativas		CIRCUNSCRIÇÕES SIMULTÂNEAMENTE ADMINISTRATIVAS E JUDICIÁRIAS	Categoria
N.º de ordem	COMARCAS	N.º de ordem	MUNICÍPIOS	N.º de ordem	DISTRITOS	
94	Espinosa	178	Espinosa	419 420 421	EspinosaItamirim	Cidade Vila Vila
95	Estrêla do Sul	179	Estrêla do Sul	422 423 424 425	Estrêla do Sul	Cidade Vila Vila Vila
		180	Cascalho Rico	426	Cascalho Rico	Cidade
96	Eugenópolis	181	Eugenópolis	427 428 429	Eugenópolis Antônio Prado Pinotiba	Cidade Vila Vila
97	Extrema	182	Extrema	430	Extrema	Cidade
		183	Toledo	431	Toledo	Cidade
98	Ferros	184	Ferros	432 433 434 435 436 437	Ferros Borba Gato Cubas Santa Rita do Rio do Peixe Santo Antônio da Fortaleza Sete Cac'oeiras	Cidade Vila Vila Vila Vila Vila
99	Formiga	185	Formiga	438 439 440 441 442	Formiga. Albertos. Baices. Córrego Fundo. Pontevila.	Cidade Vila Vila Vila Vila
		186	Pimenta	443 444	PimentaSanto Hilário	Cidade Vila
100	Francisco Sá	187	Francisco Sá	445 446	Francisco SáCanabrava	Cidade Vila
101	Frutal	188	Frutal	447 448 449	Frutal	Cidade Vila Vila
		189	Comendador Gomes	450	Comendador Gomes	Cidade
		190	Itapajipe	451	Itapajipe	Cidade
102	Galiléia	191	Galiléia	452 453 454 455 456	Galiléia. Central de Santa Helena. Divino das Laranjeiras. São Geraldo do Baixio. Sapucaia do Norte.	Cidade Vila Vila Vila Vila
103	Governador Valadares	192	Governador Valadares	457 458 459 460 461 462 463 464 465 466 467	Governador Valadares. Alpercata. Alto Santa Helena Baguari. Brejaubinha. Xonim. Derribadinha Penha do Cassiana. São José das Tronqueiras. São Vitor. Vila Matias.	Cidade Vila Vila Vila Vila Vila Vila Vila Vila
104	Grão Mogol	193	Grão Mogol	468 469 470 471 472 473	Grão Mogol. Barrocão. Botumirim. Catuni. Cristália. Itacambira.	Cidade Vila Vila Vila Vila Vila

	CIRCUNSCRIÇÕES JUDICIÁRIAS		CIRCUNSCRIÇÕES Administrativas		CIRCUNSCRIÇÕES SIMULTÂNEAMENTE ADMINISTRATIVAS E JUDICIÁRIAS	
N.º de ordem	COMARCAS	N.º de ordem	MUNICÍPIOS	N.º de ordem	DISTRITOS	
105	Guanhães	194	Guanhães	474 475 476 477 478	Guanhães. Correntinho. Dores de Guanhães. Farias. Sapucaia de Guanhães.	Cidade Vila Vila Vila Vila Vila
		195	Braúnas (ex-Braúnas de Gua- nhães)	479	Braúnas	Cidade
106	Guapé	196	Guapé	480 481	GuapéAraúna	Cidade Vila
107	Guaranésia	197	Guaranésia	482 483	GuaranésiaSanta Cruz da Prata	Cidade Vila
108	Guarani	198	Guarani	484	Guarani	Cidade
109	Guarará	199	Guarará	485 486	Guarará	Cidade Vila
110	Guaxupé	200	Guaxupé	487	Guaxupé	Cidade
111	Guia Lopes	201	Guia Lope«	488 489 490	Guia Lopes	Cidade Vila Vila
		202	Vargem Bonita	491	Vargem Bonita	Cidade
112	Ibiá	203	Ibiá	492 493 494	Ibiá Argenita Tobati	Cidade Vila Vila
		204	Campos Altos	495 496	Campos Altos São Jerônimo dos Poções	Cidade Vila
		205	Pratinha	497	Pratinha	Cidade
113	Ibiraci	206	Ibiraci	498	Ibiraci	Cidade
		207	Claraval (ex-Garimpo das Ca- noas)	499	Claraval	Cidade
114	Iguatama	208	Iguatama	500	Iguatama	Cidade
115	Ільаріт	209	Inhapim	501 502 503 504	Inhapim. Dom Cavati Itajutiba Veadinho	Cidade Vila Vila Vila
i		210	Iapu	505 506 507	Iapu Bugre São João do Oriente	Cidade Vila Vila
116	Ipanema	211	Ірапета	508 509	IpanemaTaparuba	Cidade Vila
		212	Conceição do Ipanema	510	Conceição do Ipanema	Cidade
		213	Pocrane	511 512 513	Pocrane Açaraí Barra da Figueira	Cidade Vila Vila
117	Itabira	214	Itabira	514 515 516	Itabira. Ipoema. Senhora do Carmo.	Cidade Vila Vila
118	Itabirito	215	Itabirito	517 518 519 520	Itabirito	Cidade Vila Vila Vila

	CIRCUNSCRIÇÕES JUDICIÁRIAS		CIRCUNSCRIÇÕES Administrativas		CIRCUNSCRIÇÕES SIMULTÂNEAMENTE ADMINISTRATIVAS E JUDICIÁRIAS	Categoria
N.∘ de ordem	COMARCAS	N.º de ordem	MUNICÍPIOS	N.º de ordem	DISTRITOS	
119	Itaguara	216	Itaguara	521	Itaguara	Cidade
120	Itajubá	217	Itajubá	522 523 524 525	Itajubá Bicas do Meio Lourenço Velho Piranguçu.	Cidade Vila Vila Vila
		218	Delfim Moreira	526 527	Delfim Moreira { 1.0 subdistrito 2.0 subdistrito Queimada	Cidade Vila
121	Itamarandiba	219	Itamarandiba	528 529 530 531 532	Itamarandiba Aricanduva Carbonita Padre João Afonso Penha de França	Cidade Vila Vila Vila Vila
122	Itambacuri	220	Itambacuri	533 534 535 536 537 538 539 540 541	Itambacuri Campanário Frei Gaspar. Frei Inocêncio. Frei Serafim. Nova Módica (ex-João Jorge). Pescado. São José do Divino. Guarataja (ex-Santa Luzia).	Cidade Vila Vila Vila Vila Vila Vila Vila Vila
123	Itamoji	221	Itamoji	542	Itamoji	Cidade
124	Itanhandu	222	Itanhandu	543	Itanhandu	Cidade
		223	Itamonte	544 545	Itamonte	Cidade Vila
125	Itanhomi	224	Itanhomi	546	fuanhomi	Cidade
126	Itapecerica	225	Itapecerica	547 548 549 550 551 552	Itapecerica Camacho Lamounier. Marilândia Pedra do Indaiá. São Sebastião do Curral.	Cidade Vila Vila Vila Vila Vila
127	Itaúna	226	Itaúna	553 554	ItaúnaItatiaiugu	Cidade Vila
128	Ituiutaba	227	Ituiusaba	555 556 E57	Ituiutaba	Cidade Vila Vila
		228	Capinópolis	558 559	Capinópolis	Cidade Vila
		229	Santa Vitória	560	panta Vitória	Cidade
129	Itumirim	230	Itumirim	561 562	ItumirimIngaí	Cidade Vila
130	Jabuticatubas	231 232	Jabuticatubas	563 564 565 566	Itutinga. Jabuticatubas. Almeida. Riacho Fundo.	Cidade Cidade Vila Vila
131	Jacinto	233	Jacinto	567 568 569	Jacinto Jaguarão Santo Antônio do Jacinto	Cidade Vila Vila
		234	Jordânia	570 571	Jordânia Estrêla de Jordânia	Cidade Vila
		235	Salto da Divisa	572 573	Salto da Divisa	Cidade Vila

	CIRCUNSCRIÇÕES JUDICIÁRIAS		CIRCUNSCRIÇÕES ADMINISTRATIVAS		CIRCUNSCRIÇÕES SIMULTÂNEAMENTE ADMINISTRATIVAS E JUDICIÁRIAS	Categoria
N.º de ordem	COMARCAS	N.º de ordem	MUNICÍPIOS	N.º de ordem	DISTRITOS	
132	Jacuí	236	Jacuí	574 575	Jacuí Santa Cruz das Areias	Cidade Vils.
		237	São Pedro da União	576	São Pedro da União	Cidade
133	Jacutinga	238	Jacutinga	577 578 579 580	Jacutinga. Albertina. São Sebastião dos Robertos. Japucaí.	Cidade Vila Vila Vila
134	Janaúba	239	Janaúba	581	Janaúba	Cidade
135	Januária	240	Januária	582 583 584 585 586 587 588 589	Januária . Riacho da Cruz (ex-Bela Vista) Brejo do Amparo . Cônego Marinho I' acarambi . Levinópolis . Missões . Pedras de Maria da Cruz .	Cidade Vila Vila Vila Vila Vila Vila Vila
136	Jequeri	241	Jequeri	590 591 592 593	Jequeri Grota Piscamba São Vicente do Grama	Cidade Vila Vila Vila
137	Jequitinhonha	242	Jequitinhonha	594 595	Jequitinhonha São Pedro do Jequitinhonha	Cidade Vila
		243	Joaima	596 597	Joaima { 1.° subdistrito 2.° subdistrito 3.° subdistrito	Cidade Vila
138	João Pinheiro	244	João Pinbeiro	598 599 600 601	João Pinheiro Caatinga. Canabrava Veredas	Cidade Vila Vila Vila
139	Juiz de Fora	245	Juiz de Fora	602 603 604 605 606 607 608 609 610 611	Juiz de Fora { 1.° subdistrito Chácara. Coronel Pacheco Ibitiguaia. Paula Lima Porto das Flores. Rosário de Minas. Sarandira. Torreõee. Três Ilhas.	Cidade Vila Vila Vila Vila Vila Vila Vila Vila
140	Lagoa Dourada	246	Lagoa Dourada	612 613	Lagoa Dourada Casa Grande	Cidade Vila
141	Lambari	247	Lambari	614	Lambari	Cidade
		248	Jesuânia	615	Jesuânia	Cidade
142	Lajinha	249	Lajinha	616 617 618 619	Lajinha Professor Sperber (ex-Bananal) Chalé. São José do Mantimento	Cidade Vila Vila Vila
143	Lavras	250	Lavras	620 621	Lavras Ijaci	Cidade Vila
		251	Luminárias	622	Luminárias	Cidade
		252	Ribeirão Vermelho	623	Ribeirão Vermelho	Cidade

	CIRCUNSCRIÇÕES JUDICIÁRIAS		CIRCUNSCRIÇÕES ADMINISTRATIVAS		CIRCUNSCRIÇÕES SIMULTÂNEAMENTE ADMINISTRATIVAS E JUDICIÁRIAS	Categoria
N.º de ordem	COMARCAS	Ni.º de ordem	MUNICÍPIOS	N.º de ordem	DISTRITOS	
144	Leopoldina	253	Leopoldina	624 625 626 627 628 629 630	Leopoldina Abaiba Argirita Piacatuba Providência Ribeiro Junqueira Tebas	Cidade Vila Vila Vila Vila Vila Vila
		254	Recreio	631 632 633	Recreio	Cidade Vila Vila
145	Lima Duarte	255	Lima Duarte	634 635 636 637 638 639 640	Lima Duarte Conceição da Ibitipoca Olaria Pedro Teixeira Sant'Ana do Garambéu São Domingos da Bocaina São José dos Lopes	Cidade Vila Vila Vila Vila Vila Vila
146	Luz	256	Luz	641 642	I.uzEstejos	Cidade Vila
		257	Córrego d'Anta	643 644	Córrego d'Anta	Cidade Vila
147	Machado	258	Machado	645 646	MachadoDouradinho	Cidade Vila
		259	Cana do Reino	647	Cana do Reino	Cidade
148	Malacacheta	260	Malacacheta	648 649 650 651 652	Malacacheta Antônio Ferreira Franciscópolis Jaguaritira Jetubunha	Cidade Vila Vila Vila Vila
149	Manga	261	Manga	653 654 655 656	Manga Matias Cardoso Nhandutiba São Sebastião dos Poções	Cidade Vila Vila Vila
150	Manhuaçu	262	Manhuaçu	657 658 659 660 661 662	Manhuaçu. Luisburgo. Reduto. São João do Manhuaçu. São Pedro do Avaí. São Sebastião do Sacramento.	Cidade Vila Vila Vila Vila Vila
		263	Simonésia	663 664 665 666	Simonésia. Alegria. Sant'Ana do Manhuaçu. Santa Filomena.	Cidade Vila Vila Vila
151	Manhumirim	264	Manhumirim	667 668 669	Manhumirim	Cidade Vila Vila
		265	Presidente Soares	670	Presidente Soares	Cidade
152	Mantena	266	Mantena	671 672 673 674 675 676	Mantena. Âgua Doce do Mantena. Barra do Ariranha. Itabirinha. Santo Agostinho de Minas. São João do Manteninha.	Cidade Vila Vila Vila Vila Vila
		267	Mendes Pimentel (ex-Bom Jesus de Mantena)	677 678	Mendes Pimentel Central de Minas (ex-Central)	Cidade Vila

	CIRCUNSCRIÇÕES JUDICIÁRIAS		CIRCUNSCRIÇÕES Administrativas		CIRCUNSCRIÇÕES SIMULTÂNEAMENTE ADMINISTRATIVAS E JUDICIÁRIAS	Categoria
N.º de ordem	COMARCAS	N.º de ordem	MUNICÍPIOS	N.º de ordem	DISTRITOS	
153	Mar de Espanha	268	Mar de Espanha	679 680 681 682	Mar de Espanha. Engenho Novo. Saudade. Senador Côrtes.	Cidade Vila Vila Vila
		269	Chiador	683 684	Chiador Penha Longa	Cidade Vila
154	Mariana	270	Mariana	685 686 687 688 689 690 691 692 693 694 695 696	Mariana. Acaiaca Bandeirantes Cachoeira do Brumado. Camargos Cláudio Manuel Diogo Vasconcelos. Furquim Padre Viegas Monsenhor Horta Passagem de Mariana. Santa Rita Durão	Cidade Vila Vila Vila Vila Vila Vila Vila Vila
155	Mateus Leme	271	Mateus Leme	697 698 699 700 701 702	Mateus Leme	Ci-lade Vila Vila Vila Vila Vila Vila
156	Matias Barbesa	272	Matias Barbosa	703 704	Matias Barbosa Simão Pereira	Cidade Vita
		273	Sant'Ana do Deserto	705	Sant'Ana do Deserto	Cidade
157	Matozinhos	274	Matozinhos	706 707 708	Matozinhos. Mocambeiro. Prudente de Morais.	Cidade Vila Vila
		275	Capim Branco	709	Capim Branco	Cidade
158	Medina	276	Medina	710 711 712	Medina Itaobim. Tuparecê	Cidade Vila Vila
		277	Comercinho	713	Comercinho	Cidade
159	Mercês	278	Mercês	714	Mercês	Cidade
160	Mesquita	279	Mesquita	715 716 717	Mesquita Belo Oriente. Sant'Ana do Paraíso.	Cidade Vila Vila
1		280	Joanésia	718	Joanésia	Cidade
161	Minas Novas	281	Minas Novas	719 720 721 722 723	Minas Novas Berilo. Chapada. Francisco Badaró. Leme do Prado.	Cidade Vila Vila Vila Vila Vila
		282	Turmalina	724 725 726	Turmalina Caçaratiba Veredinha	Cidade Vila Vila
162	Miradouro	283	Miradouro	727	Miradouro	Cidade
		284	Vieiras	728 729	Vieiras Santo Antônio do Glória	Cidade Vi la
163	Mirai	285	Miraí	730 731	Miraí Dores da Vitória	Cidade Vila

	CIRCUNSCRIÇÕES JUDICIÁRIAS		CIRCUNSCRIÇÕES ADMINISTRATIVAS		CIRCUNSCRIÇÕES SIMULTÂNEAMENTE ADMINISTRATIVAS E JUDICIÁRIAS	Categoria
N.º de ordem	COMARCAS	N.º de ordem	MUNICÍPIOS	N.º de ordem	DISTRITOS	
164	Monte Alegre de Minas	286	Monte Alegre de Minas	732	Monte Alegre de Minas	Cidade
165	Monte Azul	287	Monte Azul	733 734	Monte Azul { 1.° subdistrito 2.° subdistrito	Cidade Vila
		288	Mato Verde	735 736	Mato Verde São João do Bonito	Cidade Vila
166	Monte Belo	289	Monte Belo	737 738 739	Monte Belo Jurčia. Santa Cruz da Aparecida (ex- Santa Cruz).	Cidade Vila Vila
167	Monte Carmelo	290	Monte Carmelo	740 741 742 743	Monte Carmelo. Iraí de Minas (ex-Bagagem). Douradoquara. Romaria	Cidade Vila Vila Vila
168	Monte Santo de Minas	291	Monte Santo de Minas	744 745	Monte Santo de Minas Milagre	Cidade Vila
		292	Arceburgo	746	Arceburgo	Cidade
169	Montes Claros	293	Montes Claros	747 748 749 750 751 752 753	Montes Claros. Mirabela. Miralta. Patis. Santa Rosa de Lima. ão João da Vereda. São Pedro das Garças.	Cidade Vila Vila Vila Vila Vila Vila Vila Vila
		294	Juramento	754	Juramento	Cidade
170	Monte Sião	295	Monte Sião	755	Monte Sião	Cidade
171	Morada Nova de Minas (ex- Moravânia)	296	Morada Nova de Minas	756 757 758	Morada Nova de Minas Biquinhas Frei Orlando	Cidade Vila Vila
172	Muriaé	297	Muriaé	759 760 761 762 763 764 765	Muriaé Belisário Boa Família Bom Jesus da Cachoeira Itamuri Pirapanema Rosário da Limeira	Cidade Vila Vila Vila Vila Vila Vila
		298	Laranjal	766 767	Laranjal São João da Sapucaia	Cidade Vila
		299	Patrocínio do Muriaé	768	Patrocínio do Muriaé	Cidade
173	Mutum	300	Mutum	769 770 771 772 773	Mutum Centenário Ocidente Roseiral. São Francisco do Humaitá	Cidade Vila Vila Vila Vila
174	Muzambinho	301	Muzambinho	774	Muzambinho	Cidade
		302	Juruaia	775	Juruaia	Cidade
175	Nanuque	303	Nanuque	776 777 778 779	Nanuque. Altos Itaunas. Serra dos Aimorés. Vila Pereira.	Cidade Vila Vila Vila
176	Natércia	304	Natércia (ex-Santa Catarina)	780 781	Natércia Conceição da Pedra	Cidade Vila

	CIRCUNSCRIÇÕES JUDICIÁRIAS		CIRCUNSCRIÇÕES Administrativas		CIRCUNSCRIÇÕES SIMULTÂNEAMENTE ADMINISTRATIVAS E JUDICIÁRIAS	Categoria
N.º de ordem	COMARCAS	N.º de ordem	MUNICÍPIOS	N.º de ordem	DISTRITOS	
177	Nepomuceno	305	Nepomuceno	782	Nepomuceno	Cidade
178	Nova Era	306	Nova Era	783	Nova Era	Cidade
179	Nova Lima	307	Nova Lima	784	Nova Lima	Cidade
		308	Raposos	785	Raposos	Cidade
		309	Rio Acima	786	Rio Acima	Cidade
180	Nova Ponte	310	Nova Ponte	787	Nova Ponte { 1.° subdistrito 2.° subdistrito	Cidade
181	Nova Resende	311	Nova Resende	788 789 790	Nova Resende Bom Jesus da Penha Petúnia	Cidade Vila Vila
182	Novo Cruzeiro	312	Novo Cruzeiro	791 792 793 794 795 796	Novo Cruzeiro. Catuji (ex-Três Barras) Itaipé. Luta. Novilhona. Queixada.	Cidade Vila Vila Vila Vila Vila Vila
183	Oliveira	313	Oliveira	797 798 799	Oliveira São Francisco de Oliveira Morro do Ferro	Cidade Vila Vila
		314	Carmópolis de Minas	800	Carmópolis de Minas	Cidade
184	Ouro Fino	315	Ouro Fino	801 802 803	Ouro Fino	Cidade Vila Vila
185	Guro Prêto	316	Ouro Prêto	804 805 806 807 808 809 810 811 812 813	Ouro Prêto { 1.º subdistrito Amarantina Antônio Pereira Santo Antônio do Leite (ex-Bár- bara Hiliodora) Cachoeira do Campo. Engenheiro Correia Miguel Burnier Glaura Santa Rita de Ouro Prêto São Bartolomeu	Cidade Vila Vila Vila Vila Vila Vila Vila Vila
186	Pains	317	Ouro Branco	814	Ouro Branco	Cidade
		318	Pains	815 816	PainsVila Cozinha	Cidade Vila
187	Palma	319	Palma	817 818 819 820 821 822	Palma. Cachoeira Alegre. Cisneiros. Itapicuru. Morro Alto. Silveira Carvalho.	Cidade Vila Vila Vila Vila Vila
188	Paracatu	320	Paracatu	823	Paracatu	Cidade
		321	Vazante	824 825 826	Vazante	Cidade Vila Vila
189	Pará de Minas	322	Pará de Minas	827 828 829 830 831	Pará de Minas. Carioca. Florestal. Igaratinga. São José da Varginha.	Cidade Vila Vila Vila Vila
		323	Pequi	832 833	PequiOnça	Cidade Vila
		324	São Gonçalo do Pará	1	São Gonçalo do Pará	Cidade

	CIRCUNSCRIÇÕES JUDICIÁRIAS		CIRCUNSCRIÇÕES ADMINISTRATIVAS		CIRCUNSCRIÇÕES SIMULTÂNEAMENTE ADMINISTRATIVAS E JUDICIÁRIAS	Categoria
N.º de ordem	COMARCAS	N.º de ordem	MUNICÍPIOS	N.º de ordem	DISTRITOS	-
190	Paraguaçu	325	Paraguaçu	835 836	Paraguaçu	Cidade Vila
!		326	Fama	837	Fama	Cidade
191	Paraisópolis	327	Paraisópolis	838 839 840 841	Paraisópolis. Consolação Costas Gonçalves	Cidade Vila Vila Vila
:		328	Conceição dos Ouros	842	Conceição dos Ouros	Cidade
		329	Sapucaí-Mirim	843	Sapucaí-Mirim	Cidade
192	Paraopeba	330	Paraopeba	844 845	ParaopehaAraçai	Cidade Vila
		331	Caetanópolis (ex-Cedro)	846	Caetanópolis (ex-Cedro)	Cidade
193	Passa Quatro	332	Passa Quatro	847 848 849	Passa Quatro Pé de Morro { 1.º subdistrito 2.º subdistrito	Cidade Vila Vila
194	Passa Tempo	333	Passa Tempo	850	Passa Tempo	Cidade
		334	Piracema (ex-Rio do Peixe)	851	Piracema	Cidade
195	Passos	335	Passos	852	Passos	Cidade
		336	São João Batista do Glória	853	São João Batista do Glória	Cidade
196	Patos de Minas	337	Patos de Minas	854 855 856 857 858	Patos de Minas. Chumbo. Guimarânia Lagoa Formosa. Sant'Ana de Patos.	Cidade Vila Vila Vila Vila
197	Patrocínio	338	Patrocínio	859 860 861 862 863	Patrocínio Brejo Bonito Cruzeiro da Fortaleza São João da Serra Negra Silvano (ex-Folhados)	Cidade Vila Vila Vila Vila
		339	Serra do Salitre	864	Serra do Salitre	Cidade
198	Peçanha	340	Peçanha	865 866 867 868	Peçanha. Cantagalo Santa Teresa do Bonito São Pedro do Suaçuí	Cidade Vila Vila Vila
		341	Coroaçi	869 870	Coroaci	Cidade Vila
		342	São José do Jacuri	871	São José do Jacuri	Cidade
		343	Virgolândia	872 873	Virgolândia { 1.º subdistrito 2.º subdistrito Marilac (ex-Assa Peixe)	Cidade Vila
199	Pedra Azul	344	Pedra Azul	874 875	Pedra AzulAndré Fernandes	Cidade Vila
200	Pedralva	345	Pedralva	876	Pedralva	Cidade
		346	São José do Alegra	877	São José do Alegre	Cidade

	CIRCUNSCRIÇÕES JUDICIÁRIAS		CIRCUNSCRIÇÕES ADMINISTRATIVAS		CIRCUNSCRIÇÕES SIMULTÂNEAMENTE ADMINISTRATIVAS E JUDICIÁRIAS	Cate g ‹
N.∘ de ordem	COMARCAS	N.∘ de ordem	MUNICÍPIOS	N.∘ de ordem	DISTRITOS	
201	Pedro Leopoldo	347	Pedro Leopoldo	878 879 880	Pedro Leopoldo Fidalgo Pindaré	Cidade Vila Vila
		348	Ribeirão das Neves	881 882	Ribeirão das Neves Justinópolis (ex-Campanha)	Cidade Vila
202	Perdőes	349	Perdões	883 884	Perdőes. Cana Verde	Cidade Vila
203	Piranga	350	Piranga	885 886 887	Piranga. Pinheiros Altos. Santo Antônio do Pirapetinga	Cidade Vila Vila
		351	Guaraciaba	888	Guaraciaba	Cidade
		352	Senhora de Oliveira (ex-Pira-	000	g) 1 OF:	0.1
		353	guara) Pôrto Firme	889 890	Senhora de Oliveira Pôrto Firme	Cidade Cidade
		354	Presidente Bernardes (ex-Ca- lambaú).	891	Presidente Bernardes	Cidade
204	Pirapora	355	Pirapora	892	Pirapora	Cidade
-01	, and the second			893	Buritizeiro	Vila
		356	Jequitaí	894	Jequitai	Cidade
		357	Lassance	895	Lassance	Cidade
		358	Várzea da Palma	896 897	Várzea da PalmaGuaiacuí	Cidade Vila
205	Pitangui	359	Pitangui	898 899 900	Pitangui Conceição do Pará Leandro Ferreira	Cidade Vila Vila
		360	Maravilhas	901	Maravilhas	Cidade
		361	Martinho Campos	902	Martinho Campos	Cidade
		362	Nova Serrana (ex-Cercado)	903	Nova Serrana	Cidade
		363	Papagaios	904	Papagaios	Cidade
206	Piũi	364	Piūi	905 906	PiŭiPerobas	Cidade Vita
	£ 	365	Capitólio	907	Capitélio	Cidade
207	Poço Fundo (ex-Jimirim)	366	Poço Fundo	908 909	Poço Fundo Pajolinhe	Cidade Vila
208	Poços de Caldas	367	Poços de Caldas	910	Poços de Caldas	Cidade
209	Pompeu	368	Pompeu	911 912	Pompeu Silva Campos	Cidade Vila
210	Ponte Nova	369	Ponte Nova	913	Ponte Nova { 1.º subdistrito 2.º subdistrito	Cidade
				914 915 916 917 918 919	Amparo da Serra. Oratório. Piedade de Ponte Nova Rio Doce. Urucânia. Vau-Açu (345).	Vila Vila Vila Vila Vila Vila
		370	Barra Longa	920	Barra Longa { 1.º subdistrito 2.º subdistrito	Cidade
		371	Santa Cruz do Escalvado	921 922 923	Santa Cruz do Escalvado São Sebastião do Soberbo Zito Soares	Cidade Vila Vila

	CIRCUNSCRIÇÕES JUDICIÁRIAS		CIRCUNSCRIÇÕES ADMINISTRATIVAS		CIRCUNSCRIÇÕES SIMULTÂNEAMENTE ADMINISTRATIVAS E JUDICIÁRIAS	Categoria
N.º de ordem	COMARCAS	N.º de ordem	MUNICÍPIOS	N.º de ordem	DISTRITOS	
211	Porteirinba	372	Porteirinha	924 925 926 927	Porteirinha Gorutuba Riacho dos Machados Serranópolis	Cidade Vila Vila Vila
212	Pouso Alegre	373	Pouso Alegre	928	Pouso Alegre	Cidade
		374	Congonhal	929 930	Congonhal Senador José Bento	Cidade Vila
		375	Estiva	931 932	Estiva. Pântano.	Cidade Vila
213	Pouso Alto	376	Pouso Alto	933 934 935	Pouso Alto	Cidade Vila Vila
		377	São Lourenço	936	São Lourenço	Cidade
		378	Virginia	937	Virginia	Cidade
214	Prados	379	Prados	938 939	PradosCoroas	Cidade Vila
215	Prata	380	Prata	940 941 942	Prata Jardinésia Patrimônio	Cidade Vila Vila
216	Presidente Olegário	381	Presidente Olegário	943 944 945 946	Presidente Olcgário	Cidade Vila Vila Vila
217	Raul Soares	382	Raul Soares	947 948 949 950 951 952	Raul Soares. Bicuiba. Sant'Ana do Tabuleiro São Vicente da Estrêla. Vermelho Novo. Vermelho Velho.	Cidade Vila Vila Vila Vila Vila
218	Resende Costa	383	Resende Costa	953 954	Resende Costa	Cidade Vila
219	Resplendor	384	Resplendor	955 956	Resplendor	Cidade
				957 958 959 960	Cruz). Bom Pastor. Calixto Independência. Santa Rita do Itueto.	Vila Vila Vila Vila Vila
		385	Itueta (362)	961 962	Itueta	Cidade Vila
220	Rio Casca	386	Rio Casca	963 964	Rio Casca	Cidade Vila
		387	Santo Antônio do Grama	965	Santo Antônio do Grama	Cidade
		388	São Pedro dos Ferros	966	São Pedro dos Ferros	Cidade
221	Rio Espera	389	Rio Espera	967 968	Rio Espera Piranguita (ex-Conceição do Pi-	Cidade Vila
				969	ranguita) Lamim	Vila
222	Rio Novo	390	Rio Novo	970 971	Rio NovoGoianá	Cidade Vila
		391	Piau	972	Piau	Cidade

QUADRO DA DIVISÃO TERRITORIAL, ADMINISTRATIVA, JUDICIÁRIA DO ESTADO, PARA O QUINQUÊNIO 1954-1958

	CIRCUNSCRIÇÕES JUDICIÁRIAS		CIRCUNSCRIÇÕES ADMINISTRATIVAS		CIRCUNSCRIÇÕES SIMULTÂNEAMENTE ADMINISTRATIVAS E JUDICIÁRIAS	Categoria
N.º de ordem	COMARCAS	N.∘ de ordem	MUNICÍPIOS	N.º de ordem	DISTRITOS	
223	Rio Paranaíba	392	Rio Paranaíba	973 974	Rio Paranaíba	Cidade Vila
224	Rio Pardo de Minas	393	Rio Pardo de Minas	975 976 977 978	Rio Pardo de Minas Indaiabira Montezuma Serra Nova	Cidade Vila Vila Vila
		394	São João do Paraíso	979 980	São João do Paraíso Vereda do Paraíso	Cidade Vila
225	Rio Piracicaba	395	Rio Piracicaba	981 982 983	Rio Piracicaba. João Monlevade Conceição de Piracicaba (ex- Jorge).	Cidade Vila Vila
				984	Padre Pinto	Vila
226	Rio Pomba (ex-Pomba)	396	Rio Pomba (ex-Pomba)	985 986	Rio Pomba	Cidade Vila
		397	Piraúba	987	Piraúba	Cidade
		398	Tabuleiro	988	Tabuleiro	Cidade
227	Rio Prêto	399	Rio Prêto	989 990 991	Rio Prêto Santa Bárbara do Monte Verde São Sebastião do Barreado	Cidade Vila Vila
		400	Santa Rita do Jacutinga	992 993	Santa Rita do Jacutinga	Cidade Vila
228	Rio Vermelho	401	Rio Vermelho	994 995 996	Rio Vermelho Mãe dos Homens Pedra Menina	Cidade Vila Vila
229	Sabará	402	Sabará	997 998 999 1 000	Sabará. Marzagânia. Mestre Caetano. Ravena.	Cidade Vila Vila Vila
230	Sabinópolis	403	Sabinópolis	1 001 1 002 1 003	Sabinópolis. Euxenita. Quilombo.	Cidade Vila Vila
		404	Paulistas	1 004	Paulistas	Cidade
231	Sacramento	405	Sacramento	1 005 1 006 1 007	Sacramento Desemboque Tapira	Cidade Vila Vila
232	Salinas	406	Salinas	1 008 1 009 1 010	Salinas . Águas Vermelhas . Ferreirópolis (Bom Jesus dos Ferreiras)	Cidade Vila Vila
	5			1 011 1 012	Rubilita. Santa Cruz de Salinas.	Vila Vila
		407	Taiobeiras	1 013	Taiobeiras	Cidade
233	Santa Bárbara	408	Santa Bárbara	1 014 1 015 1 016 1 017 1 018 1 019 1 020	Santa Bárbara Barra Feliz. Brumal Catas Altas. Conceição do Rio Acima. Florália. São Gonçalo do Rio Abaixo.	Cidade Vila Vila Vila Vila Vila Vila Vila

	CIRCUNSCRIÇÕES JUDICIÁRIAS		CIRCUNSCRIÇÕES ADMINISTRATIVAS		CIRCUNSCRIÇÕES SIMULTÂNEAMENTE ADMINISTRATIVAS E JUDICIÁRIAS	Categoria
N.º de ordem	COMARCAS	N.∘ de ordem	MUNICÍPIOS	N.º de ordem	DISTRITOS	
234	Santa Luzia	409	Santa Luzia	1 021	Santa Luzia	Cidade
		410	Baldim (374)	1 022 1 023	Baldim Amanda (ex-São Sebastião do Alegre)	Cidade Vila
				1 024	São Vicente	Vila
		411	Lagoa Santa	1 025 1 026 1 027	Lagoa Santa	Cidade Vila Vila
		412	Vespasiano	1 028	Vespasiano	Cidade
235	Santa Maria de Itabira	413	Santa Maria de Itabira	1 029 1 030	Santa Maria de Itabira Itambé do Mato Dentro (ex-	Cidade Vila
				1 031 1 032	Itacuru). Itauninha Passabém.	Vila Vila Vila
236	Santa Maria do Suaçuí	414	Santa Maria do Suaçuí	1 033 1 034 1 035 1 036 1 037	Santa Maria do Suaçuí Glucínio José Raydam (ex-Fólha Larga) Poaia São José da Safira	Cidade Vila Vila Vila Vila
		415	São Sebastião do Maranhão	1 038 1 039 1 040	São Sebastião do Maranhão. Mãe dos Homens Santo Antônio dos Araújos	Cidade Vila Vila
237	Santa Rita do Sapucaí	416	Santa Rita do Sapucaí	1 041 1 042	Santa Rita do Sapucaí São Sebastião da Bela Vista	Cidade Vila
		417	Careaçu	1 043	Careaçu	Cidade
238	Santo Antônio do Monte.	418	Santo Antônio do Monte	1 044	Santo Antônio do Monte	Cidade
		419	Perdigão	1 045	Perdigão	Cidade
		420	Lagoa da Prata	1 046	Lagoa da Prata	Cidade
239	Santos Dumont	421	Santos Dumont	1 047 1 048 1 049 1 050 1 051 1 052	Santos Dumont. Aracitaba. Conceição do Formoso. Dores do Paraíbuna. Eubanque. São João da Serra.	Cidade Vila Vila Vila Vila Vila
240	São Domingos do Prata	422	São Domingos do Prata	1 053 1 054 1 055 1 056 1 057 1 058	São Domingos do Prata. Cônego João Pio. Ilhéus do Prata. Juiracu. Sant'Ana do Alfié. Vargem Linda.	Cidade Vila Vila Vila Vila Vila
		423	Dionísio	1 059	Dionísio	Cidade
!		424	Jaguaraçu	1 060	Jaguaraçu	Cidade
		425	Marliéria	1 061	Marliéria	Cidade
		426	São José do Goiabal (ex-Goiatal)	1 062	São José do Goiabal	Cidade
241	São Francisco	427	São Francisco	1 063 1 064 1 065 1 066 1 067	São Francisco. Conceição da Vargem. Morro. Serra das Araras. Urucuia.	Cidade Vila Vila Vila Vila Vila
242	São Gonçalo do Abaeté	428	São Gonçalo do Abaeté	1 068 1 069	São Gonçalo do Abaeté Canoeiros	Cidade Vila

	CIRCUNSCRIÇÕES JUDICIÁRIAS		CIRCUNSCRIÇÕES Administrativas		CIRCUNSCRIÇÕES SIMULTÂNEAMENTE ADMINISTRATIVAS E JUDICIÁRIAS	Categoria
N.∘ de ordem	COMARCAS	N.∘ de ordem	MUNICÍPIOS	N.º de ordem	DISTRITOS	
243	São Gonçalo do Sapucaí	429	São Gonçalo do Sapucaí	1 070 1 071 1 072	São Gonçalo do Sapucaí Paredes do Sapucaí Retiro	Cidade Vila Vila
		430	Heliodora (ex-Senador Lemos)	1 073	Heliodora	Cidade
244	São Gotardo	431	São Gotardo	1 074 1 075 1 076	São Gotardo Funchal Rosalinda (ex-Santa Rosa)	Cidade Vila Vila
		432	Matutina	1 077	Matutina	Cidade
245	São João da Ponte	433	São João da Ponte	1 078 1 079 1 080 1 081 1 082 1 083 1 084 1 085	São João da Ponte Bonauça (ex-Palmeira do Norte) Campo Redondo Condado do Norte (ex-Condado) Ibiracatu Lontra Santo Antônio da Boa Vista Varzelândia (ex-Várzea)	Cidade Vila Vila Vila Vila Vila Vila Vila
246	São João d'El Rei	434	São João d'El Rei	1 086 1 087 1 088 1 089 1 090 1 091 1 092 1 093	São João d'El Rei Arcângelo Caburu Cassiterita Emboabas Rio das Mortes Santa Rita do Rio Abaixo São Sebastião da Vitória	Cidade Vila Vila Vila Vila Vila Vila Vila
		435	Nazareno	1 094	Nazareno	Cidade
		436	Tiradentes	1 095	Tiradentes	Cidade
247	São João Evangelista	437	São João Evangelista	1 096 1 097	São João Evangelista Nélson de Sena (ex-São Sebas- tião dos Pintos)	Cidade Vila
		438	Coluna	1 098	Coluna	Cidade
248	São João Nepomuceno	439	São João Nepomuceno	1 099 1 100 1 101 1 102 1 103 1 104	São João Nepomuceno. Carlos Alves. Ituí. Roça Grande. Rochedo de Minas. Taruaçu.	Cidade Vila Vila Vila Vila Vila Vila
		440	Descoberto	1 105	Descoberto	Cidade
249	São Romão	441	São Romão	1 106 1 107 1 108 1 109	São Romão	Cidade Vila Vila Vila
250	São Sebastião do Paraíso	442	São Sebastião do Paraíso	1 110 1 111	São Sebastião do Paraíso Guardinha	Cidade Vila
		443	Capetinga	1 112 1 113	Capetinga. Goianases	Cidade Vila
		444	Pratápolis	1 114 1 115	Pratápolis	Cidade Vila
251	São Tomás de Aquino	445	São Tomás de Aquino	1 116	São Tomás de Aquino	Cidade
252	Senador Firmino	446	Senador Firmino	1 117	Senador Firmino	Cidade
,		447	Brás Pires	1 118	Brás Pires	Cidade
		448	Dores do Turvo	1 119	Dores do Turvo	Cidade

	CIRCUNSCRIÇÕES JUDICIÁRIAS		CIRCUNSCRIÇÕES Administrativas		CIRCUNSCRIÇÕES SIMULTÂNEAMENTE ADMINISTRATIVAS E JUDICIÁRIAS	Categoria
N.º de ordem	COMARCAS	N.∘ de ordem	MUNICÍPIOS	N.º de ordem	DISTRITOS	
253	Sêtro	449	Sêrro	1 120 1 121 1 122 1 123 1 124 1 125 1 126	Sêrro. Casa de Telha. Itapanhoacanga. Milho Verde. Santo Antônio do Imbé. Santo Antônio do Rio do Peixe São Gonçalo do Rio das Pedras	Cidade Vila Vila Vila Vila Vila Vila
254	Sete Lagoas	450	Sete Lagoas	1 127 1 128	Sete Lagoas	Cidade Vila
		451	Cordisburgo	1 129 1 130	CordisburgoLagoa Bonita	Cidade Vila
		452	Inhaúma	1 131 1 132	Inhaúma Fortuna	Cidade Vila
		453	Jequitibá	1 133 1 134	JequitibáFunilândia	Cidade Vila
		454	Sant'Ana de Pirapama	1 135	Sant'Ana de Pirapama	Cidade
255	Silvianópolis	455	Silvianópolis	1 136 1 137	Silvianópolis Espírito Santo do Dourado (ex-	Cidade
				1 138	Jangada)	Vila Vila
256	Tarumirim	456	Tarumirim	1 139 1 140 1 141 1 142 1 143 1 144	Tarumirim Itapiruna (ex-Itapiru) Santa Bárbara São José do Acácio Senhora da Penha São Vicente do Rio Doce (ex- São Vicente)	Cidade Vila Vila Vila Vila Vila
				1 145 1 146	SobráliaVai-Volta	Vila Vila
257	Teixeiras	457	Teixeiras	1 147 1 148	Teixeiras Pedra do Anta	Cidade Vila
258	Trófilo Ottoni	458	Teófilo Ottoni	1 149 1 150 1 151 1 152 1 153 1 154	Teófilo Ottoni. Crispim Jaques. Frei Gonzaga Pavão. Pedro Versiani. Topázio.	Cidade Vila Vila Vila Vila Vila
		459	Ataléia	1 155 1 156 1 157	Ataléia	Cidade Vila Vila
		460	Poté	1 158 1 159	Poté Valão	Cidade Vila
		461	Ladainha	1 160 1 161	Ladainha Concórdia do Mucuri (ex-Con- córdia)	Cidade Vila
259	Tiros	462	Tiros	1 162 1 163	Tiros	Cidade Vila
260	Tombos	463	Tombos	1 164 1 165 1 166	Tombos. Catuné. Pedra Dourada.	Cidade Vila Vila
261	Três Corações	464	Três Corações	1 167	Três Corações	Cidade
262	Três Pontas	465	Três Pontas	1 168 1 169 1 170	Três Pontas Pontalete Sant'Ana da Vargem	Cidade Vila Vila

	CIRCUNSCRIÇÕES JUDICIÁRIAS		CIRCUNSCRIÇÕES JUDICIÁRIAS		CIRCUNSCRIÇÕES Administrativas		CIRCUNSCRIÇÕES SIMULTÂNEAMENTE ADMINISTRATIVAS E JUDICIÁRIAS	Categoria
N.º de ordem	COMARCAS	N.∘ de ordem	MUNICÍPIOS	UNICÍPIOS N.º de ordem DIS	DISTRITOS			
263	Tupaciguara	466	Tupaciguara	1 171 1 172	Tupaciguara Araporā	Cidade Vila		
264	Ubá	467	Ubá	1 173 1 174 1 175 1 176 1 177	Ubá. Diamante de Ubà (ex-Diamante) Divino de Ubá. Rodeiro. Ubari	Cidade Vita Vita Vita Vita Vita		
		468	Guidoval	1 178	Guidoval	Cidade		
		469	Tocantins	1 179	Tocantins	Cidade		
265	Uberaba	470	Uberaba	1 180 1 181	UberabaBaixa	Cidade Vila		
		471	Água Comprida	1 182	Água Comprida	Cidade		
		472	Campo Florido	1 183	Campo Florido	Cidade		
		473	Veríssimo	1 184	Veríssimo	Cidade		
266	Uberlândia	474	Uberlândia	1 185 1 186 1 187 1 188 1 189	Uberlândia Cruzeiro dos Peixotos Martinésia. Miraporanga. Tapuirama.	Cidade Vila Vila Vila Vila		
267	Unaí	475	Unaí	1 190 1 191 1 192 1 193 1 194	Unaí Buritis Fróis Garapusva Serra Bonita	Cidade Vila Vila Vila Vila		
368	Varginha	476	Varginha	1 195	Varginha	Cidade		
		477	Carmo da Cachoeira	1 196 1 197	Carmo da Cachoeira Eremita	Cidade Vila		
269	Viçosa	478	Viçosa	1 198 1 199	Viçosa Cajuri	Cidade Vila		
		479	Coimbra	1 200	Coimbra	Cid ide		
		480	São Miguel do Anta	1 201 1 202	São Miguel do Anta Canaã	Cidade Vila		
270	Virginópolis	481	Virginópolis	1 203 1 204 1 205 1 203 1 207	Virginópolis Divino de Virginópolis Gonzaga. Santa Ifigênia. São Geraldo da Piedade (ex-São Geraldo).	Cidade Vila Vila Vila Vila		
071	Vissanda da Dia Descri	400	W . I I D D. D	1 208	Sardoá	Vila		
271	Visconde do Rio Branco	482 483	Visconde do Rio Branco Guiricema	1 200 1 210 1 211 1 212	Visconde do Rio Branco Guiricema Tuiutinga Vilas Boas	Cidade Cidade Vila Vila		
		484	Paula Cândido (ex-São José do Barroso)	1 213	Paula Cândido	Cidade		
		485	São Geraldo	1 214 1 215	São Geraldo Monte Celeste	Cidade Vila		

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA

Diretório Central

Resolução n.º 475, de 22 de junho de 1954

Institui o Centro de Aperfeiçoamento de Geógrafos na Secretaria-Geral.

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografía, usando de suas atribuições, e:

Considerando que, instituído pelo decreto n.º 1527, de 24 de março de 1937, como parte integrante do I.B.G.E., o Conselho Nacional de Geografía, desempenha, em relação às attividades geográficas, a mesma função de impulsionamento, coordenação e sistematização que, em relação aos serviços estatísticos, está atribuída ao Conselho Nacional de Estatística;

Considerando que ao Conselho Nacional de Geografia compete incentivar e articular, como instituição oficial, as atividades geográficas dentro do país;

Considerando que a Secretaria Geral é o órgão executivo central do Conselho Nacional de Geografia, com finalidades administrativa, técnica e cultural;

Considerando que o atual Regimento da Secretaria-Geral discrimina, em seu artigo 53, respectivamente nos itens I e II, a organização de cursos de aperfeiçoamento de professôres e especialistas e a de cursos destinados ao aperfeiçoamento técnico dos servidores do Conselho;

Considerando, que, quanto à finalidade técnica e científica da Secretaria-Geral, a esta cabe, por outro lado, executar os trabalhos geográficos, cartográficos e fotogramétricos que lhes forem determinados pelo Conselho Nacional de Geografía, conforme o disposto no item II, do art. 4.º da lei 756, de 8 de julho de 1949, combinado com o art. 2.º, do decreto-lei n.º 6 828, de 25 de agôsto de 1944;

Considerando que, em virtude de tais obrigações, torna-se cada vez maior, a necessidade de geógrafos capazes de realizarem, no país, trabalhos de pesquisa, em conformidade com a moderna metodologia geográfica;

Considerando, finalmente, as possibilidades do atual orçamento do Conselho e tendo em vista o disposto no art. 145 da lei 1 711, de 28 de outubro de 1952,

RESOLVE:

Art. 1.º -- Fica instituído na Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Geografia o Centro de Aperfeiçoamento de Geógrafos.

- Art. 2.º O Centro tem por finalidades:
 a) especializar os conhecimentos dos diplomados em Geografía pelas faculdades de Filosofía oficials ou reconhecidas oficialmente.
- para o fim de realizar pesquisas geográficas de campo e de gabinete;
- b) dar a profissionais não incluídos na categoria acima, mas cujas atividades sejam ligadas à Geografia, conhecimentos especializados que permitam melhor desempenho de suas tarefas.
- Art. 3.º Os alunos do curso do Centro de Aperfeiçoamento de Geógrafos serão de duas categorias:
- a) os constantes do item a do artigo anterior, aos quais será conferido um diploma de aprovação;
- b) os demais, aos quais se refere o item b do artigo anterior, freqüentarão o curso desobrigados de certas tarefas e farão jus a um certificado de freqüência.
- Art. 4.º A Secretaria-Geral, logo que oportuno, entrará em entendimentos com os Diretórios Regionais de Geografía para a concessão de bôlsas de estudo, preferencialmente a candidatos enquadrados na alínea a do artigo 3.º
- Art. 5.º A direção do Curso será exercida pelo secretário-geral através de um geógrafo de sua livre escolha.
- Art. 6.º O Centro de Aperfeiçoamento de Geógrafos terá suas normas regulamentares, balxadas pelo secretário-geral do Conselho Nacional de Geografía, ouvidas as Comissões Regimentais competentes.
- Art. 7.º O Regulamento a ser expedido pelo se retário-geral do Conselho Nacional de Geografia discriminará os cursos a serem periòdicariente oferecidos pelo Centro, ouvido o Diretório Central.
- Art. 8.º Revogam-se as disposições em contrár.o.

Rio de Janeiro, 22 de junho de 1954, ano XIX do Instituto. — Conferido e numerado: José Vertssimo da Costa Pereira, Secretário-Assistente. Visto e rubricado: Deoclécio De Paranhos Antunes, Secretário-Geral. Publiquese: Florêncio de Abreu, Presidente.

```
d١
cor.
bine.
o cara
nhecim
disciplin.
        1.
            H
            Bio
        ij.
            Cién.
            Popul.
            Geogran
       8. Geografia
9. Geografia
10. Geografia de
             lação
            Geografia e Ci.
       11.
       12. Problemas Espe-
       13. Elementos de Es
             grafia.
   Parágrafo 2.º - O segundo
duração aproximada de 6 (seis)
```

por finalidade proporcionar conhec vos, mais especializados, habilitana às tarefas de pesquina pròpriamente di preenderà, igualmente, aulas, trabalho cos de gabinete e pequenas excursões di subordinados às seguintes disciplinas:

- 1. Prollemas de Geografia do Bi
 2. Metodologia da pesquisa geográfi.
 3. Leitura de cartas
 4. Interpretação de fotografias aéreas
 5. Utilização do instrumental de campo

.) secre-.s reparti-.1S.

...unos

as as categorias la de, no mínimo, .ulas ministradas em

a do primeiro e do segunrealizadas provas sôbre as as e práticas ministradas, desunos regulares, e às quais serão raus.

rafo único — Os alunos ouvintes fi-lispensados das provas e dos trabalhos .cos.

onfealunos s freqüên-

dos com melhor do um estágio reum ano, na Divisão no Nacional de Geo-

resentes normas regulamenalteradas no total ou em paros de um ano e de acôrdo com do art. 6.º da resolução 475, do Jentral.